

# ND



GRUPO ND

## PUBLICIDADE LEGAL

**PUBLIQUE AQUI**

(48) 3212 4127

 (48) 99127 3939

publicidadelegal@ndmais.com.br



Assinado digitalmente por  
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.  
A autenticidade deste documento  
pode ser visualizado diretamente no portal  
<https://ndmais.com.br/publicacoes-legais>



# COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

CNPJ: 82.508.433/0001-17



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2025

### 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, ao completar 54 anos de atuação, a CASAN encerra um dos ciclos mais relevantes de sua história. Em apenas três anos, a Companhia passou por um profundo processo de reorganização institucional, financeira e operacional, conduzido a partir de uma gestão com método e orientado por uma agenda consistente de transformação que devolveu credibilidade, capacidade de investimento e clareza estratégica a uma empresa essencial para Santa Catarina.

Somente em 2025, foram investidos R\$ 745 milhões, volume superior à média dos últimos cinco anos e parte de um esforço contínuo que reposicionou a CASAN como agente central do desenvolvimento, da saúde pública e da segurança hídrica do Estado. Esses recursos se traduziram em obras concretas, entregas distribuídas por todas as regiões e ganhos estruturais que projetam a Companhia para o futuro.

No abastecimento de água, a CASAN atingiu 96% da população urbana, ampliou de forma expressiva sua infraestrutura e fortaleceu a segurança hídrica com a entrega de 42 novos reservatórios, 4 novas estações de tratamento, adutoras estratégicas e reforço de sistemas integrados. Esses investimentos não apenas acompanharam o crescimento das cidades, como reduziram vulnerabilidades históricas e elevaram o padrão do serviço prestado a 3,02 milhões de catarinenses.

No esgotamento sanitário, avançamos em uma das agendas mais desafiadoras do saneamento brasileiro. Duas novas estações de tratamento entraram em operação, grandes obras estruturantes avançaram e soluções inovadoras, como o Programa Esgotamento Sobre Rodas, ampliaram o acesso ao tratamento em municípios de pequeno porte. Trata-se de uma estratégia inovadora e concreta para o cumprimento do Marco Legal do Saneamento, com resultados ambientais, sociais e de saúde pública mensuráveis.

Esse conjunto de entregas só foi possível porque a CASAN recuperou sua sustentabilidade econômico-financeira, reorganizou dívidas, aprimorou a governança e voltou a ser reconhecida por seus diversos públicos. A Companhia encerra este ciclo mais sólida, previsível e preparada para novos desafios, combinando governança contemporânea, responsabilidade fiscal, compromisso ambiental e visão de longo prazo.

Registramos, de forma especial, o reconhecimento ao governador Jorginho Mello, que orientou e tomou decisões firmes para fortalecer a CASAN como empresa pública estratégica. Ao Conselho de Administração, agradecemos pela confiança, pelo rigor e pelo equilíbrio institucional que sustentaram essa transformação. Aos municípios parceiros, aos consumidores, às instituições financiadoras e aos demais públicos, fica o registro de uma relação baseada em responsabilidade, transparência e cooperação.

Edson Moritz  
Diretor-Presidente



## 2. PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa de economia mista, criada em 31 de dezembro de 1970, através da Lei Estadual nº 4.547, constituída pelo Decreto nº SSP-30.04.71/58, de 02 de julho de 1971, que atua como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cujo capital social pertence majoritariamente ao Governo do Estado de Santa Catarina.

A CASAN atua na execução das políticas de saneamento básico do Governo, corroborando com a área de saúde pública do Estado de Santa Catarina, através de 2 macroprocessos finalísticos envolvendo o Fornecimento de Água Tratada e a Coleta e Tratamento de Esgoto.

Tabela 1 - Macroprocessos finalísticos da CASAN

Macroprocesso	Descrição
Fornecimento de Água Tratada	Composto pelas atividades de captação de água bruta, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável.
Coleta e Tratamento de Esgoto	Composto pelas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final do efluente tratado.

Figura 1 - Infográfico do fornecimento de água tratada e da coleta e tratamento de esgoto



A Companhia pode ainda, na forma da Lei e instrumentos próprios, promover a coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento e o destino final de resíduos sólidos, inclusive os domésticos, os industriais e os hospitalares; e realizar, como atividade meio, o aproveitamento do potencial hidráulico de mananciais, com o fim de gerar energia elétrica, de acordo com o que estabelece o art. 85º da Lei Estadual Complementar de Santa Catarina nº 741, de 12/06/2019.

### IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS

A atuação da CASAN gera uma série de impactos diretos e indiretos na sociedade, no meio ambiente e na economia em diversas áreas. A seguir, destacam-se os principais impactos positivos em:

**Saúde:** atuamos na redução das Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), ao ampliar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário. Estudos econômicos estimam uma queda de 4% nas internações entre bebês nos municípios atendidos com saneamento. Essa expansão diminui as internações e altera drasticamente os indicadores de morbidade e mortalidade catarinense. Estimativas da OMS calcularam que cada R\$ 1,00 investido em saneamento resulta em R\$ 4,30 de economia nos cofres públicos, gerando avanços na saúde pública e consolidando um ciclo virtuoso de desenvolvimento humano e sustentabilidade fiscal.

**Emprego e Renda:** a expansão da infraestrutura de água e esgoto funciona como um motor de desenvolvimento regional ao impulsionar a criação de empregos e renda. A universalização do saneamento em Santa Catarina possui o potencial de gerar R\$ 32 bilhões para a economia estadual, com a construção civil absorvendo 68% da demanda de investimentos e gerando postos para engenheiros, operadores e técnicos especializados. No Brasil, estima-se que a universalização possa sustentar 1,5 milhão de novos postos de trabalho e adicionar R\$ 1,4 trilhão ao PIB, beneficiando desde a indústria de máquinas e equipamentos — com incremento previsto de R\$ 42 bilhões — até o comércio local por meio da circulação de renda induzida em toda a cadeia produtiva.

**Produtividade, Mercado de Trabalho e Educação:** com a universalização em Santa Catarina é projetado um aumento de R\$ 3,2 bilhões na renda do trabalho e uma economia de R\$ 775,6 milhões em custos com horas pagas e não trabalhadas até 2055. No âmbito educacional, a precariedade sanitária compromete a frequência escolar de 6 milhões de crianças no Brasil, sendo que 4 em cada 10 alunos de até 6 anos afastam-se de creches e escolas por falta de esgoto, o que prejudica o desempenho e resulta em notas inferiores. A disparidade educacional é acentuada pelo acesso ao serviço: estudantes com saneamento em casa possuem uma escolaridade média de 8,49 anos, enquanto aqueles sem acesso permanecem apenas 5,31 anos na vida escolar.

**Turismo:** projeta-se um ganho de R\$ 5,4 bilhões no setor de turismo até 2055 com a universalização do saneamento catarinense, o que representa um fluxo médio anual de R\$ 154 milhões em benefícios econômicos. Esse retorno está diretamente atrelado à valorização ambiental e à garantia da balneabilidade das praias. Dessa forma, impacta diretamente a competitividade regional, pois o gerenciamento sanitário em zonas litorâneas influencia a viabilidade econômica de temporadas inteiras, consolidando Santa Catarina como um destino de referência e estimulando a ocupação hoteleira por meio de uma infraestrutura urbana resiliente.

**Meio Ambiente:** promovemos impactos ambientais positivos significativos ao impedir o lançamento direto de carga poluidora em rios, mares e lençóis freáticos. Programas como "Trato pelo Saneamento" evitam o descarte indevido de milhões de litros de esgoto no ambiente, enquanto o "Projeto Mata Ciliar" protege centenas de hectares de vegetação em áreas de preservação permanente. Com isso, preservamos a biodiversidade, pois a poluição hídrica por efluentes domésticos e resíduos sólidos aumenta em até 89% a probabilidade de doenças em recifes de corais e afeta centenas de espécies marinhas. Nossa gestão sanitária eficiente protege o equilíbrio ecológico e garante a sustentabilidade de atividades econômicas como a pesca, preservando recursos naturais essenciais.

**Setor Imobiliário:** atuamos como um vetor determinante na valorização imobiliária, uma vez que o acesso ao esgotamento sanitário pode elevar o valor de mercado de imóveis em até 14%. Em Santa Catarina, estima-se que o ganho anual para proprietários que alugam ou residem em moradia própria alcance R\$ 101,2 milhões, acumulando um benefício a valor presente de R\$ 3,5 bilhões entre 2021 e 2055 decorrente da infraestrutura instalada. Além de tornar áreas antes preteridas mais atrativas para investidores, esse movimento impulsiona o desenvolvimento urbano e fortalece a arrecadação de tributos municipais — como o IPTU e o ITBI —, permitindo que os municípios reinvestam esses recursos na melhoria contínua dos serviços públicos locais.

## 3. MERCADO DE ATUAÇÃO

Os impactos positivos da atuação da CASAN demonstram que o saneamento básico é um investimento de elevado retorno social e econômico, capaz de impulsionar um ciclo virtuoso que articula saúde, educação, emprego, renda, turismo, meio ambiente e desenvolvimento urbano. Assim, a contínua ampliação dos sistemas da CASAN não apenas promove qualidade de vida, mas consolida o saneamento como um dos pilares mais estratégicos para o crescimento sustentável e a prosperidade coletiva de Santa Catarina.

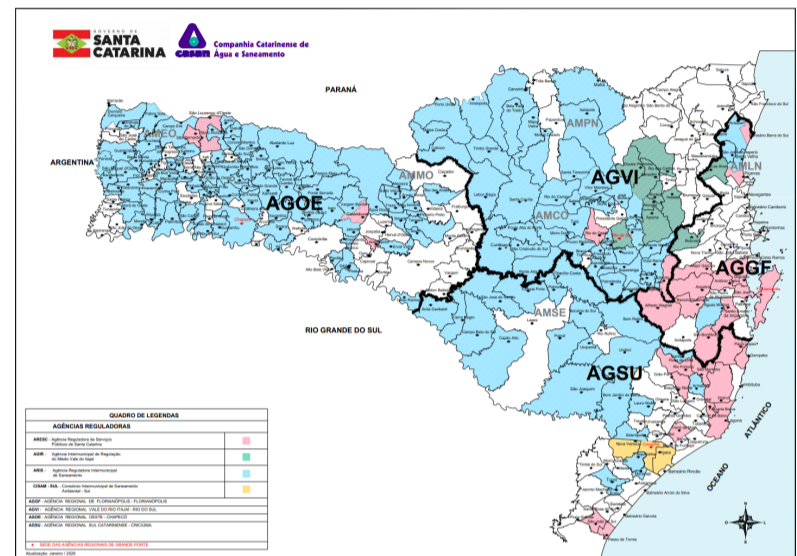
A CASAN presta serviços principalmente no Estado de Santa Catarina, com 193 municípios atendidos pela companhia, mais 1 município no Estado do Paraná. Em 2025, foram 3,02 milhões de pessoas atendidas nos dois estados, enquanto a população total desses 194 municípios é de 3,64 milhões de pessoas. Em proporção, estamos em 65% dos municípios do Estado de Santa Catarina, que equivale a 44% da população catarinense.

A Companhia atua nos municípios por meio de contratos firmados com as prefeituras municipais, as quais concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de implantação, operação, gestão e manutenção do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário.

A situação dos contratos é de vigência em 182 municípios, dos quais estão compostos por 68 contratos de gestão associada, 59 contratos de concessão, 49 contratos de programa, 4 contratos de prestação de serviço, 1 de gestão compartilhada e 1 contrato emergencial. Atualmente, dos 194 municípios atendidos pela CASAN, 174 possuem contratos em observância à nova legislação federal. Nos demais municípios em que a CASAN presta serviços sem contrato vigente, a Companhia aguarda a implantação da Prestação Regionalizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina para restabelecer as tratativas com os municípios visando a regularização contratual.

No decorrer de 2025, a CASAN firmou contrato de emergência com Imaruá e deixou de atender Concórdia.

Figura 2 - Mapa dos municípios atendidos pela CASAN



O mercado de atuação da CASAN atualmente é fiscalizado e regulado por 4 Entidades Reguladoras Infranacionais. São elas:

- Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS  
<https://www.aris.sc.gov.br/>  
Abrangência: 152 municípios com equivalência de 48,46% da população.
- Agência de Regulação de Serviços Público de Santa Catarina - ARESC  
<https://www.aresc.sc.gov.br/>  
Abrangência: 28 municípios com equivalência de 36,44% da população.
- Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM-SUL  
<https://cisam-sul.sc.gov.br/>  
Abrangência: 03 municípios com equivalência de 8,86% da população.
- Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí - AGIR  
<https://www.agir.sc.gov.br/>  
Abrangência: 10 municípios com equivalência de 6,25% da população.

Ressalta-se que a Lei Federal nº 14.026/2020 que atualizou o Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 11.445/2007) alterou as competências da Agência Nacional de Águas, incluindo também o Saneamento Básico em suas atividades e passando a nomeá-la para Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) (<https://www.gov.br/ana/pt-br>). Essa Agência Reguladora Nacional atualmente elabora Normas de Referências para o setor.

## 4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Nossa estratégia é orientada pelos direcionadores estratégicos, que comunicam nossa razão de existir (missão), o futuro desejado (visão) e os princípios que norteiam nossas ações e decisões (valores). Os objetivos estratégicos são alinhados a esses direcionadores e expressam os rumos que desejamos seguir nos próximos anos. Esse alinhamento é essencial para promover uma cultura coesa, delinear as prioridades da gestão e inspirar os colaboradores em todos os níveis organizacionais.

Figura 3 - Mapa Estratégico da CASAN



**MISSÃO** - Fornecer água, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, bem-estar, desenvolvimento sustentável, econômico e social.

**VISÃO** - Ser reconhecida como empresa referência em serviços de saneamento, destacando-se por sua eficiência, competitividade, inovação, ação sustentável e compromisso social.

**VALORES** - Competência, Engajamento, Foco nos clientes, Inovação, Sustentabilidade e Ética.

### PESSOAS

#### CULTURA ORGANIZACIONAL

**OE01:** Desenvolver uma nova cultura organizacional, fortalecendo a consciência de que somos uma companhia prestadora de serviço.

#### CAPACITAÇÃO

**OE02:** Capacitar as pessoas e transformar o ambiente organizacional para atuar com alto grau de performance em um mercado competitivo e de mudança constante.

### PROCESSOS

#### INOVAÇÃO

**OE03:** Introduzir tecnologias e soluções inovadoras para promover eficiência e agregar valor ao negócio.

#### QUALIDADE

**OE04:** Elevar a integração, eficiência e qualidade dos processos

### CLIENTES

#### IMAGEM

**OE05:** Reconstruir a imagem da marca Casan como referência em saneamento.

#### MUNICÍPIOS

**OE06:** Promover o engajamento com os municípios na busca por soluções colaborativas.

#### CONSUMIDORES

**OE07:** Elevar a satisfação dos consumidores com relação aos serviços prestados.

### SUSTENTABILIDADE

#### ESG

**OE08:** Orientar os negócios para minimizar os impactos no meio ambiente, atuar com responsabilidade social e aprimorar a governança corporativa.

#### ECONÔMICO FINANCEIRA

**OE09:** Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro e a rentabilidade sobre os investimentos.

#### NEGÓCIOS

**OE10:** Explorar oportunidades em novos negócios e de gestão que impulsionem o crescimento.



Na execução da estratégia, o desempenho da CASAN é monitorado e periodicamente reportado à alta administração, possibilitando o direcionamento de ajustes para a maximização dos resultados. Esse modelo possibilita uma gestão eficiente, alinhada aos interesses públicos e às demandas das principais partes interessadas, promovendo a prestação de serviços que beneficiam a sociedade catarinense e o meio ambiente.

## 5. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Com investimento de R\$ 745 milhões em 2025, a CASAN registrou um volume de aportes acima da média anual dos últimos 5 anos, de R\$ 518 milhões, consolidando um ciclo de crescimento sustentado e de maior capacidade de execução. O resultado reflete ganhos de eficiência financeira, planejamento de longo prazo e maturidade institucional.

Esse patamar de investimentos permitiu à Companhia ampliar e modernizar sua infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, beneficiando 44% da população de Santa Catarina, em 194 municípios, e reforçando seu papel como empresa pública essencial à saúde, à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável do Estado.

Ao garantir água tratada de forma contínua e ampliar a correta coleta e destinação do esgoto, a CASAN atua diretamente na prevenção de doenças, na proteção ambiental e na promoção da dignidade da população, pilares que orientam sua estratégia institucional.

Grande parte dessas entregas foi apresentada à sociedade por meio dos encontros do Programa Santa Catarina Levada a Sério – Prestando Contas, fortalecendo a transparência e o diálogo com os catarinenses. Este relatório reúne os principais marcos de um ano que se destaca não apenas pelo volume de investimentos, mas também pela qualidade, impacto e alcance social das ações executadas.

### ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No campo do abastecimento, a CASAN manteve, em 2025, um índice de atendimento urbano de 95,9%, direcionando investimentos para acompanhar o crescimento das cidades e reforçar os sistemas de captação, tratamento, reserva e distribuição de água.

#### Ampliação da Reserva de Água

Foram colocados 42 novos reservatórios em 2025, evidenciando a priorização da segurança hídrica como eixo estratégico da Companhia.

Entre as principais obras, destaca-se o Reservatório EFAPI, em Chapecó, com capacidade para 5 milhões de litros de água, construído com tecnologia de aço vitrificado. Ao longo de 2025, o município recebeu 6 novos reservatórios, consolidando Chapecó como um dos principais pólos de investimento em reserva hídrica no Estado.

Na Região Oeste, os municípios de Piratuba, Ipira, Descanso, Catanduvas, Pinhalzinho, Xaxim, Xanxerê, Novo Horizonte, Tangará, Guatambu e Ponte Serrada receberam 21 reservatórios, desempenho acima da média histórica regional. No Vale do Itajaí, foram colocados em operação um reservatório em Ituporanga e outro em Lontras.

Na Região Sul e Serra Catarinense, 11 reservatórios entraram em operação para atender Garopaba, Passo de Torres, Criciúma, São Joaquim, Nova Veneza, Urubici, Laguna, Maracajá e São Martinho.

Na Grande Florianópolis, 2 novos reservatórios entraram em operação, um em Alfredo Wagner e um na Praia Brava (Florianópolis).

Esses resultados demonstram uma aceleração consistente na ampliação da reserva de água, em ritmo superior ao observado nos últimos 5 anos, fortalecendo a resiliência dos sistemas frente a eventos climáticos e ao crescimento da demanda.

#### Novas Estações de Tratamento de Água

Em 2025, 4 novas Estações de Tratamento de Água tiveram sua operação iniciada, ampliando a capacidade produtiva dos sistemas de água da CASAN.

A maior unidade inaugurada foi a ETA de Araquari, voltada ao atendimento de uma das cidades com maior crescimento populacional do Estado. O município de Botuverá também foi beneficiado com uma nova ETA, reforçando o abastecimento no Vale do Itajaí.

Em Braço do Norte, entrou em operação uma nova Estação de Tratamento de Água associada a uma nova adutora de água bruta, com capacidade projetada para atender ao crescimento do município pelos próximos 20 anos.

#### Destaque Estratégico – ETA Biguaçu

Na Região Metropolitana da Grande Florianópolis, a CASAN avançou em uma de suas obras mais estratégicas: a nova Estação de Tratamento de Água de Biguaçu, com início de sua operação de forma parcial em dezembro de 2025.

Com investimento de R\$ 86 milhões, a ETA Biguaçu foi projetada para tratar 60 milhões de litros de água por dia. A implantação da nova unidade estabelece, pela primeira vez, a autonomia operacional do sistema de abastecimento de Biguaçu, que historicamente dependia do fornecimento de municípios vizinhos, reduzindo vulnerabilidades e aliviando a demanda sobre os sistemas regionais existentes.

A elevada eficiência do empreendimento permitirá, além do atendimento integral ao município de Biguaçu, o reforço do abastecimento de Antônio Carlos, ampliando a segurança hídrica regional de forma integrada e sustentável.

Com a utilização de estruturas pré-fabricadas em aço inoxidável se obteve uma maior eficiência construtiva e uma capacidade operacional de produção de 60 milhões de litros por dia, posicionando a obra como referência técnica e benchmark para futuros empreendimentos da Companhia.

A conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2026, representando um marco para a segurança hídrica da região metropolitana, especialmente nos períodos de maior consumo.

#### Ampliação de Adutoras e Redes

Outro destaque de 2025 foi a ampliação da malha de adutoras e redes de distribuição, foram implantadas mais 399 km de redes em todo Estado.

No Sul Catarinense, demandas históricas foram atendidas com obras de interligação de sistemas de abastecimento de água e ampliação de adutoras para maior disponibilidade de água em regiões afastadas. Destacam-se as interligações realizadas em Laguna — do sistema do Farol com Campos Verdes e do sistema do Gi (principal da cidade) com Praia do Sol e Itapirubá, as novas adutoras para garantir a resiliência do sistema e a estabilidade do abastecimento do Norte da Ilha durante a temporada de verão, somente nesses 3 municípios foram investidos R\$ 4,5 milhões com essas obras.

Na Região Oeste, Planalto Norte e Serra Catarinense muitas obras foram realizadas para instalação de redes de água nos passeios em conjunto às obras de pavimentação das Prefeituras, eliminando assim o risco de vazamento sob a pista de rolamento e facilitando assim os serviços de manutenção e a execução de novas ligações de água, assim foi em Palmitos, Mafra e Otacílio Costa.

No Vale do Itajaí, a ampliação das redes de água em Indaial contou com investimento de R\$ 1,5 milhões, com destaque para uma nova adutora com 5 km de extensão na Rua Dr. Blumenau.

Na capital, a Companhia avançou em obras estruturantes cruciais, com destaque para a instalação da nova adutora de 700 mm sob a Ponte Pedro Ivo. Adicionalmente, as implantações das adutoras do Rio Vermelho e de um trecho estratégico na SC-401 (400 mm) foram fundamentais para garantir a resiliência do sistema e a estabilidade do abastecimento do Norte da Ilha durante a temporada de verão.

#### Prioridade à Região Oeste

Ainda no campo do abastecimento, 2 grandes projetos avançaram e merecem destaque na Região Oeste. Para aumentar a reserva e captação de água bruta em Chapecó, cidade que periodicamente é afetada por estiagens, a CASAN avançou na dragagem do Lajeado São José. Até o fim de 2025, quase 330 mil m<sup>3</sup> de lodo foram retirados, o que representa 94% do total contratado para dragagem no principal manancial de abastecimento do município. A obra que recebe investimento de R\$ 30 milhões é estratégica para a segurança do abastecimento na Capital do Oeste.

A CASAN também avança no Projeto Chapecozinho. O conjunto de obras projeta beneficiar 525 mil pessoas nos municípios de Xanxerê, Xaxim, Cordilheira Alta e Chapecó. Em 2025, a obra da adutora de água de 58 km chegou a 73% e o reservatório de Xanxerê estava com 74% dos serviços executados.

## ESGOTAMENTO SANITÁRIO

No campo do esgotamento sanitário, a CASAN avançou em 2025 com investimentos robustos e soluções inovadoras, reforçando seu compromisso com a saúde pública, a preservação ambiental e a melhoria das condições de vida da população.

Foram inauguradas 3 novas estruturas: a ETE João Paulo, em Florianópolis; a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Xaxim; e a Unidade de Gerenciamento de Lodo, em Descanso.

Em Florianópolis, a ETE João Paulo recebeu investimento de R\$ 196 milhões, que irá beneficiar os bairros João Paulo, Monte Verde, Saco Grande, Cacupé, Santo Antônio e Sambaqui, alcançando 33 mil moradores.

Em Xaxim, a ampliação do sistema incluiu 23 km de novas redes coletoras e quase 3 km de emissários, projetando beneficiar cinco mil moradores.

Em Descanso, a Unidade de Gerenciamento de Lodo consolidou-se como referência estadual ao utilizar tecnologia de *wetlands*, sustentando a expansão do Programa Esgotamento Sobre Rodas, que em 2025 alcançou 59 municípios.

Foram realizadas 9.106 vistorias em 2025, volume superior às 1.252 vistorias registradas no ano anterior. Com 60% dos imóveis vistoriados considerados aptos, a iniciativa deverá alcançar 150 municípios com população inferior a 15 mil habitantes no geral, ampliando significativamente o acesso ao saneamento básico em pequenas cidades catarinenses.

A CASAN também iniciou a operação de novas áreas atendidas com coleta e tratamento de esgoto em Curitibaanos e Balneário Piçarras, beneficiando 17.500 moradores.

## PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

Em 2025, a CASAN teve suas práticas reconhecidas por instituições relevantes, reforçando sua credibilidade institucional e seu compromisso com a sustentabilidade, inovação, governança e responsabilidade social.

Entre os reconhecimentos recebidos estão o selo de signatária do Movimento ODS Santa Catarina, o Selo Prata do Programa Brasileiro GHG Protocol, além de certificações e premiações ligadas à gestão de pessoas, inovação e responsabilidade social, incluindo reconhecimentos da Alesc e do Prêmio Inovação Catarinense.

Esses reconhecimentos validam uma gestão orientada por planejamento, responsabilidade pública e foco em impacto social, consolidando 2025 como um ano de resultados consistentes para a Companhia.

## 6. CONJUNTURA ECONÔMICA

Santa Catarina manteve um desempenho econômico acima da média nacional em 2025, com crescimento real consistente da atividade econômica. Segundo estimativas do governo estadual e dados do IBCR (Índice de Atividade Econômica Regional), o PIB catarinense cresceu 4,9% nos 12 meses encerrados em novembro de 2025. No mercado de trabalho, a redução da taxa de desemprego atingiu 2,3% de desocupação, uma das menores do Brasil. O ambiente de negócios continuou aquecido com a geração de 59.184 empregos com carteira assinada e a abertura de 140.279 novas empresas, refletindo resiliência econômica regional apesar da política monetária contracionista.

No plano nacional, o ambiente econômico mostrou um crescimento moderado de 2,3%, inferior ao ritmo observado ano passado de 3,4%. O Brasil confirmou tendência de crescimento no emprego formal em 2025, com 1,27 milhão de vagas geradas em todo o país. A inflação oficial (IPCA) respeitou a meta, embora tenha variado regionalmente, apontando uma inflação acumulada em 12 meses de 4,26% ao longo do ano.

Em resposta a pressões inflacionárias reiteradas, o Banco Central do Brasil manteve a taxa básica de juros (Selic) em níveis historicamente elevados de 15% ao ano, refletindo um regime de política monetária ainda contracionista no esforço de ancorar expectativas inflacionárias. A trajetória cambial mostrou menor volatilidade do que em 2024, com o real brasileiro tendo períodos de valorização frente ao dólar, reduzindo a cotação de R\$ 6,18 para R\$ 5,63, o que contribuiu para reduzir, em parte, o impacto dos preços de bens importados.

O crédito ampliado às empresas continuou expressivo em 2025, impulsionado pelos esforços de financiamento para infraestrutura e expansão operacional, inclusive nos setores regulados como água e saneamento. Apesar da política monetária restritiva, o crédito comercial e de longo prazo manteve níveis elevados, espelhando uma composição entre recursos domésticos e financiamento externo. O crédito ampliado às empresas situou-se em R\$ 7 trilhões em dezembro (55,1% do PIB), avanço de 4,6% no ano, ressaltando-se as elevações de 8,3% nos empréstimos do SFN e de 12,9% em títulos de dívida privados, parcialmente compensadas pela queda de 5,2% no saldo da dívida externa.

Os entes reguladores do saneamento em Santa Catarina iniciaram suas publicações para se adaptarem às Normas de Referência da ANA e estabeleceram os critérios que permitem o início da prestação do serviço de soluções individuais para o esgotamento sanitário, concluindo projetos pilotos como o observado em Descanso e com início efetivo previsto para 2026.

## 7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No exercício de 2025 a CASAN auferiu receita de R\$ 2,39 bilhões em decorrência da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Este valor é 11% superior ao apurado no exercício anterior e decorre do reajuste tarifário ordinário aprovado em 2025 (5,56%); do reajuste tarifário extraordinário aprovado em 2024 (16,08%), cuja parcela compensatória (4,21%) foi retirada no final de 2025; e também da entrada em operação de sistemas de esgotamento sanitário, os quais geraram incremento de receita.

As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 76% da receita obtida em 2025, somando R\$ 1,8 bilhão. Outros R\$ 539 milhões foram auferidos com tarifas nas operações de esgotamento sanitário, o que representa 23% da receita apurada no ano. Além disso, a CASAN auferiu R\$ 26 milhões (1%) com a prestação de outros serviços, como a execução de ligações, acréscimos por imputabilidade, consertos de hidrômetros, entre outros serviços.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 1,7 bilhão em 2025, o que corresponde a um aumento de 9% em relação ao exercício anterior. Contribuíram para essa elevação dos custos o crescimento da receita, que gerou mais tributos diretos. A inflação também ocasionou, de modo geral, a elevação dos gastos com serviços contratados e com a despesa de pessoal, como a folha de pagamento e os encargos trabalhistas.

Em contrapartida, observou-se a redução de 43% na despesa financeira líquida da Companhia, que foi apurada em R\$ 122,6 milhões no ano de 2025. Contribuíram para isso a variação cambial favorável observada no ano e o crescimento da receita financeira, decorrente da aplicação dos recursos captados em 2025.

Esses fatores conduziram à elevação de 59% no resultado líquido do exercício, que passou de R\$ 243 milhões em 2024 para R\$ 387 milhões em 2025.

Tabela 2 - Comparativo resultado CASAN (R\$ mil)

Indicadores	2025	2024	Variação
Receita Operacional	2.393.494	2.150.932	11%
Custos / Despesas	(1.737.653)	(1.596.885)	9%
Resultado Financeiro	(122.605)	(214.747)	-43%
Resultado antes do IR e da CSLL	533.236	339.300	57%
Resultado Líquido do Exercício	387.059	243.028	59%

A análise da Tabela 3 ratifica o excelente momento da Companhia, com a maioria dos indicadores superando os patamares de 2024. O exercício de 2025 foi marcado pelo seguimento na trajetória de crescimento, destacando-se:

- Aumento na Lucratividade: O Lucro Líquido saltou de R\$ 243 milhões para R\$ 387 milhões, um crescimento expressivo de 59%.
- Eficiência Operacional: O EBITDA atingiu R\$ 870,6 milhões, acompanhado por uma melhora em todas as margens sobre a receita operacional líquida, com ênfase na Margem Operacional, que subiu de 17,37% para 24,40%.
- Fortalecimento Patrimonial: A Rentabilidade Patrimonial avançou para 14,78%, refletindo a a eficiência na gestão dos recursos.
- Liquidez: O índice de Liquidez Corrente (1,20) apresentou evolução, demonstrando maior capacidade financeira a curto prazo;
- Endividamento: A relação Dívida Líquida/EBITDA manteve-se controlada, preservando o mesmo nível apurado no período anterior.

Os resultados econômico-financeiros de 2025 consolidam a CASAN como referência de recuperação estratégica no setor de saneamento básico. Com controle rigoroso de custos, aumento expressivo do lucro e investimentos consistentes, ficam evidentes os esforços da gestão em entregar resultados robustos para Santa Catarina.



Tabela 3 - Resultado dos indicadores CASAN (R\$ mil)

Indicadores	2025	2024	Variação
Ativo Total (AT)	6.161.832	5.556.532	11%
Patrimônio Líquido (PL)	2.600.843	2.258.409	15%
Receita Operacional Líquida (ROL)	2.168.120	1.950.410	11%
Lucro Líquido (LL)	387.059	243.028	59%
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,57	0,59	-3%
EBITDA	870.675	765.352	14%
EBIT	655.841	554.048	18%
Geração de Caixa	655.603	718.126	-9%
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,46	0,44	5%
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,17	0,16	6%
Margem Bruta (LB/ROL)	51,83%	50,22%	3%
Margem Operacional (LO/ROL)	24,40%	17,37%	40%
Margem Líquida (LL/ROL)	17,85%	12,46%	43%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	40,16%	39,24%	2%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	14,78%	10,67%	39%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,67	0,67	0%
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,20	1,10	9%
Dívida Líquida / EBITDA	2,6	2,6	0%
Impostos/Receita Bruta (*)	15,91%	14,20%	12%

(\*) Impostos: Pasep + Cofins + IR + CSLL

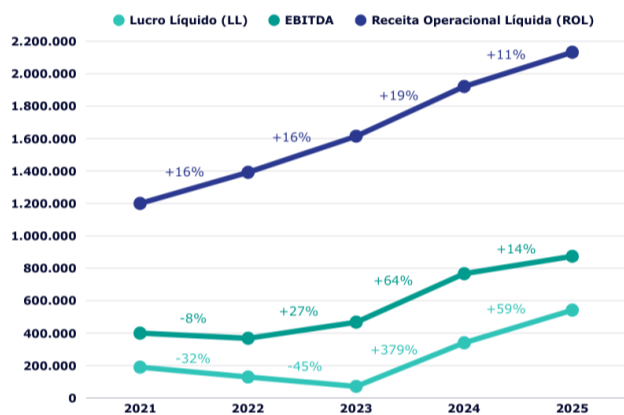
Obs.1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido;

Obs.2: Em 2023, o Ativo Financeiro de Contrato foi desmembrado do Ativo Intangível, o que impactou no resultado da Liquidez Geral. Ajustamos toda a série histórica em razão dessa alteração.

Obs.3: Os indicadores Dívida Líquida/EBITDA, Endividamento Financeiro e Endividamento de Curto Prazo foram ajustados pela inclusão da rubrica arrendamento mercantil em toda a série histórica.

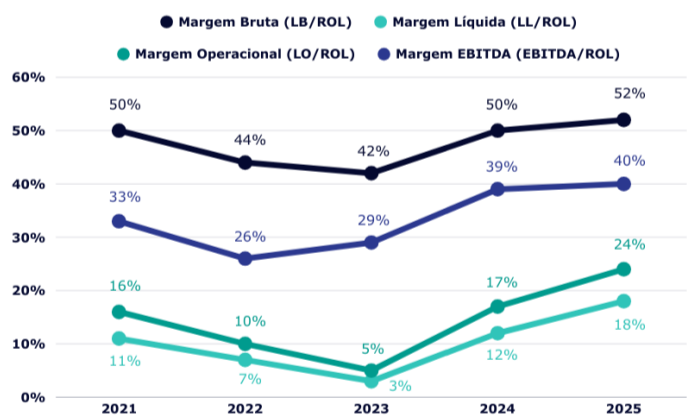
Observa-se que receita, lucro líquido e EBITDA seguem em tendência de crescimento, conforme mostra a Figura a seguir.

Figura 4 - Evolução da Receita, Resultado Líquido e EBITDA (R\$ mil) e suas variações percentuais



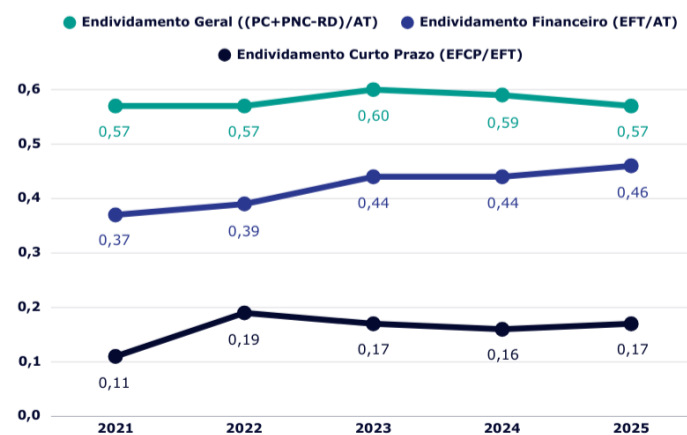
Da mesma forma, como vemos na Figura 5, as margens sobre a receita operacional líquida seguem em crescimento no período, com destaque para a Margem Operacional.

Figura 5 - Evolução das Margens



Esse desempenho teve poucos reflexos nos indicadores de endividamento, sendo verificada leve elevação nos endividamentos financeiro e de curto prazo e redução do endividamento geral, como pode ser observado na Figura 6.

Figura 6 - Evolução dos Indicadores de Endividamento



## 8. POLÍTICA TARIFÁRIA

A política tarifária da CASAN desempenha um papel fundamental na sustentabilidade financeira da Companhia, ao estabelecer mecanismos que garantam a geração de receitas suficientes para atender às demandas operacionais e, sobretudo, viabilizar investimentos estratégicos na expansão e modernização dos sistemas de abastecimento de água e saneamento. Uma estrutura tarifária bem definida e equilibrada permite a formação de um montante adequado de recursos próprios, essenciais para a contrapartida em operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais. Esses recursos internos, além de demonstrar solidez financeira e comprometimento com o setor, são indispensáveis para alavancar vultuosos investimentos externos, que impulsionam a melhoria contínua da infraestrutura da Companhia, o atendimento às exigências regulatórias e a prestação de serviços de qualidade à população.

Além de gerar recursos para investimentos a fim de atingir a universalização dos serviços de saneamento (conforme a Lei nº 14.026/2020, que atualiza a Lei nº 11.445/2007 e que são regulamentadas pelo Decreto nº 7.217/2010), a política tarifária também é de grande relevância para a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Visa também buscar um ponto de equilíbrio, que nos permita oferecer condições semelhantes de qualidade e de acesso aos serviços para todos os cidadãos atendidos pela CASAN, ao mesmo tempo que tem o intuito de inibir o consumo supérfluo, evitando o desperdício de recursos hídricos, promovendo o seu uso consciente.

A CASAN tem o direito assegurado de solicitar às Agências Reguladoras reajustes tarifários a cada período de 12 meses. Em 2025, foram aprovados 2 reajustes tarifários no âmbito regulatório. O primeiro corresponde a um reajuste de 5,56%, aplicado a partir de 01/03/2025, destinado à recomposição inflacionária ordinária das tarifas. Posteriormente, foi autorizada a aplicação de uma redução tarifária de 4,21%, com vigência a partir das leituras realizadas em dezembro de 2025, com vencimento das faturas em janeiro de 2026. Portanto, ao longo de 2025 o reajuste acumulado foi de 1,12%.

A redução decorre do processo de reestruturação administrativa e do reequilíbrio econômico-financeiro da Companhia, após o período de suspensão dos reajustes tarifários durante a pandemia, e foi devidamente autorizada pelas Agências Reguladoras competentes, incluindo ARES, ARIS, AGIR e CISAM-SUL. A medida contribui para a modicidade tarifária, ao mesmo tempo em que preserva a sustentabilidade econômico-financeira da CASAN e a continuidade dos investimentos necessários ao cumprimento das metas de universalização dos serviços de saneamento.

Tabela 4 - Reajuste e revisão tarifária - 2015 a 2025

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Percentual (%)	11,94	10,81	6,08	4,39	2,61	-	2,55	16,01	6,35	16,08	1,12

A Companhia adota na sua política tarifária, como referência, uma tabela tarifária única, separada por categorias de usuários e com escalas por faixas/quantidades crescentes de volume fornecido, vigente para todos os municípios que detêm a concessão/contrato para exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Tabela 5 - Tabela tarifária

Intervalo R\$/m³	Residencial	Residencial Social **	Comercial	Micro e Pequeno Comércio	Industrial	Pública Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais	Pública Especial Entidades Beneficentes/Filantropias
TFDI* R\$/mês	43,80	8,16	43,80	43,80	43,80	43,80	13,13
0 a 10	2,91	0,55	6,44	4,54	6,44	6,44	1,93
11 a 25	13,53	3,88	18,09				
26 a 50	18,09	18,09		18,09	18,09	18,09	5,42
Acima de 50	22,76	22,76	22,76				

Tarifa de esgoto = 100% do valor da Tarifa de água

1 metro cúbico (m³) = 1 mil litros de água

\* TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade e Infraestrutura

\*\* Válida para solicitações recebidas até 10/12/2024

### TARIFA SOCIAL

A CASAN opera um programa de Tarifa Social destinado a mitigar o impacto tarifário para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, alinhado ao princípio do acesso universal a serviços de saneamento. O benefício é financiado de forma cruzada pelas demais categorias de consumo. Em dezembro de 2025, os imóveis beneficiados eram 27.741 ligações ativas.

A tarifa social é subsidiada, representando aproximadamente 20% do valor da tarifa residencial padrão, dos quais: 18,63% na Tarifa Fixa de Disponibilidade e Infraestrutura (TFDI); 18,90% na Faixa de Consumo de 0 a 10 m³ e 28,68% na Faixa de Consumo de 11 a 25 m³.

Em Santa Catarina, a nova tabela da Tarifa Social foi autorizada pelas seguintes agências reguladoras:

- ARES (Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina), por meio da Resolução nº 313/2024, de 30/12/2024.
- ARIS (Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento), por meio da Deliberação nº 042/2024, de 06/12/2024.
- AGIR (Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí), através do Processo Administrativo nº 3858/2024, de 10/12/2024.
- CISAM-SUL (Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental), por meio da Resolução nº 177/2024, de 09/12/2024.

Em 10 de dezembro de 2024, entrou em vigor a Lei Federal 14.898/2024, estabelecendo diretrizes nacionais unificadas para a Tarifa Social de Água e Esgoto. A nova lei visa padronizar os critérios de elegibilidade e assegurar maior abrangência do benefício em âmbito nacional. Nesse caso, a estrutura de descontos é distinta: a TFDI e a primeira faixa de consumo correspondem a 50% do valor residencial, com a diferença de que a primeira faixa de consumo abrange de 0 a 15 m³. As famílias já cadastradas até essa data terão o benefício mantido conforme as regras antigas, respeitando o prazo de validade de 24 meses. Os novos cadastros serão realizados exclusivamente sob as regras estabelecidas pela Lei 14.898/2024, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 - Tarifa social conforme Lei Federal 14.898/2024

Intervalo R\$/m³	Residencial Social - Lei Federal 14.898/2024
TFDI* R\$/mês	21,90
0 a 15	1,46
16 a 25	13,53
26 a 50	18,09
Acima de 50	22,76

Tarifa de esgoto = 100% do valor da Tarifa de água

\* TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade e Infraestrutura

A Tarifa Social representa um compromisso com a cidadania e o desenvolvimento social, garantindo que o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário seja uma realidade para todos, independentemente das condições socioeconômicas. A CASAN reforça seu papel na construção de uma sociedade mais justa e saudável, onde o saneamento básico é um direito acessível a todos os catarinenses.

### ESGOTAMENTO SOBRE RODAS

Além da Tarifa Social, a CASAN dispõe de tarifa específica para Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário, aplicável aos municípios que participam do Programa Esgotamento Sobre Rodas, devidamente aprovado pelas Agências Reguladoras. Em Santa Catarina, a tabela foi autorizada pela ARIS, AGIR e CISAM-SUL através da Deliberação nº 021/2025, de 10 de junho de 2025.

O programa de Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário consiste na prestação obrigatória e programada do serviço de coleta e tratamento do lodo de fossas sépticas por meio de caminhões limpa-fossa, com posterior destinação ambientalmente adequada em Unidades de Gerenciamento de Lodo ou Estações de Tratamento de Esgoto, sendo aplicado em localidades onde a implantação de rede coletora convencional é técnica ou economicamente inviável, contribuindo para a universalização do saneamento básico, a proteção ambiental e a saúde pública.

Tabela 7 - Tarifa para soluções individuais de esgotamento sanitário

Categoria	Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário (R\$)
Residencial	31,84
Social	15,92
Comercial	35,02
Industrial	35,02
Pública	35,02



9. INVESTIMENTOS EXECUTADOS

No ano de 2025 a CASAN investiu R\$ 745 milhões em seus sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A ampliação do esgotamento sanitário recebeu 43% desses recursos, 54% dos investimentos foram direcionados ao abastecimento de água e 3% dos investimentos foram aplicados em ações administrativas, comerciais e operacionais que atendem tanto água quanto esgoto.

O valor investido em 2025 foi histórico, como pode ser observado na Tabela 8. Representa o maior valor já investido pela companhia em um único ano e reflete um crescimento de 24% em relação ao valor investido em 2024.

Tabela 8 - Evolução dos investimentos (R\$ mil)

Distribuição dos Investimentos	2021	2022	2023	2024	2025	Total no Período	%
Água	129.353	301.606	224.556	287.227	399.989	1.342.731	51,8
Esgoto	110.102	196.250	230.823	311.635	319.380	1.168.190	45,0
Outros	12.806	35.167	6.674	3.124	25.869	83.640	3,2
Total	252.261	533.023	462.053	601.986	745.238	2.594.561	100

Os principais investimentos realizados ao longo de 2025 (em termos de montantes aplicados), para a implantação, melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram executados nos municípios apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 - Principais investimentos no ano (em termos de recursos aplicados)

Município(s)	Sistema	Obra	Investimento em 2025 (R\$ milhões)	Investimento total realizado (R\$ milhões)
São José e Florianópolis	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas	160	277
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)	71	267
Biguaçu e São José	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Água (Nova ETA Biguaçu)	49	73
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande	40	183
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Insular	27	229
Chapecó	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Chapecó (São Pedro, Unochapecó e Vila Mantelli)	16	16
Florianópolis	Esgoto	Unidade reserva da Estação de Tratamento de Esgoto de Canasvieiras	9	9
Araquari e Barra do Sul	Água	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (ETA Araquari)	7	36

Em linha com a estratégia de universalização dos serviços, a CASAN mantém um ritmo acelerado de investimentos em infraestrutura de água e esgoto, com entregas relevantes concluídas em 2025 e um robusto pipeline de obras para os próximos exercícios. Além das grandes obras citadas, foram realizados investimentos em ampliações, melhorias e manutenções de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitários, perfuração de novos poços, aquisição de hidrômetros, compra e instalação de equipamentos eletromecânicos, equipamentos leves e pesados.

No que tange ao esgotamento sanitário, destacam-se as ampliações dos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Curitibaanos, Itá e Santo Amaro da Imperatriz, cujas etapas entraram em operação em 2025. Além dessas intervenções estruturantes, a CASAN também executou ampliações de redes coletoras em diversos municípios atendidos, contribuindo para a expansão gradativa da cobertura de esgotamento sanitário no Estado. Essas entregas adicionaram 8.671 novas unidades autônomas à base da Companhia, representando um acréscimo de 2,15% no total de unidades do segmento.

Paralelamente, a CASAN avança na execução de projetos estruturantes para elevar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto no Estado. Destacam-se as obras em andamento na Grande Florianópolis (ampliação do Sistema Insular, Sistemas Ingleses/Santinho e implantação do Saco Grande/Monte Verde, além da interligação dos bairros Cacupé, Sambaqui e Santo Antônio). No interior, as frentes de obra ativas incluem o avanço de obras nas cidades de Barra Velha (Itajuba), São Joaquim, São Lourenço do Oeste, Xaxim, e Chapecó (São Pedro, Unochapecó e Vila Mantelli).

Em fase licitatória para início das obras, encontram-se os projetos de esgoto de Rio do Sul, Florianópolis (melhorias no Interceptor G), Urubici, Canoinhas e Pinhalzinho. Adicionalmente, em destaque encontram-se em desenvolvimento os projetos executivos para implantação de infraestrutura de esgoto em Chapecó, Passo de Torres, Palmeira, Antônio Carlos, Florianópolis, Nova Veneza, Braço do Norte, Ibirama, Ituporanga, Mafra, Balneário Piçarras, Barra Velha, Piçarras, Laguna, Garopaba, Forquilha e Anita Garibaldi.

Cabe destaque para o maior projeto de esgotamento sanitário em curso em Santa Catarina: a desativação das lagoas de estabilização de Potecas, em São José, e a construção de uma nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) moderna no local, que substituirá a estrutura atual.

No abastecimento de água, 2025 foi marcado pela conclusão de obras críticas para a segurança hídrica e ampliação da oferta. Os destaques incluem a ampliação da captação e adução no Rio Cubatão (beneficiando Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz), a ampliação da ETA em Braço do Norte, a ampliação da adução de água bruta em São Miguel do Oeste e a construção do maior reservatório em aço vitrificado do estado em Chapecó.

Para 2026, a agenda de investimentos em água segue intensa, com destaque para:

- Grande Florianópolis: Reservatório Serrinha, travessia da adutora na Ponte Pedro Ivo Campos, ampliação do sistema em São José (bairros Bela Vista, Real Parque, Serraria, entre outros) e obras na ETA Biguaçu e reservatório Jardim Janaína.
- Serra e Meio-Oeste: Novas ETAs em Urubici e Otacílio Costa.
- Oeste: Ampliação da ETA em São Lourenço do Oeste, e prosseguimento das obras do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIA) Chapecó (captação no Rio Chapecozinho), que beneficiará Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta.

Com isso, a CASAN demonstra gestão ativa do portfólio de investimentos, com entregas recentes que já impactam a base de ativos e clientes e um funil de projetos que garante visibilidade de crescimento para os próximos anos. A alocação de capital está pulverizada em investimentos que visam a eficiência (substituição de lagoas por ETE moderna), o crescimento orgânico (novos sistemas em municípios) e a segurança hídrica (SIA Chapecó e ampliação do Sistema Cubatão).

10. DESEMPENHO OPERACIONAL

Figura 7 - Destaques do Ano de 2025

Quase

**61 mil**

Novas Unidades Consumidoras

Ampliação de

**437km**

da Rede Pública Instalada

**+19**

Municípios com Novo Serviço de Esgotamento Sanitário

Tabela 10 - Indicadores do desempenho operacional

Código	Indicadores Operacionais	ESG	Unidade	2025	2024	Varição
G05A	Quantidade total de municípios atendidos com abastecimento de água	S	Municípios	194	194	0,0%
G05B	Quantidade total de municípios atendidos com esgotamento sanitário	S	Municípios	57	38	+50,0%
DFE0002	População urbana residente	S	Pessoas	3.079.081	2.807.682	+9,7%
GTA0001	População urbana atendida com rede de abastecimento de água	S	Pessoas	2.949.782	2.741.803	+7,6%
GTE0001	População urbana atendida com rede de esgotamento sanitário	S	Pessoas	917.196	880.843	+4,1%
GTA0003	Quantidade de ligações ativas de água	EG	Ligações	861.140	862.525	-0,2%
GTA0008	Quantidade de economias ativas de água	EG	Economias	1.317.757	1.302.211	+1,2%
GTE0003	Quantidade de ligações ativas de esgotos	EG	Ligações	166.026	165.131	+0,5%
GTE0006	Quantidade de economias ativas de esgotos	EG	Economias	412.748	404.077	+2,1%
GTA1102	Extensão de rede de distribuição de água	SG	Km de rede	15.711	15.671	+0,3%
GTE1001	Extensão da rede pública de esgotamento sanitário	SG	Km de rede	2.201	2.224	-1,0%
GTA1001	Volume de água produzido	ES	1.000 m3	293.671	293.511	+0,1%
GTA1211	Volume de água consumido	ES	1.000 m3	160.323	180.407	-11,1%
GTA1301	Consumo total de energia elétrica nos sistemas de abastecimento água	EG	1.000 Kw	191.022	193.763	-1,4%
GTE1002	Volume total de esgoto coletado	ES	1.000 m3	52.878	52.360	+1,0%
GTE1014	Volume total de esgoto tratado	ES	1.000 m3	52.878	52.359	+1,0%
GTE1016	Consumo total de energia elétrica no sistema de esgotamento sanitário	EG	1.000 Kw	29.800	29.495	+1,0%
IAG1002	Densidade de economias de água por ligação	SG	Econ./Ligação	1,53	1,51	+1,4%
IAG0002	Atendimento da população urbana com rede de abastecimento de água	SG	Percentual	95,98%	97,65%	-1,67
IES0002	Atendimento da população urbana com rede coletora de esgoto	SG	Percentual	29,83%	31,37%	-1,54
IAG2013	Perdas totais de água na distribuição	EG	Percentual	35,45%	37,30%	-1,85

10.1. FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA

Em 2025, foram transportados 269 milhões de metros cúbicos de água tratada para atender uma base de clientes de 1,3 milhão de unidades autônomas com abastecimento de água. A Tabela 11 apresenta os principais indicadores operacionais da Companhia referentes às operações dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA):

Tabela 11 - Atendimento com abastecimento de água - dados consolidados

Itens	Unidades	2025
Sistemas operados	número	235
Municípios com contratos vigentes	número	182
Municípios com operação	número	194
Clientes municipais (atacado)	número	6
População total atendida	habitantes	3.020.092
Ligações faturadas	número	861.140
Unidades autônomas	número	1.317.757
Extensão de rede	km	15.711
Volume de água faturado	1.000 m³	186.954

A Tabela 12 detalha a quantidade de unidades autônomas por categoria de consumidor. A partir deste relatório, passamos a apresentar os clientes municipais como uma categoria segregada — composta por municípios que adquirem água tratada da CASAN. Em 2025, essa categoria contempla 6 localidades: Alto Bela Vista, Imbituba, Morro da Fumaça, Palhoça, Penha e Três Barras. Anteriormente, o consumo desses clientes era consolidado na categoria Pública. Para assegurar a comparabilidade dos dados, os anos anteriores foram recalculados e agora refletem essa nova segmentação.

Em 2025, o serviço de água passou a atender mais 15 mil unidades e 10 mil são residenciais. Excluindo a saída de Concórdia, o crescimento foi de 37 mil novas unidades consumidoras. O maior crescimento foi observado entre as unidades comerciais, com um aumento de 4,1% em comparação ao ano anterior.

Tabela 12 - Número de unidades autônomas ativas com abastecimento de água

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	1.072.512	1.104.749	1.132.894	1.165.002	1.175.504
Comercial	104.443	107.309	110.394	113.658	118.321
Industrial	6.828	7.104	7.493	7.850	8.141
Pública	15.228	15.417	15.648	15.687	15.777
Municipal	11	12	14	14	14
Total	1.199.022	1.234.591	1.266.443	1.302.211	1.317.757

Os municípios com mais consumidores novos atendidos pelo serviço de água foram Florianópolis (5.526), Chapecó (3.399), São José (2.686), Criciúma (2.215) e Balneário Piçarras (2.108). Proporcionalmente, os municípios com maior crescimento percentual foram Aurora (46,4%), Ponte Serrada (14%), Santa Terezinha do Progresso (12,3%), Ermo (11,5%) e Passo de Torres (11,1%).

Tabela 13 - Volume faturado de água fornecida a consumidores (em 1.000 m³)

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	121.341	124.192	130.824	134.271	135.592
Comercial	11.815	12.860	13.705	14.087	14.342
Industrial	2.991	2.933	3.124	3.496	3.523
Pública	5.028	5.970	6.566	6.720	6.850
Municipal	19.460	21.600	24.879	27.310	26.647
Total	160.634	167.554	179.099	185.883	186.954

O volume faturado evoluiu 0,6% no período, consolidando uma base estável e previsível de receita que acompanha o crescimento da base de clientes. Analisando por segmento, identificamos um maior dinamismo no consumo comercial que cresceu 1,8%, indicando aquecimento do setor de serviços. Já a base residencial, que representa 72,5% do volume total faturado, também apresentou crescimento sólido de quase 1%, reforçando a resiliência do nosso negócio perante variações econômicas.

Tabela 14 - Extensão de rede de abastecimento de água (em km)

Extensão	2021	2022	2023	2024	2025
Rede de Água	15.131	15.379	15.126	15.671	15.711

A estratégia de expansão da cobertura gerou um crescimento bruto de 399,1 km na rede de água em 2025. Após o ajuste da saída de Concórdia, consolidamos uma expansão líquida de 40,2 km. Os municípios com maior crescimento da rede foram Criciúma (25 km), Lajeado Grande (23,5 km), Içara (22,8 km), Treze de Maio (20,4 km) e Balneário Piçarras (19,5 km).

Tabela 15 - Indicadores operacionais do abastecimento de água

Indicadores Operacionais	2021	2022	2023	2024	2025
Volume Produzido (1.000 m³)	263.959	272.184	279.637	293.511	293.671
Ligações (un.)	808.110	827.229	843.982	862.525	861.140
População total atendida pela CASAN (%)	88,5	89,1	90,5	82,9	83,0
População urbana atendida pela CASAN (%)	100	100	100	97,7	96,0
Índice de Hidrometração (%)	99,6	99,6	99,6	99,7	99,6
Índice de Macromedição Distribuído (%)	71,9	76,8	78,7	78,0	85,5
Índice de Perdas Totais (%)	39,4	35,7	33,6	37,3	35,5
Índice de Perdas Totais (IPL) (L/Lig.Dia)	353	345	327	340	333

O volume de água produzido compreende a água bruta captada ou importada que foi tratada, sendo medido ou estimado nas saídas das Estações de Tratamento de Água (ETA) em condição de disponibilidade para o consumo. Esse volume teve um aumento de 159 mil metros cúbicos em 2025, um crescimento de 0,05% em relação ao ano anterior.



As ligações ativas de água são imóveis conectados a pontos na rede de distribuição que receberam água em dezembro de 2025. Cada ligação pode ter uma ou mais unidades consumidoras, como um prédio com apenas uma ligação e muitos apartamentos. No ano, houve uma redução em 1.385 ligações ou -0,2% em relação ao ano anterior, devido à saída de Concórdia.

O atendimento da população total é calculado pela divisão da população atendida com abastecimento de água pela rede pública sobre a população residente de cada município. A população atendida é estimada pela quantidade de unidades residenciais multiplicada pela taxa média de habitantes por domicílio do Censo de 2022. A população residente é estimada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Em 2025, houve um aumento de +0,1 ponto percentual (p.p.) devido ao crescimento de clientes residenciais superior à taxa de crescimento populacional.

Em 2025, observamos uma variação técnica de -1,7 p.p. no índice de atendimento urbano, impulsionada exclusivamente pela atualização do IBGE, que alterou a taxa de urbanização e elevou a base de cálculo da população urbana. É fundamental destacar que a base de clientes reais (unidades autônomas residenciais ativas) continuou a crescer de forma estável. O indicador reflete, portanto, um ajuste na métrica, e não uma mudança na performance comercial ou operacional.

O índice de hidrometração é o cálculo entre a quantidade de ligações de águas micromedidas com hidrômetros instalados e o total de ligações de água cadastrados. Esse índice segue estável em torno de 99,6%, o que reflete a confiabilidade do faturamento e aprimora a apuração de perdas de água na distribuição.

O índice de macromedição considera que a unidade de tratamento está equipada com instrumentos de medição de volume cumulativo da água produzida que é disponibilizada para distribuição aos consumidores. O último ano foi marcado por um forte crescimento de +7,5 p.p., sendo a base para uma gestão eficiente dos volumes de água em um sistema de abastecimento, pois permite quantificar a água produzida, distribuída e consumida. A correta medição é essencial para identificar perdas e tomar decisões estratégicas. Ao comparar a água produzida com a consumida, por exemplo, é possível identificar discrepâncias que indicam vazamentos ou fraudes. A macromedição também auxilia no planejamento de investimentos e na avaliação de desempenho do sistema.

Em 2025, avançamos significativamente na eficiência operacional, reduzindo nossos Índices de Perdas na Distribuição em 1,8 p.p., para 35,45%. Na prática, isso representa uma economia de 6,56 litros e totalizando 333 litros por ligação por dia de perdas. Esse resultado demonstra a eficácia contínua do nosso programa de controle de perdas, convertendo ganhos de eficiência em preservação de recursos e melhoria do desempenho financeiro.

Conforme as Normas SASB (Sustainability Accounting Standards Board), a CASAN está inserida no setor industrial 39 de Concessionárias e Serviços de Água. Com base nos requisitos de divulgação do setor, as métricas de atividade apresentadas a seguir são indicadores quantitativos que ajudam a contextualizar a escala das operações associadas a riscos e oportunidades climáticas materialmente relevantes. Elas são essenciais para dar transparência e conectar nossa performance de sustentabilidade ao contexto financeiro do negócio.

Tabela 16 - Métricas operacionais do abastecimento de água conforme SASB

Código	Métrica Operacional	Unidade *	2025	2024	Variação
<b>Métricas do Abastecimento de Água</b>					
IF-WU-000.A	Número de clientes	Unidades Autônomas	1.317.757	1.302.211	+1,2%
	Residencial	Unidades Autônomas	1.175.504	1.165.002	+0,9%
	Comercial	Unidades Autônomas	118.321	113.658	+4,1%
	Industrial	Unidades Autônomas	8.141	7.850	+3,7%
	Pública	Unidades Autônomas	15.777	15.687	+0,6%
	Municipal	Unidades Autônomas	14	14	0,0%
IF-WU-000.B	Total de água fornecida	Mil metros cúbicos	269.374	287.759	-6,4%
	Águas subterrâneas	Porcentagem	13,32%	-	-
	Águas superficiais	Porcentagem	85,96%	-	-
	Águas adquiridas de terceiros	Porcentagem	0,71%	-	-
IF-WU-000.C	Total de água fornecida a clientes	Mil metros cúbicos	186.971	185.753	+0,7%
	Residencial	Mil metros cúbicos	138.770	137.177	+1,2%
	Comercial	Mil metros cúbicos	11.283	11.146	+1,2%
	Industrial	Mil metros cúbicos	3.440	3.405	+1,0%
	Pública	Mil metros cúbicos	6.830	6.714	+1,7%
	Municipal	Mil metros cúbicos	26.647	27.310	-2,4%
IF-WU-000.E	Extensão de rede de água	Quilômetros	15.711	15.671	+0,3%
<b>Gestão de Energia do Abastecimento de Água</b>					
IF-WU-130a.1	Total de energia consumida	Gigajoules	687.678	710.078	-3,2%
	Porcentagem de eletricidade da rede	Porcentagem	100,0	100,0	0,0%
	Porcentagem de energia renovável	Porcentagem	25,0	10,4	+140,4%
<b>Eficiência da Rede de Distribuição</b>					
IF-WU-140a.1	Índice de substituição da rede de água	Porcentagem	1,50%	-	-
IF-WU-140a.2	Volume de perdas reais de água não faturada	Mil metros cúbicos	62.882	64.411	-2,4%
<b>Eficiência no Uso Final</b>					
IF-WU-420a.1	Porcentagem das receitas de concessionárias de água provenientes de estruturas tarifárias destinadas a promover a conservação e a resiliência das receitas (TFDI)	Porcentagem	29,06%	29,29%	-0,23
<b>Resiliência do Abastecimento de Água</b>					
IF-WU-440a.1	Total de água proveniente de regiões com Estresse Hídrico de Base Alto ou Extremamente Alto	Mil metros cúbicos	35.353	33.862	+4,4%
	Porcentagem adquirida de terceiros	Porcentagem	0,23%	0,21%	+0,02
IF-WU-440a.2	Volume de água reciclada fornecida aos clientes	Mil metros cúbicos	0,00%	0,00%	-
<b>Resiliência da Rede e Impactos das Mudanças Climáticas</b>					
IF-WU-450a.3	Número de interrupções de serviço não planejadas (superior a 6 horas)	Ocorrências	81	-	-
	Clientes afetados	Unidades Autônomas	827.586	-	-

(\* **Unidade:** "Unidades Autônomas" para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) se refere a "Economias" pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), "Usuários" pela Lei nº 11.445/2007 e "Clientes" pelo Conselho de Padrões Contábeis de Sustentabilidade.

Discussão das estratégias para gestão de riscos associados à qualidade e disponibilidade de recursos hídricos (IF-WU-440a.3). A CASAN identifica como riscos significativos associados à qualidade, disponibilidade e acesso aos recursos hídricos aqueles decorrentes, principalmente, da variabilidade climática, da dependência de mananciais superficiais e das pressões antrópicas sobre as bacias hidrográficas utilizadas para abastecimento. Eventos extremos, como períodos prolongados de estiagem, reduzem a vazão dos mananciais e podem comprometer a continuidade do abastecimento, enquanto chuvas intensas concentradas provocam o carreamento de sedimentos e contaminantes, afetando a qualidade da água bruta e elevando a complexidade e os custos do tratamento. Somam-se a esses fatores os riscos associados à ocupação do solo em áreas de recarga, ao uso de agrotóxicos e à degradação de Áreas de Preservação Permanente, que ampliam a vulnerabilidade dos sistemas de captação e aumentam a exposição a fontes contaminadas.

Do ponto de vista regulatório e institucional, a Companhia também enfrenta riscos relacionados à manutenção de outorgas e direitos de uso da água, à necessidade de licenciamento ambiental contínuo e à dependência de infraestrutura essencial para garantir o acesso aos recursos hídricos. Em 2025, a CASAN avançou na consolidação de sua base regulatória, com a organização e atualização da documentação de mananciais e a obtenção de 42 outorgas, reduzindo riscos legais e fortalecendo o planejamento operacional e estratégico.

Como resposta a esses riscos, a CASAN vem estruturando uma estratégia integrada de gestão hídrica, baseada em monitoramento, planejamento de longo prazo e ações em nível de bacia hidrográfica. Destaca-se o projeto "Monitoramento e Previsão de Segurança Hídrica e Riscos Climáticos", que visa criar um sistema de análise de risco climático e previsão de disponibilidade hídrica em horizontes de curto, médio e longo prazo, subsidiando decisões sobre novos mananciais e investimentos estruturais.

Complementarmente, programas como o Projeto Mata Ciliar e o Projeto Produtor de Água do Rio Cubatão atuam na proteção de nascentes, recuperação de APPs e Pagamento por Serviços Ambientais, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da água e para a resiliência dos sistemas de abastecimento.

No âmbito operacional, a CASAN também adota estratégias de eficiência e redução de perdas, com avanços na macromedição e no controle de perdas na distribuição, o que reduz a pressão sobre os mananciais existentes e fortalece a segurança hídrica de forma indireta.

Em conjunto, essas ações demonstram que a gestão dos riscos hídricos da Companhia está orientada tanto à mitigação de impactos imediatos quanto à construção de resiliência estrutural frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelo crescimento da demanda.

10.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Em 2025, o volume tratado de esgoto pela companhia foi de 52,8 milhões de metros cúbicos, atendendo 412 mil unidades autônomas no estado de Santa Catarina. A Tabela 17 apresenta os principais indicadores operacionais da Companhia referentes às operações dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) e Esgotamento Sobre Rodas (ESR):

Tabela 17 - Atendimento com esgotamento sanitário - dados consolidados

Itens	Unidades	2025
Sistemas operados	número	38
Esgotamento Sobre Rodas	número	20
Municípios com contratos vigentes	número	182
Municípios com operação	número	57
População total atendida	habitantes	917.196
Ligações faturadas	número	166.026
Unidades autônomas	número	412.748
Extensão de rede	km	2.201
Volume de esgoto faturado	1.000 m³	47.452

A quantidade de unidades autônomas está detalhada na Tabela 18, segmentada por categoria ou tipo de consumidor. A partir deste relatório, passamos a apresentar os clientes municipais como uma categoria segregada — composta por municípios que adquirem água tratada da CASAN. Em 2025, essa categoria contempla 6 localidades: Alto Bela Vista, Imbituba, Morro da Fumaça, Palhoça, Penha e Três Barras. Anteriormente, o consumo desses clientes era consolidado na categoria Pública. Para assegurar a comparabilidade dos dados, os anos anteriores foram recalculados e agora refletem essa nova segmentação.

Em 2025, o serviço de esgoto passou a atender quase 9 mil novas unidades, representando um aumento de 2,1% em relação ao ano anterior. Excluindo a saída de Concórdia, o crescimento foi de 17 mil novas unidades consumidoras. O número de unidades residenciais cresceu em quase 8 mil novos clientes e correspondem a quase 85% do total de unidades autônomas ativas em dezembro de 2025.

Tabela 18 - Número de unidades autônomas ativas com rede pública de esgotamento sanitário

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	264.401	288.885	308.002	342.929	350.579
Comercial	45.075	48.352	50.641	55.746	56.794
Industrial	1.246	1.391	1.460	1.642	1.565
Pública	3.034	3.273	3.448	3.760	3.810
Municipal	0	0	0	0	0
Total	313.756	341.901	363.551	404.077	412.748

Os municípios com mais consumidores novos atendidos pelo serviço de esgotamento sanitário foram Chapecó (3.170), Florianópolis (3.066), Criciúma (2.210), Xanxerê (1.275) e São José (1.156). Proporcionalmente, os municípios com maior crescimento percentual foram Itá (133,5%), Xanxerê (40,8%), Içara (19,3%), Balneário Piçarras (18,8%) e Biguaçu (17,4%).

Tabela 19 - Volume faturado de esgoto de consumidores (em 1.000 m³)

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025
Residencial	27.695	30.916	33.563	35.883	38.063
Comercial	4.395	5.215	5.587	5.945	6.275
Industrial	323	391	471	481	500
Pública	1.800	2.134	2.306	2.394	2.614
Municipal	0	0	0	0	0
Total	34.214	38.657	41.928	44.703	47.452

O crescimento de 6,2% no volume faturado consolida uma trajetória de expansão sólida e diversificada. A base residencial, responsável por 84% do volume faturado, cresceu 6,1%, garantindo previsibilidade e resiliência. Paralelamente, os segmentos Público (+9,2%) e Comercial (+5,6%) apresentaram performance destacada, demonstrando nossa capacidade de capturar crescimento tanto na esfera pública quanto no setor de serviços. Esse equilíbrio estratégico reforça a solidez do nosso modelo de negócios.

Tabela 20 - Extensão de rede de esgotamento sanitário (em km)

Extensão	2021	2022	2023	2024	2025
Tubulação de Esgoto	1.781	1.894	1.978	2.224	2.201

A gestão ativa da rede de esgotamento sanitário gerou um crescimento orgânico de 38,2 km em 2025. A expansão foi liderada por Chapecó (16,3 km), Curitiba (10,5 km), Piratuba (9,3 km), Biguaçu (3 km) e Içara (2,3 km), reforçando nosso compromisso de expansão da rede. O resultado líquido (-22,7 km) reflete o ajuste do perímetro operacional com a saída de Concórdia.

Tabela 21 - Indicadores operacionais do esgotamento sanitário

Indicadores Operacionais	2021	2022	2023	2024	2025
Volume Coletado (1.000 m³)	41.950	48.144	48.616	52.360	52.878
Ligações (un.)	119.269	135.588	143.895	165.131	166.026
Atendimento Total pela CASAN (%)	23,8	25,9	27,4	25,1	25,2
Índice de Tratamento (%)	100	100	100	100	100

O volume total de esgoto coletado é medido ou estimado nas entradas das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), incluindo possíveis variações como infiltrações de rede, volumes não autorizados, ligações clandestinas de água pluvial, infiltrações em elevatórias, entre outros. Em 2025, o volume aumentou em 517 mil metros cúbicos, um crescimento de quase 1% em relação ao ano anterior.

As ligações ativas de esgoto são imóveis conectados a pontos na rede de coleta que foram faturados em dezembro. Cada ligação pode ter uma ou mais unidades consumidoras, como um prédio com apenas uma ligação e muitos apartamentos. Em 2025, houve um aumento de 895 novas ligações nos sistemas de esgotamento sanitário, uma variação anual de +0,54%.

O atendimento da população total é calculado pela população atendida com a rede pública de esgotamento sanitário e com o Esgotamento Sobre Rodas dividido sobre a população residente de cada município. Em 2025, houve um aumento de 0,1 ponto percentual devido ao crescimento do número de unidades autônomas residenciais ativas acima da taxa de crescimento populacional.

Um ponto de destaque é o Índice de Tratamento. Ao longo dos últimos anos ele tem permanecido em 100%. As Estações de Tratamento de Efluentes utilizam tecnologias de Lagoas de Estabilização, Lodos Ativados (valos de oxidação, aeração prolongada) ou Filtros Biológicos. Elas promovem a depuração das águas servidas antes de encaminhar ao corpo receptor (rios e mares). É importante enfatizar que a elevação do volume tratado de esgoto proporciona, além da preservação do meio ambiente, efeitos benéficos para a saúde e a qualidade de vida da população, além dos ganhos econômicos gerados pela valorização dos imóveis.

A partir desse ano, os resultados do Programa Esgotamento Sobre Rodas passam a integrar as divulgações operacionais da Companhia. Voltado a pequenos municípios sem viabilidade econômica para sistemas coletivos, mas com características urbanas compatíveis com soluções individuais de tratamento, o Programa tem potencial para ampliar significativamente a cobertura de saneamento nessas localidades. Na primeira fase, realizada em 20 municípios, foram concluídas 9.106 vistorias, com 6.061 unidades consumidoras consideradas aptas a receber o serviço. Para acelerar o processo, a CASAN contratou empresas especializadas e atualmente 60 municípios já contam com atividades do Programa. Com a adoção de atas de registro de preço para viabilizar a limpeza periódica das fossas a partir de 2026, a operação deverá ganhar escala, contemplando 121 municípios no total. A implantação está prevista para ser concluída em 2027, quando o Programa entrará em fase de consolidação.

Conforme as Normas SASB (Sustainability Accounting Standards Board), a CASAN está inserida no setor industrial 39 de Concessionárias e Serviços de Água. Com base nos requisitos de divulgação do setor, as métricas de atividade apresentadas a seguir são indicadores quantitativos que ajudam a contextualizar a escala das operações associadas a riscos e oportunidades climáticas materialmente relevantes. Elas são essenciais para dar transparência e conectar nossa performance de sustentabilidade ao contexto financeiro do negócio.



Tabela 22 - Métricas operacionais do esgotamento sanitário conforme SASB

Código	Métrica Operacional	Unidade *	2025	2024	Varição
<b>Métricas do Esgotamento Sanitário</b>					
IF-WU-000.A	Número de clientes com esgotamento sanitário	Unidades Autônomas	412.748	404.077	+2,1%
	Residencial	Unidades Autônomas	350.579	342.929	+2,2%
	Comercial	Unidades Autônomas	56.794	55.746	+1,9%
	Industrial	Unidades Autônomas	1.565	1.642	-4,7%
	Pública	Unidades Autônomas	3.810	3.760	+1,3%
IF-WU-000.D	Volume médio de águas residuais tratadas por dia (**)	Metros cúbicos por dia	146.864	-	-
	Esgoto sanitário	Metros cúbicos por dia	144.870	143.058	+1,3%
	Esgoto combinado	Metros cúbicos por dia	1.994	-	-
IF-WU-000.E	Extensão de rede de água	Quilômetros	2.201	2.224	-1,0%
<b>Gestão de Energia do Esgotamento Sanitário</b>					
IF-WU-130a.1	Total de energia consumida	Gigajoules	107.278	107.614	-0,3%
	Porcentagem de eletricidade da rede	Porcentagem	100,0	100,0	0,0%
	Porcentagem de energia renovável	Porcentagem	35,0	9,3	+276,3%
<b>Resiliência da Rede e Impactos das Mudanças Climáticas</b>					
IF-WU-450a.2	Número de transbordamentos de esgoto sanitário (SSO)	Ocorrências	935	-	-

(\*) **Unidade:** "Unidades Autônomas" para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) se refere a "Economias" pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), "Usuários" pela Lei nº 11.445/2007 e "Clientes" pelo Conselho de Padrões Contábeis de Sustentabilidade.

(\*\*) **IF-WU-000.D Volume médio de águas residuais tratadas por dia:** Dados restritos a unidades com controle de medição consolidado. Esgoto combinado considera apenas URA Beira-Mar Norte. A URA Rio do Brás permanece excluída por não possuir infraestrutura adequada para medição e controle dos efluentes captados. Unidades em fase de estruturação ou caráter experimental não foram contabilizadas, como UGL Canasvieiras e UGL Descanso.

Descrição dos esforços para identificar e gerenciar riscos e oportunidades relacionados com o impacto das mudanças climáticas na distribuição e na infraestrutura de águas residuais (IF-WU-450a.4). A CASAN vem estruturando um conjunto de esforços técnicos, institucionais e operacionais para identificar e gerenciar os riscos e oportunidades associados aos impactos das mudanças climáticas na distribuição e na infraestrutura de águas residuais. Nesse contexto, destaca-se a realização do Estudo de Vulnerabilidade Climática dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), que proporcionou à Companhia uma análise sistematizada dos riscos relacionados a variáveis hidrológicas e meteorológicas, como alterações nos regimes de chuvas e temperatura, bem como a ocorrência de eventos extremos, incluindo inundações, escassez hídrica, erosão e deslizamentos de terra. O estudo permitiu classificar as condições de risco das infraestruturas existentes, identificar pontos críticos e avaliar a exposição dos sistemas a cenários climáticos adversos atuais e futuros.

As informações produzidas a partir desse diagnóstico vêm sendo utilizadas como subsídio para a priorização de investimentos, a definição de medidas de adaptação e resiliência e a estruturação de projetos de modernização dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, especialmente em áreas sujeitas a alagamentos e sobrecargas hidráulicas. Esses resultados também apoiam a elaboração de pleitos de financiamento junto a instituições financeiras, fortalecendo a capacidade da CASAN de captar recursos destinados à ampliação e à proteção de infraestruturas mais vulneráveis.

Paralelamente, a Companhia adota uma abordagem integrada de gestão de riscos corporativos, na qual unidades especializadas atuam de forma coordenada para monitorar riscos operacionais e estratégicos, incluindo aqueles inerentes aos sistemas de esgotamento sanitário. Essa estrutura de governança permite maior visibilidade dos riscos climáticos, reforça os mecanismos de controle interno e favorece a incorporação de critérios de resiliência climática no planejamento e na tomada de decisão.

Como oportunidade, a CASAN também tem investido em inovação tecnológica e soluções adaptativas, como o fortalecimento do Programa Esgotamento Sobre Rodas e a implantação de unidades de gerenciamento de lodo com tecnologias baseadas em *wetlands*, que ampliam a capacidade de atendimento em municípios de pequeno porte e reduzem a vulnerabilidade dos sistemas convencionais frente a eventos extremos.

Em conjunto, essas iniciativas demonstram que a gestão dos impactos climáticos no esgotamento sanitário da CASAN está orientada não apenas à mitigação de riscos, mas também à exploração de oportunidades de modernização, eficiência operacional e aumento da resiliência das infraestruturas.

## 11. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A CASAN mantém parcerias estratégicas com instituições de referência, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Em 2025, foram concluídos 26 projetos que totalizaram investimentos na ordem de R\$ 3,6 mi nos últimos 4 anos. Essas iniciativas abrangem áreas multidisciplinares, incluindo as Engenharias Sanitária, Ambiental e Civil, além de Biologia, Arquitetura, Direito e Zootecnia. Somado ao fomento acadêmico, a Companhia investe continuamente em inovação incremental para otimizar sistemas operacionais e elevar a eficiência dos serviços prestados. Paralelamente, a CASAN inicia uma transição rumo à inovação disruptiva, focando na valorização de subprodutos, como o lodo de ETAs e ETEs, para a máxima otimização de recursos.

A CASAN também procura inovar na busca por uma alternativa para prestação de serviço de Esgotamento Sanitário em pequenos municípios operados pela Companhia e, em conjunto com as agências reguladoras do Estado de Santa Catarina, implantou um piloto, no município de Descanso, para a implementação da coleta programada do lodo de sistemas de tratamento individuais de esgoto. Esta nova alternativa de serviço de esgotamento sanitário foi chamada de Esgotamento sobre Rodas.

Atualmente, 59 municípios conveniados com a CASAN já contam com o Programa Esgotamento sobre Rodas, em diferentes estágios de implantação/operação. Cerca de outros 60 municípios já demonstraram interesse no novo modal de atendimento e incorporaram em seus processos de adequação da concessão esta modalidade na sua trajetória de universalização. Destaca-se que, ainda em 2023, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina (ARIS-SC) apresentou a Resolução Normativa nº 39 que descreve o escopo regulatório do novo serviço a ser prestado. Deste modo, a Companhia busca realizar o tratamento do lodo com diferentes estratégias, dentre elas o uso de soluções baseadas na natureza (SBNs) que estão no seu rol de pesquisas aplicadas.

## 12. UNIVERSIDADE CORPORATIVA

Desde 2019, a Universidade Corporativa CASAN alinha suas ações ao Planejamento Estratégico da Companhia, conectando os projetos desenvolvidos aos Objetivos Estratégicos e metas estabelecidas para o período. Sua atuação ocorre por meio de cursos ministrados por instrutores internos e externos, palestras, oficinas e *workshops*, promovendo a atualização, o treinamento e o desenvolvimento dos *stakeholders* internos e externos, além da disseminação da cultura empresarial. Assim como uma edificação se sustenta a partir de bases sólidas, o desenvolvimento das pessoas e de suas trajetórias profissionais constrói-se de forma contínua e estruturada. Nesse contexto, a UniCASAN exerce papel estratégico ao apoiar a formação e o aperfeiçoamento dos colaboradores, contribuindo para o fortalecimento da Companhia frente aos desafios do Novo Marco Legal do Saneamento e do processo de Regionalização, assegurando um corpo técnico qualificado, integrado e alinhado às diretrizes e aos objetivos organizacionais.

Em 2025 a estrutura da Companhia passou por mudanças significativas em sua estrutura, sendo necessário novo planejamento das ações da UniCASAN em virtude da aprovação da nova Estratégia de Longo Prazo, onde foram redefinidos missão, visão e valores, além da definição de novos objetivos estratégicos, indicadores de negócios e a atuação com base em projetos estratégicos. Foram priorizadas ofertas de ações de capacitação e desenvolvimento por meio de plataforma online própria, objetivando maior alcance e redução de custos indiretos com diárias, passagens e transporte. Foram lançados 18 novos cursos, totalizando 130 cursos disponíveis aos empregados, estagiários, jovens aprendizes e terceiros.

A principal ação de capacitação contratada pela Universidade Corporativa CASAN em 2025 foi o 12º Encontro Técnico CASAN: Gestão Moderna, Serviço com Excelência. O evento reuniu 537 empregados participando concomitantemente de forma presencial e online, onde foram debatidos temas relacionados a 4 eixos norteadores principais, quais sejam: Operação de Esgoto, Operação de Água, Governança e Transparência e Inovação.

A CASAN fortaleceu sua estratégia de valorização do capital intelectual ao adotar as categorias do Prêmio Nacional de Qualidade no Saneamento (PNQS) para premiação interna de iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, visando reconhecer colaboradores que implementaram soluções práticas para desafios operacionais e regulatórios. A iniciativa, coordenada pela Universidade Corporativa, promove melhoria contínua e alinha a empresa às melhores práticas do setor:

- **PGA - Gestão de Ativos.** Modernização ETA Canal do Gi. A CASAN de Laguna promoveu atualização tecnológica, readequação de processos e investimentos em infraestrutura para superar limitações estruturais e riscos ao abastecimento. O projeto resultou em maior confiabilidade, eficiência energética, redução de perdas, melhoria da qualidade da água e alinhamento às exigências regulatórias, gerando ganhos institucionais e estratégicos para a segurança hídrica e sustentabilidade do sistema.

- **IGS - Inovação da Gestão.** Inovação Sustentável: A Adesão da CASAN à Lei do Bem. A CASAN implementou uma estratégia para utilizar os incentivos fiscais da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) visando estimular a pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica (PD&I). Por meio de um grupo de trabalho multidisciplinar, a CASAN estruturou a identificação de projetos elegíveis, resultando na submissão de 10 projetos com dispêndios de R\$ 4,8 milhões e uma economia tributária de aproximadamente R\$ 675 mil em IRPJ e CSLL. Além do retorno financeiro, a iniciativa fortaleceu a cultura de inovação, a integração entre áreas e o alinhamento da empresa às práticas de sustentabilidade (ESG)

- **PEOS - Eficiência Operacional.** Pesquisa de vazamentos não visíveis por imagem de satélite, pelo uso de Radar de Abertura Sintética (SAR) de banda L. A CASAN implementou uma tecnologia inovadora de sensoriamento remoto por satélite para detectar vazamentos não visíveis em redes de água, reduzindo perdas e aumentando a eficiência operacional. A pesquisa, iniciada em 2024, utiliza imagens de satélite para gerar pontos de interesse validados em campo, resultando na identificação de 103 vazamentos com índice de acerto de 24,5%, economia de 20,7 litros por segundo e recuperação financeira de R\$ 2,5 milhões anuais, além de benefícios ambientais e sociais.

A UniCASAN participou ainda da organização da participação da Companhia no Summit Cidades 2025, evento voltado ao debate de soluções inovadoras para os municípios. Neste evento a participação foi marcada pelo compartilhamento do conhecimento em estande próprio além da participação do Diretor Presidente como palestrante no palco principal. Uma oportunidade estratégica para reafirmar o protagonismo da CASAN nas áreas de saneamento e gestão hídrica. Outro evento organizado pela Universidade Corporativa foi a participação no Congresso de Municípios, Associações e Consórcios de Santa Catarina-COMAC 2025, oportunidade para reforçar a credibilidade da Companhia no mercado, estreitar relações com parceiros estratégicos, atrair novos clientes e investidores, e compartilhar conhecimento. Com estande próprio envolvendo atividades de educação ambiental, palestras e espaço de integração, a Companhia esteve presente nos palcos principais do evento com a participação de seu corpo técnico e Diretores.

Além das ações de capacitação e desenvolvimento realizadas nas modalidades presencial e a distância, a CASAN mantém o Programa de Auxílio Educação, destinado ao fomento da qualificação formal de seus empregados. No exercício de 2025, foram concedidos 68 novos benefícios, totalizando 142 empregados contemplados, com investimento global de R\$ 375.232,90. O programa viabiliza a realização de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Com a celebração do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025, houve a ampliação da oferta de pós-graduação *stricto sensu* aos empregados dos níveis Operacional e Técnico-Administrativo, medida que resultou em incremento na demanda pelo benefício. Em 2025, registrou-se a concessão de 33 novos auxílios para cursos de mestrado e 3 para doutorado, evidenciando o fortalecimento da política institucional de desenvolvimento educacional e a consolidação de uma cultura organizacional orientada à qualificação contínua.

Tabela 23 - Quantitativo de empregados por nível de escolaridade

Escolaridade	2025		2024		Varição (qtde.)
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	
Médio incompleto	193	7,1%	202	7,3%	-4,5%
Médio	388	14,2%	443	15,9%	-12,4%
Curso Técnico	166	6,1%	176	6,3%	-5,7%
Superior	403	14,8%	615	22,1%	-34,5%
Especialização	1.432	52,5%	1.230	44,2%	+16,4%
Mestrado	131	4,8%	106	3,8%	+23,6%
Doutorado	17	0,6%	12	0,4%	+41,7%
<b>Total</b>	<b>2.730</b>	<b>100%</b>	<b>2.784</b>	<b>100%</b>	<b>-1,9%</b>

A CASAN integra ainda programas que possibilitam ao estudante – estagiários e jovens aprendizes – a vivência em diferentes áreas, permitindo que eles invistam naquela com a qual mais se identificam, tornando a experiência fundamental tanto para a sua concepção da profissão quanto para a percepção sobre a própria Companhia. Em 2025, o Programa de Estágio contou com uma média de 95 estudantes de nível médio, técnico ou superior, a um custo anual total de R\$ 1.103.343,29. Já o programa Jovem Aprendiz contou com uma média de 100 jovens, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social e econômica, a um custo anual total de R\$ 2.422.204,42. A este público, além de poderem participar das ações de capacitação e desenvolvimento ofertadas ao corpo funcional, foi desenvolvida uma trilha de aprendizagem específica com título "Água Bruta", onde o objetivo do projeto é possibilitar aos participantes aplicar na prática seus conhecimentos teóricos, desenvolver seu potencial cognitivo através de capacitações on-line em plataforma própria, e de formar cidadãos com consciência ambiental.

Nossos estudantes são estimulados a participarem também de concursos e competições em nome da Companhia ou ainda na contribuição em projetos internos ou de pesquisa. Tal incentivo retorna como reconhecimento externo, como foi a 1ª colocação na categoria estadual pelo segundo ano consecutivo no Prêmio IEL de Talentos, promovido pelo Instituto Euvaldo Lodi/Fiesc em 2024.

## 13. CAPITAL HUMANO

### QUADRO DE PESSOAL

O quadro de pessoal da CASAN se manteve sem variações consideráveis no número de demissões, o que se atribui ao fato de não haver, no momento, nenhum programa de demissão em aberto. Com relação às admissões, além de atenderem as vagas de reposição, visam ao atendimento das ampliações e de novos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Ressalta-se que no exercício de 2025 não houve contratações, por não haver concurso público vigente com candidatos aprovados aptos à contratação. Nesse período, houve apenas 2 reintegrações ao quadro ativo de pessoal.

Tabela 24 - Admissões e demissões

Indicador	2025	2024	Varição
Admissões	2	91	-97,8%
Demissões	56	50	+12,0%
Número de empregados	2.730	2.784	-1,9%
Índice de Rotatividade*	2,03	1,81	+12,2%

\* Fórmula aplicada: Demitidos/((Quantitativo Anterior + Quantitativo Final do Ano)/2)\*100

A Tabela 25 demonstra a distribuição dos empregados da CASAN após a reestruturação ocorrida no ano de 2024, quando houve a distribuição dos empregados nas dez Agências Regionais, além da Matriz. Essa passou a contar com um quadro maior de pessoal, uma vez que atividades de atendimento ao público e de controle de qualidade (laboratórios de água e efluentes) tiveram sua vinculação hierárquica alterada, respondendo diretamente aos respectivos Diretores.

Tabela 25 - Quantitativo de empregados por região

Unidade organizacional	Número de empregados
Matriz	721
AGGF - Agência Regional Grande Florianópolis	464
AMLN - Agência Regional Litoral Norte	124
AGVI - Agência Regional Vale do Itajaí	249
AMCO - Agência Regional Contestado	92
AMPN - Agência Regional Planalto Norte	84
AGSU - Agência Regional Sul Catarinense	388
AMSE - Agência Regional Serra	100
AGOE - Agência Regional Oeste	266
AMMO - Agência Regional Meio Oeste	103
AMEO - Agência Regional Extremo Oeste	139
<b>Total</b>	<b>2.730</b>



Com relação à distribuição por grupos ocupacionais, ilustrada na Tabela 26, o Plano de Cargos e Salários da CASAN divide os cargos existentes na Companhia em três grupos: operacional; apoio técnico e administrativo; e nível superior. Destaca-se o quantitativo do grupo operacional, composto pelos cargos que realizam diretamente a operação das estações de tratamento de água e de esgoto e que realizam as atividades de manutenção de redes, sendo que, deste quantitativo, 1.058 são ocupantes do cargo de Agente Administrativo Operacional.

Tabela 26 - Quantitativo de empregados por grupos operacionais

Grupo ocupacional	Quantitativo
Operacional	1.902
Apoio Técnico e Administrativo	516
Nível Superior	312
Total	2.730

#### INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

Tabela 27 - Indicadores do corpo funcional

Indicador	2025	2024	Variação
Número de empregados no final do período	2.730	2.784	-1,9%
Número de admissões no período	2	91	-97,8%
Número de empregados maiores de 45 anos	1.441	1.347	+7,0%
Número de mulheres que trabalham na empresa	539	552	-2,4%
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	26,8%	27,6%	-0,8%
Número de negros(as) que trabalham na empresa	54	50	+8,0%
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,3%	0,6%	-0,3%
Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	101	88	+14,8%

Tabela 28 - Indicadores do corpo funcional por declaração de gênero

Nível hierárquico	Gênero	2025		2024		Variação
		Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	
Conselho de Administração e Diretoria Executiva	Feminino	3	21,4%	3	23,1%	0,0%
	Masculino	11	78,6%	10	76,9%	+10,0%
	Total	14	100%	13	100%	+7,7%
Liderança	Feminino	97	26,8%	96	27,6%	+1,0%
	Masculino	265	73,2%	252	72,4%	+5,2%
	Total	362	100%	348	100%	+4,0%
Não liderança	Feminino	442	18,67%	456	18,72%	-3,1%
	Masculino	1.926	81,33%	1.980	81,28%	-2,7%
	Total	2.368	100%	2.436	100%	-2,8%
Total	Feminino	539	19,7%	552	19,8%	-2,4%
	Masculino	2.191	80,3%	2.232	80,2%	-1,8%
	Total	2.730	100%	2.784	100%	-1,9%

Por ocasião da realização do primeiro Censo de Diversidade da CASAN não houve por parte dos respondentes, autodeclaração de não binários e/ou outros, razão pela qual a informação não está disposta no quadro acima. Para o ano de 2026 haverá a realização de mais uma edição do Censo de Diversidade da CASAN.

#### POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A política de remuneração da CASAN é estabelecida pelo Plano de Cargos e Salários (PCS), registrado na Superintendência Regional do Trabalho desde o ano de 1991, cuja finalidade é regulamentar os instrumentos e procedimentos que visam disciplinar o tratamento funcional/salarial a ser dispensado a todos os empregados da CASAN. A estrutura dos cargos e salários que define a gestão da política salarial da CASAN está basicamente apoiada nas descrições dos cargos, no sistema de avaliação que estabeleceu a hierarquia dos cargos, adotado quando da implantação do PCS e nas alterações decorrentes de Acordo Coletivo de Trabalho.

Os reajustes salariais e demais condições são todos definidos por ocasião das negociações junto aos Sindicatos representantes das categorias profissionais. Das negociações resulta o Acordo Coletivo de Trabalho, o qual contempla as condições de execução, com validade anual, tendo sua data base o mês de maio. O PCS prevê ainda a movimentação salarial de progressão vertical e horizontal, como mecanismo de reconhecimento e mérito, baseados em critérios de avaliação de desempenho dos empregados, que consideram aspectos relacionados a competências e resultados. Além desta modalidade de progressão, há ainda a progressão por tempo de serviço, contemplada no referido documento.

Atualmente, a CASAN possui uma estrutura de cargos agrupados por 3 grupos ocupacionais: atividades técnicas e operacionais, atividades de apoio técnico e administrativo; e atividades de nível universitário. O PCS traz também a estruturação da escala salarial, matriz onde os salários estão hierarquizados por 58 referências com intervalos uniformes de 5%, que por sua vez estão subdivididas em intervalos de 1,64%. Para cada um dos cargos integrantes da estrutura da CASAN, há um intervalo denominado "faixas salariais" inicial e final, sendo então este critério adotado para cada cargo dos 3 grupos ocupacionais, não se tendo distinção salarial por "gênero", visto que o salário é diretamente vinculado ao cargo, independentemente do gênero.

Tabela 29 - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual (Lei nº 15.177, de 2025)

Grupo ocupacional	Gênero	2025	2024	Varição
Atividades técnicas e operacionais	Feminino	R\$ 8.469,51	R\$ 7.776,40	+8,9%
	Masculino	R\$ 8.880,64	R\$ 8.255,12	+7,6%
Atividades de apoio técnico e administrativo	Feminino	R\$ 7.190,48	R\$ 6.756,39	+6,4%
	Masculino	R\$ 9.472,01	R\$ 8.762,96	+8,1%
Atividades de nível universitário	Feminino	R\$ 19.105,49	R\$ 17.397,92	+9,8%
	Masculino	R\$ 20.422,73	R\$ 18.486,21	+10,5%

#### POLÍTICA DE BENEFÍCIOS

A política de benefícios da CASAN é normatizada através do Plano de Cargos e Salários, Acordo Coletivo de Trabalho e Normas específicas, sendo estendida a todos empregados da Companhia. Os benefícios são oferecidos a todos os empregados do quadro efetivo, mesmo aqueles que por circunstâncias específicas possuem jornada de trabalho diferenciada.

Os benefícios envolvem: abono de férias; abono de Natal; plano de saúde, por adesão individual, estendido a dependentes; plano odontológico, por adesão individual, estendido a dependentes; auxílio creche/babá destinado a empregados com filhos com idade entre 0 e 6 anos de idade; auxílio e licença ao empregado com filho ou dependente portador de necessidades especiais; auxílio educação na forma de subsídio de 50% no valor das mensalidades e matrículas para cursos de formação técnico, superior e pós graduação; auxílio funeral; CASANPREV – plano de previdência complementar; complemento de salário auxílio doença – destinado a empregados afastados pelo INSS por doença ou acidente de trabalho; licença maternidade estendida por 60 dias mediante solicitação da trabalhadora; licença paternidade estendida por 15 dias mediante solicitação do trabalhador; plano de cargos e salários; programa de alimentação ao trabalhador (PAT) – vale alimentação/refeição; vale cultura; e vale transporte.

#### AVIAÇÃO DE DESEMPENHO

A CASAN mantém em seu Plano de Cargos e Salários o processo de avaliação de desempenho que consiste na mensuração e acompanhamento do empregado face à demanda do seu cargo em relação aos padrões de desempenho definidos pela empresa em determinado período. Todos os empregados que estejam com seu contrato de trabalho ativo na Companhia recebem a avaliação periódica anual, conforme os requisitos e demais condicionantes do Plano de Cargos e Salários.

Os objetivos deste processo são: identificar o desempenho dos empregados, reconhecendo o seu potencial e buscando melhores resultados; facilitar o processo de planejamento organizacional e o alcance das metas institucionais; incentivar o comprometimento dos empregados com o alcance dos objetivos da instituição; fornecer informações que proporcionem melhoria de desempenho; estimular o fluxo de informação entre os diversos níveis hierárquicos para a melhoria das relações interpessoais e a qualidade dos serviços prestados; subsidiar o redimensionamento da força de trabalho em função das competências individuais e institucionais; identificar a necessidade de capacitação e qualificação para a melhoria de desempenho individual e coletivo; fornecer informações que possibilitem ao empregado avaliado conhecer o que a instituição espera de seu desempenho; subsidiar a concessão da progressão por merecimento; verificar empregados em condições de assumirem trabalho de supervisão ou funções mais elevadas.

## 14. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A responsabilidade social e ambiental é um compromisso permanente da CASAN, refletido em sua atuação voltada à preservação dos recursos naturais e na promoção da qualidade de vida da população. Ao longo dos anos, a empresa tem investido de forma contínua em projetos e ações voltados à recuperação de áreas de preservação permanente, à proteção dos mananciais e ao incentivo ao uso sustentável da água, contribuindo para a segurança hídrica e o desenvolvimento sustentável dos municípios catarinenses.

Dentre as iniciativas, destacam-se o Projeto Mata Ciliar, que busca proteger e recuperar nascentes e cursos d'água estratégicos, o Projeto Produtor de Água do Rio Cubatão, que visa a conservação dos recursos hídricos na Grande Florianópolis, e o Programa de Educação Ambiental. Além disso, a CASAN tem fortalecido sua atuação em segurança hídrica, por meio de parcerias acadêmicas para monitoramento climático e planejamento estratégico.

A Estação Verão é outro marco na atuação da empresa, garantindo a infraestrutura necessária para atender ao aumento da demanda durante a alta temporada, assegurando a qualidade do abastecimento e a balneabilidade das praias. Cada um desses projetos é detalhado ao longo dos próximos itens.

#### PROJETO MATA CILIAR

A proteção dos mananciais está diretamente associada à redução de vulnerabilidades no abastecimento e ao aumento da segurança hídrica dos municípios. Com esse objetivo, a CASAN desenvolve desde 2006, junto ao Consórcio Iberê, um projeto contínuo de proteção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) de nascentes e cursos d'água na Região Oeste.

A iniciativa tem como foco a proteção e a recuperação gradual de APPs vinculadas a nascentes, olhos d'água, córregos e trechos de cursos d'água, por meio do isolamento com cercas. Essa ação evita o acesso de animais, reduz o pisoteio e a compactação do solo e contribui para diminuir processos erosivos e o carreamento de sedimentos aos corpos hídricos, favorecendo a recomposição da vegetação ciliar e a melhoria das condições ambientais do entorno. Na prática, trata-se de uma medida preventiva que fortalece a integridade das áreas de recarga e apoia a manutenção da qualidade da água que abastece as cidades.

O projeto é realizado de forma integrada nos municípios que compõem o Consórcio Iberê — São Carlos, Águas de Chapecó, Planalto Alegre, Guatambú, Caxambu do Sul, Chapecó e Cordilheira Alta — e atende também demandas relacionadas a áreas prioritárias em mananciais de abastecimento público e seus afluentes, conforme as necessidades de proteção definidas pela CASAN. Essa articulação territorial amplia o alcance do programa e assegura que os esforços de conservação estejam alinhados aos pontos mais sensíveis para a segurança hídrica regional.

Em 2025, a continuidade e o fortalecimento dessa cooperação foram assegurados com a formalização do Convênio nº 898/2024 entre o Consórcio Iberê e a CASAN. No mesmo ano, as ações do projeto beneficiaram diretamente 39 famílias, com investimento de R\$ 409.813,68, direcionado à execução das atividades previstas e à manutenção do trabalho de proteção das APPs prioritizadas.

Ao consolidar, ano após ano, uma agenda conjunta de conservação, a parceria CASAN—Consórcio Iberê reforça o entendimento de que a sustentabilidade do saneamento depende também do cuidado com as áreas naturais que sustentam os sistemas de abastecimento. Em 2025, a iniciativa permaneceu como um componente relevante da estratégia ambiental da Companhia, ao promover proteção efetiva de APPs e contribuir para a resiliência dos mananciais que atendem a Região Oeste.

#### PROJETO PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO CUBATÃO

Desde 2022, a CASAN executa, de forma cooperativa e por intermédio do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), atual Secretaria de Meio Ambiente e Economia Verde (Semae), Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) e CASAN, o Projeto Produtor de Água na bacia hidrográfica do Rio Cubatão, importante manancial da região da Grande Florianópolis. Ao longo do ano de 2025, o projeto avançou de maneira significativa, com o fortalecimento da articulação entre as instituições envolvidas e o aprofundamento das discussões técnicas voltadas à sua efetiva implementação. Mantiveram-se e ampliaram-se os esforços conjuntos entre os signatários do Acordo, contando com a participação ativa do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Sul, Madre e bacias contíguas, da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e convidados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e o Instituto Água Conecta.

A bacia do Rio Cubatão (do Sul) recebeu investimentos da antiga Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDE), atual Secretaria de Meio Ambiente e Economia Verde (Semae), e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na elaboração de um planejamento estratégico que, além de fazer um diagnóstico de situação da bacia, apresenta as áreas prioritárias para a execução de intervenções para conservação da água, com necessidades cada vez mais urgentes ao longo dos anos, em virtude da problemática das alterações climáticas e eventos extremos, como as fortes enxurradas com alto índice de precipitação em poucas horas, onde carreamentos muitos sedimentos para o rio, prejudicando significativamente o sistema operacional da estação de tratamento de água da CASAN, bem como os extensos períodos de estiagem, que tornam o tratamento prejudicado e, por consequência, o abastecimento de água das cidades fica prejudicado, afetando a qualidade de vida dos moradores e o desenvolvimento econômico de setores importantes da região, como o turismo. No período, foi definida a Área de Proteção Ambiental (APA) da Vargem do Braço como área inicial de atuação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), considerando sua localização estratégica a montante das captações da CASAN. Restou definido que as ações iniciais contemplarão Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais inseridas em propriedades de agricultores familiares, respeitados os critérios legais, sendo vedada a participação de imóveis com autos de infração ambiental vigentes.

No âmbito técnico, avançaram os trabalhos do Grupo Técnico responsável pelo desenvolvimento da ferramenta de cálculo do PSA (calculadora ambiental), com a realização de ajustes metodológicos, inclusão de critérios relacionados à conectividade entre áreas naturais, restauração de topo de morro e definição de limitadores de bonificação, bem como a previsão de simulações em propriedades selecionadas. A ferramenta foi discutida e aprovada pelo Grupo Gestor.

Também em 2025, foram definidos os encaminhamentos para a estruturação do monitoramento ambiental e hidrológico da área do projeto, com a aprovação de proposta preliminar e a deliberação pela elaboração de Termo de Referência específico para o plano de amostragem, incluindo a avaliação do uso de agrotóxicos na região e o aproveitamento de dados históricos existentes de qualidade da água.

No que se refere ao planejamento estratégico e financeiro, foi apresentada e discutida a atualização do Plano de Ação do Projeto Produtor de Água do Rio Cubatão, estruturado para um horizonte de 20 anos, com custos estimados em valores atuais. O Plano distingue as ações passíveis de financiamento por meio do componente financeiro associado à tarifa de água, sujeito à aprovação da ARESC, e aquelas a serem viabilizadas por meio de parcerias institucionais, convênios e outras fontes de recursos.

Dessa forma, o ano de 2025 foi marcado pelo avanço na consolidação institucional e técnica do Projeto Produtor de Água na bacia do Rio Cubatão, viabilizando a operacionalização do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, com foco na segurança hídrica e na resiliência do sistema de abastecimento.

#### SEGURANÇA HÍDRICA

Desde 2024 a CASAN realizou importante aproximação junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para o desenvolvimento de projeto intitulado "Monitoramento e Previsão de Segurança Hídrica e Riscos Climáticos da CASAN". O projeto tem como objeto o desenvolvimento de uma base de dados hidroclimáticos e de uso de água consolidada, análise de risco climático e um sistema de monitoramento e previsão de disponibilidade hídrica para a CASAN, configurando um importante passo para melhores práticas de gestão hídrica, principalmente pela implantação de um mecanismo robusto de prevenção a eventos climáticos que possam interferir na dinâmica dos mananciais superficiais de abastecimento.

Ao longo de 2025, as instituições mantiveram tratativas técnicas e administrativas visando à formalização do convênio entre a CASAN e a UFSC, permanecendo em andamento os ajustes necessários à consolidação do instrumento jurídico que viabilizará a execução do projeto, o qual possui previsão de duração de 4 anos. Uma vez formalizado, o projeto contemplará, em sua etapa inicial, a realização de análise de tendências de vazão e precipitação dos pontos de captação de água superficial no Estado de Santa Catarina, produzindo um painel atualizado com a série de dados de cada bacia hidrográfica utilizada na captação de água. Posteriormente será realizada a caracterização meteorológica e das secas hidrológicas pelo Estado.

Todas essas etapas objetivam criar um sistema de análise de risco climático e previsão de curto, médio e longo prazo da disponibilidade hídrica das captações que integram as operações da CASAN e de possíveis novas captações. Este sistema proporcionará informações estratégicas e subsidiará a tomada de decisão sobre a adoção de novos mananciais e/ou execução de ações estruturais e estruturantes, tanto para preparação aos eventos de curto prazo (entre 1 a 2 anos), quanto aos eventos de longo prazo (20-30 anos).



Paralelamente, no âmbito das ações voltadas ao fortalecimento da segurança hídrica, a CASAN avançou, em 2025, no recebimento, organização e atualização da documentação de outorga dos mananciais utilizados para abastecimento, contribuindo para a consolidação da base regulatória e para o aprimoramento do planejamento operacional e estratégico dos sistemas de captação. Totalizaram-se 42 outorgas concedidas ao longo de 2025.

**ESTUDO DE VULNERABILIDADE CLIMÁTICA**

A partir dos resultados do primeiro estudo contratado para avaliação da vulnerabilidade climática dos sistemas de esgotamento sanitário (SES), a CASAN passou a dispor de uma análise estruturada dos riscos associados às variáveis climáticas e hidrológicas, incluindo variação das chuvas, das temperaturas e outros riscos como erosão, deslizamentos de terra, inundações e escassez hídrica. O estudo classificou as condições de risco dos sistemas, permitindo a identificação de pontos críticos das infraestruturas frente a cenários climáticos adversos atuais e futuros.

Essas informações subsidiam a priorização de investimentos, a definição de medidas de adaptação e resiliência e a estruturação de pleitos de financiamento junto a instituições financeiras. Após entender o impacto das mudanças climáticas nos SES, a CASAN passou a estudar os impactos nos sistemas de abastecimento de água (SAA). Foi contratado, em 2025, estudo semelhante, com previsão de conclusão em 2026.

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Ao longo dos últimos anos, a CASAN tem avançado no desenvolvimento de ações relacionadas ao saneamento ambiental, voltadas à promoção da saúde e do bem-estar nos municípios onde atua. Essas iniciativas vão além da distribuição de água tratada e da coleta e tratamento de esgoto, uma vez que buscam, por meio de ações de educação ambiental, incentivar a adoção de boas práticas e iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida nas cidades catarinenses.

Nessa perspectiva, a CASAN oferta, de forma estruturada, o Programa de Educação Ambiental, composto por 3 linhas de atuação voltadas à educação ambiental não formal, com o objetivo de compartilhar com a comunidade conhecimentos sobre a importância da preservação ambiental, com foco especial nas atividades-fim da Companhia, como o tratamento de água e esgoto.

No âmbito desse Programa de Educação Ambiental, destacam-se o Projeto Multiplicadores Ambientais, o Projeto de Trabalho Socioambiental (PTSA) e o Projeto Trato Pelo Saneamento. As ações desenvolvidas incluem visitas às unidades de tratamento de água e esgoto; palestras em universidades, empresas e eventos; aulas expositivas em escolas; participação em eventos e feiras municipais; ações vinculadas ao calendário ambiental; visitas domiciliares; ações de comunicação; orientação, fiscalização e inspeção de redes coletoras de esgoto, entre outras iniciativas.

O público alcançado por essas atividades apresenta elevado potencial de influência na formação de opiniões e na disseminação de informações qualificadas, atuando como agente multiplicador no território e contribuindo para a adoção de hábitos sustentáveis, a mudança de práticas cotidianas e o fortalecimento da consciência ambiental, com reflexos positivos na saúde pública e na qualidade de vida.

**PROJETO DE TRABALHO SOCIOAMBIENTAL (PTSA)**

Constitui um instrumento estratégico de apoio à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário, tendo como objetivo orientar, informar e preparar as comunidades beneficiadas para a correta utilização e preservação dessas estruturas. Por meio de ações educativas, informativas e participativas, o PTSA busca fortalecer a corresponsabilidade da população, contribuindo para a operação eficiente dos sistemas, a redução de impactos ambientais e a sustentabilidade dos investimentos realizados.

No decorrer do ano de 2025 a GMA coordenou a execução de projetos nos municípios de Balneário Piçarras, Coronel Freitas, Florianópolis (SES Insular e Saco Grande), Ipira-Piratuba, Itá, Mafra, São José (ETE Potecas) e Xanxerê. As ações executadas, entre elas 7.663 visitas domiciliares e institucionais, 1.177 comunicados em rádio, 136 releases, 58 ações socioambientais, com participação de 1.751 pessoas, 18 ações de educação ambiental, com 584 crianças participantes, entre outras, totalizaram R\$ 752.496,52 investidos no desenvolvimento de iniciativas voltadas ao bem-estar das comunidades atendidas.

Dessa forma, o PTSA se consolida como uma ferramenta essencial para integrar os aspectos técnicos, sociais e ambientais dos empreendimentos de saneamento, promovendo a participação comunitária, o diálogo social e a construção coletiva de práticas que assegurem benefícios duradouros para o meio ambiente e para a sociedade.

**PROJETO MULTIPLICADORES AMBIENTAIS**

O Projeto Multiplicador Ambiental tem como objetivo capacitar públicos interno (funcionários da empresa) e externo (comunidade em geral) para atuarem como agentes de transformação em seus ambientes de trabalho, comunidades e famílias, disseminando conhecimentos e práticas voltadas à proteção do meio ambiente. Por meio de palestras educativas em escolas, empresas e instituições, bem como de atividades integrativas realizadas nas unidades da CASAN, incluindo visitas às Estações de Tratamento de Água e de Esgoto, os participantes têm acesso a informações sobre saneamento básico, conservação ambiental, gestão de resíduos e uso racional dos recursos naturais. A iniciativa busca formar uma rede de multiplicadores capazes de estimular mudanças de comportamento e fortalecer uma cultura de responsabilidade socioambiental, contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos e para a ampliação do conhecimento da sociedade sobre a importância do saneamento para a qualidade de vida e a preservação ambiental.

Ao longo de 2025, foram registradas 321 solicitações para visitas a unidades, participação em eventos, palestras e feiras, das quais 297 foram atendidas, com a participação de 6.090 pessoas nas diversas ações desenvolvidas pelos multiplicadores ambientais. Apesar das limitações impostas por obras em suas unidades inviabilizando a visita técnica, a CASAN manteve o compromisso com a educação ambiental, adaptando as atividades e ampliando a atuação em ações externas, palestras e eventos.

Em janeiro de 2025, a CASAN lançou a série animada *Heróis do Saneamento*, voltada à educação ambiental de crianças e adolescentes. Com 6 episódios de curta duração, disponibilizados no canal da CASAN no YouTube e divulgados também nas redes sociais, a série aborda de forma lúdica temas como o uso responsável dos recursos naturais, a poluição das águas, o ciclo da água, a importância das florestas para os mananciais e os impactos do esgoto não tratado. As histórias acompanham os heróis Aquarina, Naraturaninja e Canoserta — personagens cujos nomes foram escolhidos em concurso com estudantes catarinenses — em aventuras educativas com as crianças Sandro e Catarina, combinando narrativas divertidas e canções originais para estimular a conscientização ambiental.

Figura 8 - Ilustração Heróis do Saneamento



**PROGRAMAS TRATO PELO SANEAMENTO**

São programas da CASAN que associam vistorias, orientação técnica gratuita e ações educativas voltadas à regularização das ligações de esgoto e combate à poluição decorrente do descarte irregular. Em 2025 as ações foram executadas em Florianópolis (Trato pela Costa Norte), São José (Trato pelo Araújo), Criciúma (Trato por Criciúma), Laguna (Trato por Laguna) e Chapecó (Trato pelo São José).

Com o trabalho de seus Tratos pelo Saneamento, a CASAN evitou em 2025 que aproximadamente 660,5 milhões de litros de esgoto sem tratamento fossem despejados no ambiente. O dado é equivalente a 264 piscinas olímpicas de 2,5 milhões de litros de esgoto que transbordariam para o solo, rios, mar ou praias.

Para alcançar esse resultado, 21.587 mil imóveis foram vistoriados com o objetivo de verificar a ligação ao Sistema de Esgoto da CASAN. Em quase 18.724 (86,7%) foram identificadas irregularidades, e cerca de 4.727 providenciaram as adequações (21,9%).

Os Tratos pelo Saneamento colaboram para que a Companhia cumpra sua missão de conscientizar e orientar a população a usar adequadamente a infraestrutura de esgoto instalada e operada nas cidades.

**OPERAÇÃO VERÃO**

Assim como acontece a cada nova temporada, em 2025 a CASAN estabeleceu o seu planejamento de ações e investimentos para garantir a qualidade e a continuidade dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos no período em que a demanda praticamente triplica nos municípios litorâneos.

Esta operação resultou na maior mobilização de recursos operacionais na história da CASAN, para a temporada de verão, incluindo a contratação de novos equipamentos (geradores, caminhões-pipa, hidrojatos, valetadores e escavadeiras), a execução de obras estruturantes, a realocação de colaboradores para as áreas de alta criticidade, a instalação de novos pontos de monitoramento (pressão/vazão) e a reativação de ativos ociosos.

Foram instalados em diferentes cidades, 36 novos reservatórios e poços para captação de água, além de outras ações estratégicas para a temporada de 2025/2026. Novos sistemas de bombeamento e redes de distribuição de água trouxeram maior garantia à operação nos municípios mais visitados, como Florianópolis, Garopaba, Barra Velha, Balneário Piçarras, Balneário Barra do Sul, Garopaba, Laguna e Passo de Torres.

Nas cidades atendidas com coleta e tratamento de esgoto, foram contratados novos caminhões para intensificar a limpeza periódica de redes e a frequência de manutenções preventivas em ETEs e Estações Elevatórias. Foram contratados novos geradores e distribuídos estrategicamente para assegurar a continuidade da operação das unidades operacionais de esgoto.

Em suporte às equipes operacionais, foi disponibilizada uma nova equipe para apoio 24h/dia ao Centro de Controle Operacional (CCO), ampliando assim a capacidade de supervisão remota da operação dos SAA/SES. Também foi implantada uma rotina de coleta, processamento e análise de dados diários dos SAA/SES, como os volumes de produção de água, coleta/tratamento de esgotos, conserto de vazamentos, além de serviços comerciais e de atendimento aos clientes.

A Operação Verão 2025/2026 cumpriu seu objetivo principal de garantir o abastecimento e o esgotamento sanitário em um cenário de carga extrema. O reforço preventivo de infraestrutura, a estratégia de monitoramento remoto e a integração entre as diferentes áreas da empresa em prol da Operação Verão, para maior agilidade dos processos internos, foram os pilares que sustentaram a operação regular dos sistemas SAA e SES durante os picos de demanda.

**GESTÃO AMBIENTAL DAS OBRAS**

A gestão ambiental das obras da CASAN é estruturada de forma sistêmica, preventiva e aderente às exigências dos órgãos ambientais, desde a fase de planejamento até a operação dos empreendimentos. Antes do início das obras, são realizados os estudos ambientais pertinentes ao porte e à tipologia do empreendimento, com a obtenção das licenças ambientais cabíveis e a incorporação das condicionantes ao planejamento executivo. Nessa etapa, são definidos os programas ambientais aplicáveis, como controle de erosão e sedimentos, gestão de resíduos, proteção de recursos hídricos, supressão vegetal autorizada, controle de ruídos e poeiras, bem como os procedimentos de comunicação e educação ambiental junto às equipes envolvidas.

Durante a fase de implantação, a gestão ambiental é conduzida por meio da implementação efetiva desses programas, com acompanhamento técnico e registros sistemáticos das ações executadas pela empresa executora da obra que são validadas pela Gerência de Meio Ambiente da CASAN. Companhia também mantém rotinas de vistorias nas obras e de verificação de conformidade, assegurando que as atividades executadas pelas empreiteiras estejam alinhadas às licenças ambientais, às normas técnicas e às boas práticas do setor. Os procedimentos são devidamente documentados, possibilitando a rastreabilidade das ações e a comprovação do atendimento às obrigações ambientais perante o órgão ambiental competente.

No ano de 2025 a Gerência de Meio Ambiente fez o acompanhamento da supervisão ambiental de 22 obras com Licença Ambiental de Instalação tanto de expansão como de melhorias operacionais em sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto em diversos municípios de Santa Catarina.

Em alguns casos de licenciamento com acompanhamento de condicionantes mais complexas, a CASAN realiza a contratação de empresa específica para supervisão ambiental das obras, como por exemplo na obra da nova ETE Potecas, em São José, em que a empresa contratada entrega mensalmente para a Companhia os relatórios de acompanhamento dos programas ambientais, tais como programa de sinalização permanente, de qualidade e segurança operacional, de controle acústico, gerenciamento de resíduos da construção civil, comunicação social, monitoramento de odores, corpo receptor e águas subterrâneas.

Por fim, a gestão ambiental das obras é integrada à política corporativa da Companhia, refletindo o compromisso institucional com a sustentabilidade, a proteção dos recursos naturais e a saúde pública. Essa abordagem integrada garante que os sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgoto sejam implantados de forma ambientalmente responsável, tecnicamente segura e em conformidade com a legislação vigente, reforçando a credibilidade da empresa junto aos órgãos de controle, à sociedade e às comunidades diretamente afetadas pelos empreendimentos.

**15. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

**15.1. ESTRUTURA ACIONÁRIA**

Em 2025, o Capital Social da Companhia finalizou o ano totalizando o montante de R\$ 1.407.315.280,89, representados por 1.194.827.477 ações, sendo 592.975.802 ações ordinárias e 601.851.675 ações preferenciais. A Figura 9 apresenta a composição acionária da CASAN em 2025. O Governo do Estado de Santa Catarina, detentor de 90,49% das ações, é o acionista majoritário da Companhia, enquanto a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) é a segunda maior acionista, detentora de 9,50% das ações. As demais ações estão pulverizadas no mercado entre pessoas físicas e jurídicas totalizando 0,01% das ações conforme descrito na Tabela 30.

Figura 9 - Composição acionária da CASAN em 31/12/2025

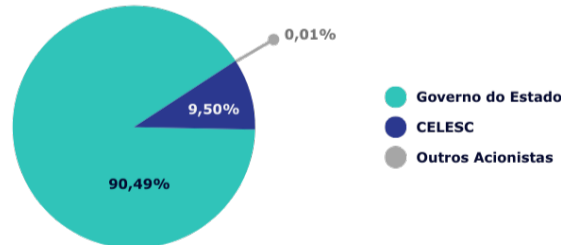


Tabela 30 - Composição acionária da CASAN em 31/12/2025

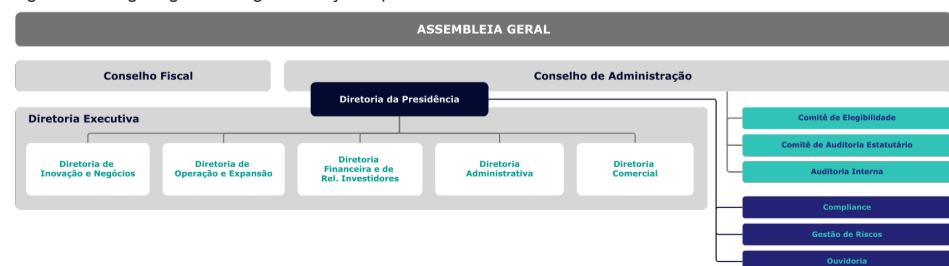
Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de ações	%
Governo do Estado de Santa Catarina	536.198.707	90,43	545.021.963	90,56	1.081.220.670	90,49
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	56.713.251	9,56	56.778.178	9,43	113.491.429	9,50
Outros Acionistas	63.844	0,01	51.534	0,01	115.378	0,01
Total	592.975.802	100	601.851.675	100	1.194.827.477	100

**15.2. ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

A administração da CASAN é exercida pela:

- Assembleia Geral, com funções deliberativas;
- Conselho de Administração, com funções deliberativas;
- Diretoria Executiva, com funções representativas e executivas;
- Conselho Fiscal, com função fiscalizatória.

Figura 10 - Organograma de governança corporativa





A Assembleia Geral de Acionistas é o órgão superior da Sociedade, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento da Sociedade, reunindo-se, ordinariamente dentro dos 4 primeiros meses de cada ano, e, extraordinariamente, quando convocada observadas as prescrições legais. É constituída pelos representantes legais dos acionistas, com qualidade para comparecer e deliberar sobre matérias submetidas à ordem do dia.

O Conselho de Administração, órgão independente, é composto por 9 membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 indicado pelos empregados, com mandato unificado de 2 anos, permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas. Além disso, participam do Conselho o Diretor-Presidente, um Conselheiro Independente, e um representante dos acionistas minoritários. O Conselho de Administração é assessorado por 5 comitês, compostos por no mínimo 2 Conselheiros de Administração, sendo eles: Comitê de Eficiência, Sustentabilidade e Inovação; Comitê de Governança, Risco e Conformidade; Comitê de Recursos Humanos; Comitê Financeiro e Comitê Jurídico e Regulatório. Com reuniões regulares e assuntos específicos, os comitês analisam previamente e detalhadamente as questões que serão tratadas pelo Conselho de Administração emitindo parecer ou recomendação sobre o assunto.

O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, composto por 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, sendo pelo menos 1 membro indicado pelo ente controlador, com pré-requisitos definidos no Estatuto. Eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 2 reconduções consecutivas. Ordinariamente, o Conselho Fiscal se reúne uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando necessário.

O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão independente, que auxilia o Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações financeiras e efetividade dos sistemas de controle interno e de Auditoria Interna e Independente. Composto por 3 membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, permitidas 2 reeleições. Para cumprir com o objetivo de avaliar a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controle interno, inclusive das auditorias interna e independente, o Comitê de Auditoria Estatutário reúne-se no mínimo 2 vezes por mês.

O Comitê de Elegibilidade é órgão colegiado, de caráter permanente, que tem por finalidade auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Ele é constituído por 3 membros efetivos, nomeados, empossados e destituídos pelo Conselho de Administração, dentre empregados da Companhia, com reputação ilibada.

A Diretoria Executiva é órgão executivo de administração e representação, orientada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, responsável por assegurar o funcionamento regular da Companhia, reunindo-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente. Com membros eleitos pelo Conselho de Administração, em conformidade com a Lei Federal nº 6.404/1976, a Diretoria Executiva é composta de 6 membros, sendo eles: Diretor-Presidente, Diretor Administrativo, Diretor de Operação e Expansão, Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, Diretor Comercial e Diretor de Inovação e Negócios. O Diretor-Presidente é membro integrante do Conselho de Administração, e o Diretor Comercial é eleito pelos empregados.

15.3. AUDITORIA INTERNA E GESTÃO DE RISCOS

Os processos de governança da CASAN seguem o modelo das Três Linhas, delineado no art. 9º da Lei Federal 13.303/2016, com a adoção de regras de estruturas e práticas de gestão de riscos, controles internos, compliance e auditoria. Nesse modelo, o papel da primeira linha é agir dentro de suas competências e autoridade para atingir os objetivos da organização e conduzir suas atividades em conformidade às leis, normas e regulamentos aplicáveis, gerenciando os riscos operacionais que possam impedi-la nessa missão e implantando os controles internos necessários para mantê-los em níveis aceitáveis.

A segunda linha provê estrutura, apoio e integração na gestão de riscos realizado na primeira linha, sendo constituída pela Gerência de Planejamento e Riscos, que atua nos riscos estratégicos; pela Gerência de Compliance, que atua nos riscos de integridade e conformidade; e também por outras unidades especializadas que atuam em setores e riscos específicos, como segurança do trabalho e riscos inerentes aos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A terceira linha é formada pela Auditoria Interna, responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

A atuação integrada dessas três linhas fortalece a governança corporativa e proporciona à alta administração maior transparência e visibilidade dos riscos e controles, permitindo decisões estratégicas mais informadas e embasadas.

15.4. COMPLIANCE

A Gerência de Compliance (GCP) da CASAN exerce papel estratégico no fortalecimento da governança corporativa da Companhia, atuando de forma preventiva, corretiva e orientativa na gestão dos riscos de integridade. Suas atividades são conduzidas com observância permanente aos princípios da legalidade, transparência, efetividade, justiça e segurança jurídica, contribuindo para a consolidação de uma cultura organizacional ética, responsável e alinhada às melhores práticas de governança.

A atuação da GCP ocorre de maneira integrada com os gestores das diversas áreas da Companhia, possibilitando a identificação de processos e atividades mais suscetíveis a riscos, bem como a priorização de ações voltadas à mitigação de eventuais vulnerabilidades. Nesse contexto, destacam-se como atribuições relevantes a instauração, condução e acompanhamento de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) e Sindicâncias; a orientação e supervisão das comissões designadas; a apuração de irregularidades e a responsabilização dos agentes envolvidos; o encaminhamento de Tomadas de Contas Especiais à Diretoria Executiva; o reporte de irregularidades relevantes aos órgãos competentes; além da orientação contínua aos gestores quanto à correta aplicação das normas internas e do acompanhamento das recomendações decorrentes dos processos administrativos.

Vinculada à Procuradoria-Geral da CASAN, a Gerência de Compliance atua sob a coordenação de profissional integrante do quadro funcional da Companhia, contando com estrutura própria enxuta e com o apoio de membros de comissões indicados por Diretores e Gerentes Regionais. Esses colaboradores exercem tal atribuição como dever funcional, de forma concomitante às suas atividades regulares, sendo a composição das comissões definida conforme a natureza e a complexidade de cada processo instaurado, assegurando tecnicidade, imparcialidade e observância ao devido processo legal.

O Código de Conduta e Integridade da CASAN orienta a conduta profissional com base em valores éticos e morais que devem ser observados em todas as relações institucionais, apresentando, inclusive, exemplos de condutas e infrações passíveis de responsabilização. As sanções aplicáveis em casos de violação ao referido Código encontram-se previstas no Regulamento Disciplinar e nas demais legislações específicas aplicáveis à Companhia.

Como instrumento adicional de fortalecimento da cultura de integridade, a CASAN disponibiliza o Canal de Denúncias, serviço de comunicação independente e seguro, destinado ao registro de relatos sobre ações ou condutas praticadas por empregados, administradores, fornecedores ou demais partes relacionadas que não estejam em conformidade com o Código de Conduta e Integridade, bem como com as leis e regulamentos vigentes, assegurando o adequado tratamento das informações recebidas.

15.5. OUVIDORIA

Instituída como instrumento permanente de diálogo institucional, a Ouvidoria da CASAN atua como elo qualificado entre a Companhia e a sociedade, viabilizando o acolhimento das manifestações e assegurando respostas fundamentadas. Sua atuação está orientada pelos princípios da transparência, da eficiência administrativa e do aprimoramento contínuo dos serviços públicos.

No exercício de suas atribuições, a Ouvidoria participa dos Grupos Internos de Gestão de Crise, contribuindo para a identificação de demandas recorrentes, a análise de suas causas estruturais e a formulação de soluções voltadas à melhoria dos serviços operacionais e da qualidade do atendimento aos consumidores.

Compete à Ouvidoria o registro, o encaminhamento, o acompanhamento e o tratamento das manifestações recebidas, cabendo às áreas técnicas responsáveis a emissão das respostas conclusivas. Todo o tratamento das informações observa rigorosamente o dever de sigilo, os princípios constitucionais e a legislação vigente, especialmente no que se refere às comunicações e denúncias.

Nos termos do Estatuto Social da CASAN e em conformidade com o art. 9º, § 1º, incisos III e IV, da Lei nº 13.303/2016, a Ouvidoria integra a estrutura de Governança da Companhia, sendo responsável pela gestão do canal de denúncias e pela garantia dos mecanismos de proteção à identidade do denunciante.

Em observância a esse princípio, a Ouvidoria da CASAN utiliza a plataforma Fala.BR, que possibilita ao manifestante optar pela identificação, pela reserva de identidade ou pelo anonimato. Independentemente da forma de manifestação, a identidade do denunciante é preservada, e a Ouvidoria atua de maneira contínua na aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como na coordenação da Comissão Permanente de Proteção de Dados Pessoais da Companhia.

Os prazos para o tratamento das manifestações seguem o disposto no Decreto nº 1.933, de 18 de maio de 2022, que regulamenta o Sistema Administrativo de Controle Interno e Ouvidoria do Poder Executivo Estadual, bem como, quando aplicável, as Resoluções Normativas das Agências Reguladoras do Estado de Santa Catarina.

No exercício de 2025, a Ouvidoria da CASAN registrou 2.453 manifestações, alcançando índice de resolatividade de 95,19%. Esse desempenho reafirma o papel estratégico da Ouvidoria como pilar da estrutura de governança da Companhia, essencial para a mediação de conflitos, a redução da judicialização e a otimização de processos. Ao garantir o fluxo de atendimento, promover a transparência e otimizar recursos, a Ouvidoria da CASAN fortalece a integridade, a eficiência e as boas práticas de gestão pública, contribuindo para uma atuação institucional íntegra, eficiente e orientada aos usuários e clientes da Companhia.

16. TRANSFORMAÇÃO CONTÍNUA

Os próximos anos impõem desafios estruturais ao setor de saneamento. A CASAN está preparada para enfrentá-los com planejamento, disciplina e responsabilidade.

O Novo Marco do Saneamento estabelece metas claras de universalização e elevação do padrão de eficiência. Diante desse cenário, revisamos nossa estratégia de longo prazo, com foco em sustentabilidade econômico-financeira, governança e capacidade de execução.

A Companhia avança na consolidação de um novo ciclo de gestão, com cultura organizacional orientada a desempenho, modernização de processos e fortalecimento dos mecanismos de governança.

Estamos estruturando um modelo de negócios apoiado em tecnologia, eficiência operacional e gestão qualificada, posicionando a CASAN como uma empresa competitiva, sustentável e preparada para os desafios regulatórios e de mercado.

A excelência financeira já alcançada, refletida em ratings elevados e na ampliação da capacidade de investimento, assegura as condições necessárias para a expansão estruturada da Companhia.

Estão previstos investimentos que superam R\$ 700 milhões por ano até 2030, destinados à construção de reservatórios, modernização de estações de tratamento, ampliação da cobertura de água e esgoto e fortalecimento da segurança hídrica em Santa Catarina.

A CASAN consolida-se como protagonista do saneamento no Estado, com atuação técnica, responsável e alinhada às demandas da sociedade catarinense.

Como representante do Governo do Estado no setor, a Companhia reafirma seu compromisso com a ampliação do acesso aos serviços, a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024		Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.110.754</b>	<b>1.050.772</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>924.146</b>	<b>953.579</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.786	351.382	Empréstimos e financiamentos	16	445.831	370.982
Aplicações financeiras e títulos	8	552.827	100.815	Fornecedores e empreiteiros		162.898	164.093
Contas a receber de clientes	9	358.143	339.393	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	91.092	83.460
Partes relacionadas	22.1	6.837	6.221	Plano de demissão voluntária incentivada	21	32.799	89.937
Estoques	10	131.438	116.404	Impostos e contribuições a recolher	18	55.113	153.188
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	11	45.645	125.054	Dividendos propostos		91.159	56.951
Outros	12	11.078	11.503	Contratos de Arrendamento Mercantil	3.21	39.898	29.851
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.051.078</b>	<b>4.505.760</b>	Outros		5.356	5.117
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>1.272.975</b>	<b>1.133.589</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.636.843</b>	<b>2.344.544</b>
Contas a receber de clientes	9	14.037	15.765	Empréstimos e financiamentos	16	2.343.451	2.007.206
Depósitos dados em garantia	20	96.780	100.348	Partes relacionadas	22.1	56.912	41.084
Ativo fiscal diferido	14	60.873	56.696	Impostos e contribuições a recolher	18	58.306	80.773
Direito de Uso de Bem	3.21	28.592	41.395	Plano de demissão voluntária incentivada	21	-	30.434
Ativo Financeiro Municipalizado	13.2	121.771	20.904	Provisão para contingências	20	82.414	82.559
Ativo Financeiro de Contrato	13.1	948.694	895.534	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	50.465	55.639
Outros créditos a receber	13.3	2.228	2.947	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	20.183	4.292
<b>Investimentos</b>		<b>32</b>	<b>32</b>	Contratos de Arrendamento Mercantil	3.21	6.846	24.291
<b>Imobilizado</b>	<b>15.3</b>	<b>49.719</b>	<b>53.546</b>	Receita diferida	23	18.266	18.266
<b>Intangível</b>	<b>15.1</b>	<b>1.849.120</b>	<b>1.703.528</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24</b>	<b>2.600.843</b>	<b>2.258.409</b>
<b>Ativo de Contrato</b>	<b>15.2</b>	<b>1.879.232</b>	<b>1.615.065</b>	Capital social		1.407.315	1.355.289
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>6.161.832</b>	<b>5.556.532</b>	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
				Reserva de Reavaliação		74.302	76.325
				Ajuste Patrimonial		57.081	65.069
				Reserva Legal		78.940	49.576
				Reserva para Fundo de Investimentos		962.779	687.000
				Outros Resultados Abrangentes		20.426	25.150
				Lucros/(Prejuízos)		-	-
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>6.161.832</b>	<b>5.556.532</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Patrimônio Líquido / Ação x 1.000 2,18 1,96



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Acumulado 2025 31/12/2025	Acumulado do Exercício Anterior 31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.168.120	1.950.410
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(1.044.376)	(970.892)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.123.744</b>	<b>979.518</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(467.903)</b>	<b>(425.470)</b>
Com vendas	(127.117)	(122.928)
Gerais e administrativas	(350.518)	(313.459)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	9.732	10.917
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>655.841</b>	<b>554.048</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(122.605)</b>	<b>(214.747)</b>
Receitas financeiras	86.442	59.584
Despesas financeiras	(250.589)	(239.958)
Variações monetárias e cambiais (Líquidas)	41.542	(34.373)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>533.236</b>	<b>339.301</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(146.177)</b>	<b>(96.273)</b>
Corrente	(155.527)	(104.906)
Diferido	9.350	8.633
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>387.059</b>	<b>243.028</b>
Participações estatutárias	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>387.059</b>	<b>243.028</b>
QUANTIDADE DE AÇÕES	1.194.827.477	1.150.656.560
Lucro por lote de mil ações	0,32395	0,21121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Acumulado 2025 31/12/2025	Acumulado do Exercício Anterior 31/12/2024
Lucro Líquido do Período	387.059	243.028
Realização da reserva de reavaliação	( 15.177)	( 15.476)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	5.174	5.262
Baixas de investimentos	( 8)	0
Outros Resultados Abrangentes	( 4.724)	58.780
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>372.324</b>	<b>291.594</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>485.364</b>	<b>351.176</b>
<b>Caixa Gerado nas Operações:</b>	<b>570.145</b>	<b>426.934</b>
Lucro Líquido do exercício	387.059	243.028
<b>Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido com caixa gerado nas operações</b>	<b>183.086</b>	<b>183.906</b>
Depreciação e amortização	173.561	170.241
Depreciação - Crédito de Tributos	11.555	10.931
AVP Direito de uso de bem	5.405	8.567
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.351)	(8.632)
Provisão para contingências	(145)	5.250
Outros Ajustes	719	(2.947)
Alienação imobilizado	1.342	496
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>	<b>50.730</b>	<b>(121.762)</b>
Contas a receber de clientes	(17.022)	(48.927)
Partes relacionadas	(616)	(322)
Estoques	(15.034)	14.119
Depósitos dados em garantia	3.568	8.250
Impostos e contribuições a recuperar	79.409	(96.785)
Convênios com Prefeituras	143	296
Outros	282	1.607
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>	<b>(135.511)</b>	<b>46.004</b>
Fornecedores e empreiteiros	(1.195)	61.174
Partes relacionadas	15.828	46
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.632	(1.594)
Impostos e contribuições a recolher	(120.542)	78.920
Plano de demissão voluntária incentivada	(87.572)	(85.048)
Pagamento de dividendos e JCP	34.208	44.898
Plano previdenciário	15.891	( 54.719)
Outros	239	2.327
<b>RECURSOS LÍQUIDOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(746.416)</b>	<b>(601.983)</b>
Adições imobilizado e intangível	(746.416)	(601.985)
Outros ajustes	-	2
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>366.468</b>	<b>247.222</b>
Adições nos empréstimos e financiamentos	895.596	544.950
Amortização nos empréstimos e financiamentos	(484.503)	(309.531)
Conversão de dividendos e recebimento em espécie para AFAC	52.022	10.735
Conversão de dividendos e recebimento em espécie para AFAC - Minoritários	4	-
Destinação de Dividendos e JCP	(91.927)	(57.719)
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(4.724)	58.780
Aumento de Capital	-	7
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>105.416</b>	<b>(3.585)</b>
<b>Caixa e aplicações de liquidez imediata no início do exercício</b>	<b>452.197</b>	<b>455.782</b>
<b>Caixa e aplicações de liquidez imediata no final do exercício</b>	<b>557.613</b>	<b>452.197</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Resultados Abrangentes			Reservas de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reavaliação	Ajuste patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva p/ Plano de Investimentos			
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024</b>	<b>1.224.547</b>	<b>78.424</b>	<b>73.186</b>	<b>(33.630)</b>	<b>37.425</b>	<b>503.626</b>	<b>120.000</b>	-	<b>2.003.578</b>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.177)	(12.299)					15.476	
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.080	4.182					(5.262)	
Baixas de investimentos		(2)						2	
Outros Ajustes									
Aumento de Capital									
Conversão de dividendos em AFAC e em espécie	130.735						(130.735)		
Minoritários	7								7
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital									
Governo do Estado							10.735		10.735
Lucro Líquido do exercício								243.028	243.028
Destinação do Resultado									
Reserva legal					12.151			(12.151)	
Dividendos e juros de capital próprio								(57.719)	(57.719)
Reserva para plano de investimentos						183.374		(183.374)	
Outros resultados abrangentes				58.780					58.780
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>1.355.289</b>	<b>76.325</b>	<b>65.069</b>	<b>25.150</b>	<b>49.576</b>	<b>687.000</b>	-	-	<b>2.258.409</b>
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2025</b>	<b>1.355.289</b>	<b>76.325</b>	<b>65.069</b>	<b>25.150</b>	<b>49.576</b>	<b>687.000</b>	-	-	<b>2.258.409</b>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.053)	(12.124)					15.177	
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.038	4.136					(5.174)	
Baixas de investimentos		(8)						8	
Outros Ajustes									
Aumento de Capital									
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital									
Conversão de dividendos e recebimento em espécie para AFAC	52.022								52.022
Minoritários	4								4
Lucro Líquido do exercício								387.059	387.059
Destinação do Resultado									
Reserva legal					29.364			(29.364)	
Destinação de Dividendos e JCP								(91.927)	(91.927)
Reserva para plano de investimentos						275.779		(275.779)	
Outros resultados abrangentes				(4.724)					(4.724)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	<b>1.407.315</b>	<b>74.302</b>	<b>57.081</b>	<b>20.426</b>	<b>78.940</b>	<b>962.779</b>	-	-	<b>2.600.843</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024
<b>1. RECEITAS</b>	<b>2.349.946</b>	<b>2.110.210</b>
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.393.495	2.150.932
1.2. Outras receitas (despesas) operacionais	9.732	10.917
1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53.281)	(51.639)
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(672.487)</b>	<b>(616.181)</b>
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(376.300)	(351.809)
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(282.506)	(250.446)
2.3. Outras despesas gerais	(13.681)	(13.926)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>1.677.459</b>	<b>1.494.029</b>
<b>4. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>(214.834)</b>	<b>(211.303)</b>
4.1 Depreciação e amortização	(173.561)	(170.241)
4.2 Depreciação - Crédito de Tributos	(11.555)	(10.931)
4.3 Amortização direito uso de bens	(29.718)	(30.131)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>1.462.625</b>	<b>1.282.726</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>86.442</b>	<b>59.584</b>
6.1. Receitas financeiras	86.442	59.584
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>1.549.067</b>	<b>1.342.310</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>1.549.067</b>	<b>1.342.310</b>
<b>8.1. Pessoal</b>	<b>495.858</b>	<b>448.621</b>
8.1.1. Remuneração direta	342.257	317.404
8.1.2. Benefícios	123.877	101.726
8.1.3. FGTS	25.713	23.872
8.1.4. Plano Demissão Voluntária Incentivada	4.011	5.619
<b>8.2. Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>457.103</b>	<b>376.330</b>
8.2.1. Federais	456.753	375.965
8.2.2. Estaduais	293	311
8.2.3. Municipais	57	54
<b>8.3. Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>209.047</b>	<b>274.331</b>
8.3.1. Juros	236.137	220.322
8.3.2. Outras	(27.090)	54.009
8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais	(41.542)	34.373
8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios	11.919	17.964
8.3.2.3. Outras despesas de financiamentos	2.533	1.672
<b>8.4. Remuneração de capitais próprios</b>	<b>387.059</b>	<b>243.028</b>
8.4.2. Dividendos	91.927	57.719
8.4.3. Lucros retidos	295.132	185.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

a. Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com o CPC 48/IFRS 9, conforme sua classificação em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI); ou (iii) valor justo por meio do resultado (FVTPL). A classificação considera o modelo de negócios e o teste SPPI. A Categoria "disponível para venda", foi revogada no CPC 48.

b. O ativo atuarial de benefício definido (BD) é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e das perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis e as notas explicativas são apresentadas em milhares de Reais, a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis são aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

As principais políticas e práticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações foram:

### 3.1. Transações e posições em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

### 3.2. Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros não derivativos

Recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

• **Recebíveis:** são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

#### Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A compensação de instrumentos financeiros é efetuada em conformidade com as disposições estabelecidas no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os recursos em espécie, os depósitos à vista em contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que funcionam como reserva de liquidez imediata, sem risco relevante de mudança no valor.

### 3.4. Contas a receber de clientes e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores vencidos por mais de 180 dias, representando um saldo considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas nas contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas. O valor assim determinado pode ser ajustado quando excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes.

### 3.5. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de reais

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente uma população de quase 3 milhões de pessoas nos seus municípios atendidos, sendo 193 municípios catarinenses (66% dos municípios do estado) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros seis municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 300 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 182 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, dos quais 174 possuem as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 90,6% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios, a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratação e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios por ano de vencimento dos Contratos de prestação de serviços:

Nº DE MUNICÍPIOS POR ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS							
2025	0	2034	7	2043	14	2052	1
2026	25	2035	2	2044	7	2053	1
2027	2	2036	18	2045	3	2055	1
2028	11	2038	3	2046	8	2056	2
2029	4	2039	1	2047	5	2065	2
2030	12	2040	3	2048	11	Sem ou vencido	12
2031	1	2041	2	2049	13		
2032	3	2042	12	2050	8		
<b>Total de 194 municípios</b>							

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e na execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e das metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e alterada pela Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem, ainda as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2026.



### 3.6. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

### 3.7. Imobilizado e Intangível

#### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

#### Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

### 3.8. Capital Social

• Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto nas assembleias de acionistas.

• Ações preferenciais: São classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

### 3.9. Redução ao Valor Recuperável – Impairment

#### Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

#### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda

remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

• Consideramos como unidade geradora de caixa a Companhia, devido à sua estrutura tarifária única em todos os municípios operados, pelo amparo regulatório das agências;

• Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

• As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos e mantidas estáveis do 6º ano em diante, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.

• A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARES para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;

• As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

• O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, previrem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2025 avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

### 3.10. Benefícios a Empregados

#### Plano de benefício definido CASANPREV

É um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

#### Plano de Demissão Voluntária Incentivada - Benefício de término de vínculo empregatício

É reconhecido como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso: a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária; seja provável que a oferta seja aceita; e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### 3.11. Provisões

São reconhecidas, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

### 3.12. Receita por Serviços Prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e
- é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

### 3.13. Receita de Construção

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da porcentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula. O valor da receita de construção é apresentado na Nota explicativa nº25, porém não é incluso nas demonstrações contábeis.

### 3.14. Subvenção e Assistência Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas não reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

### 3.15. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

### 3.16. Impostos sobre Receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

### 3.17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.18. Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.



**3.19. Informações por Segmento**

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações em outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

**3.20. Demonstração do Valor Adicionado**

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**3.21. Direito de Uso – Arrendamento**

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se estes contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

- se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;
- juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
- PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2028, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

MATURIDADE DOS CONTRATOS			
Vencimento das Prestações	Ano 2025	Ano 2024	
2024	-	11.941	
2025	26.698	31.854	
2026	41.954	19.687	
2027	4.394	1.044	
2028	2.036	696	

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31/12/2024	Revisão / novos contratos		Baixas	Depreciação	31/12/2025
<b>Não Circulante</b>						
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	41.395	16.638	(345)	(29.096)	28.592	
<b>PASSIVO</b>						
Contratos de Arrendamento Mercantil	54.142	16.638	(22.644)	(1.392)	46.744	
<b>Circulante</b>	<b>29.851</b>				<b>39.898</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>24.291</b>				<b>6.846</b>	

**4. GERENCIAMENTO DE RISCO**

**4.1. Gestão de Risco Financeiro**

A Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings (Fitch) em 24 de julho de 2024 realizou um upgrade no rating nacional de longo prazo da Companhia para 'BBB+' (bra), elevando em uma única vez, três níveis (notches), o que a torna uma empresa segura para investimentos com perspectiva estável.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

**Risco de Liquidez**

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida, tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

**Risco de Crédito**

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

**Risco de Mercado**

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia.

Indexador	01/2026 a 12/2026	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
<b>Projeção dos Juros</b>	<b>258.299</b>	<b>285.874</b>	<b>222.346</b>	<b>317.638</b>	<b>190.583</b>	<b>381.165</b>	<b>127.055</b>
CAIXA	UPR	9.900	11.138	8.663	12.376	7.425	4.950
Debêntures Simples	CDI	96.300	108.338	84.263	120.375	72.225	48.150
Debêntures Incentivada	IPCA	104.585	117.658	91.511	130.731	78.439	52.292
Banco do Brasil	CDI	18.750	21.093	16.406	23.437	14.062	9.375
NC1 Banco do Brasil	CDI	22.939	21.093	16.406	23.437	14.062	9.375
ABC	CDI	5.826	6.554	5.097	7.282	4.370	2.913
	<b>Indexador:</b>						
	CDI	14,90	16,7625	13,0375	18,625	11,175	7,45
	IPCA	- 0,18	- 0,12	0,20	0,16	0,23	0,14
	UPR	23,15059	26,04441	20,25676	28,938238	17,36294	11,57529

**Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio**

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Moeda	31/12/2025	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
<b>Passivo Financeiro</b>	<b>737.644</b>	<b>829.850</b>	<b>645.439</b>	<b>922.055</b>	<b>553.233</b>	<b>1.106.466</b>	<b>368.822</b>
AFD	Euro	97.647	109.853	85.441	122.059	73.235	48.824
JICA	Ien	330.457	371.764	289.150	413.071	247.843	165.228
FONPLATA	Dolar	309.540	348.233	270.848	386.925	232.155	154.770
	<b>Cotação:</b>						
	Euro	6,46920	7,27785	5,66055	8,0865	4,8519	9,7038
	Ien	0,03514	0,0395325	0,0307475	0,043925	0,026355	0,05271
	Dolar	5,50240	6,1902	4,8146	6,8780	4,1268	8,2536

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

**4.2. Gestão de Capital**

O objetivo da gestão de capital da Companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.789.282	2.378.188
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(4.786)	(351.382)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(552.827)	(100.815)
Dívida Líquida	2.231.669	1.925.991
Total do Patrimônio Líquido	2.600.843	2.258.409
Capital Total	5.390.125	4.636.597
Índice de Alavancagem	41%	42%
Participação de Capital Próprio	48%	49%

**4.3 Instrumentos Financeiros**

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.786	351.382
Aplicações Financeiras e Títulos	552.827	100.815
Contas a Receber de clientes (líquido de PDD)	372.180	355.158
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional (2.051.638)	(1.465.611)	(1.465.611)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira (737.644)	(912.577)	(912.577)

O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

**Risco Financeiro**

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona o pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em medidas para os portadores de títulos da dívida, bem como para os acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

**Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros**

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados à taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

**Considerações gerais:**

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa** – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

**Aplicações financeiras** – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

**Títulos e valores mobiliários** – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

**Contas a Receber** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

**5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

**5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

**5.2. Impairment de ativos de vida útil longa**

A Companhia realiza teste de impairment em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.



A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

### 5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas resultantes desses processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

### 5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

## 6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia opera em dois segmentos: tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As políticas contábeis para esses segmentos são as mesmas usadas nas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos são divulgados de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre outros ativos e passivos de forma segregada, a exceção das mencionadas nessas notas explicativas, como a nota 15 relacionada ao Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado. As informações dos segmentos, usadas para decisões estratégicas e revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

Receita Operacional e Resultado:

	31/12/2025		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.853.627	539.867	2.393.494
Deduções da receita bruta	(174.563)	(50.811)	(225.374)
<b>Receita líq. vendas e dos serviços prestados</b>	<b>1.679.064</b>	<b>489.056</b>	<b>2.168.120</b>
Amortização operacional			(136.685)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(907.691)
<b>Lucro bruto</b>			<b>1.123.744</b>
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(477.635)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			9.732
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>			<b>655.841</b>

	31/12/2024		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.684.206	466.726	2.150.932
Deduções da receita bruta	(157.164)	(43.358)	(200.522)
<b>Receita líq. vendas e dos serviços prestados</b>	<b>1.527.042</b>	<b>423.368</b>	<b>1.950.410</b>
Amortização operacional			(131.778)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(839.114)
<b>Lucro bruto</b>			<b>979.518</b>
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(436.387)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			10.917
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>			<b>554.048</b>

\*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

Receita Operacional por Superintendência:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	806.315	334.870	722.806	297.578
Sul/Serra	350.390	97.453	310.995	75.786
Oeste	384.391	74.767	370.343	66.640
Norte/Vale	312.532	32.776	280.062	26.722
<b>Total</b>	<b>1.853.628</b>	<b>539.866</b>	<b>1.684.206</b>	<b>466.726</b>

Receita Operacional por Município:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	419.350	246.566	376.118	220.597
Chapécó	120.369	50.713	103.755	42.529
Criciúma	135.941	58.642	120.838	51.396
Rio do Sul	48.382	2.107	42.577	1.780
São José	175.190	67.518	159.440	61.710
Outros	954.396	114.320	881.478	88.714
<b>Total</b>	<b>1.853.628</b>	<b>539.866</b>	<b>1.684.206</b>	<b>466.726</b>

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, conforme tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	4.786	351.382
<b>Total Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>4.786</b>	<b>351.382</b>

## NOTA 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

O montante de R\$552.827 em 31 de dezembro de 2025 (R\$100.815 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

### 8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

### 8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage. Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de R\$14.187, que foi baixado contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020. Em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a deter uma parte do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios (uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida pela CASAN). A Companhia está em tratativas e buscando opções para realizar a venda dessa participação.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, bem como encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários (sob o nº 19957.013002/2022-10).

Em 25 de julho de 2024 o Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC, considerou irregular a aceitação, a manutenção e a aquisição de cotas de fundos de investimentos pela Companhia, em decorrência de acordo extrajudicial realizado com a Fundação CASAN (Fucas) para quitação de dívida via dação em pagamento. A decisão condenou os responsáveis à época (ex-gestores da Companhia) à devolução dos R\$14.187 milhões investidos. A Companhia está acompanhando os desdobramentos desse processo por meio de sua Procuradoria Jurídica, com o objetivo de garantir que a CASAN seja devidamente ressarcida pelos prejuízos identificados.

Conforme descrito na Nota 13.3 – Outros Créditos a Receber, a Companhia obteve recuperação parcial de valores relacionados a este mesmo evento, por meio do ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença, resultando em Termo de Acordo no valor de R\$3.785 com condições de pagamento parcelado.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços.

Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, como parcelamentos de dívidas vincendas em mais de 12 meses, está apresentadas no ativo não circulante.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>		
Consumidores finais	316.102	294.979
Entidades públicas	34.420	30.054
Consumo a faturar	104.245	98.556
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(96.624)	(84.196)
<b>Total Circulante</b>	<b>358.143</b>	<b>339.393</b>
<b>Não circulante</b>		
Consumidores finais	9.237	9.814
Entidades públicas	4.800	5.951
<b>Total Não circulante</b>	<b>14.037</b>	<b>15.765</b>
<b>Total Contas a Receber de Clientes</b>	<b>372.180</b>	<b>355.158</b>

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2025, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

CATEGORIA	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	Total
Industrial	5.719	1.120	334	701	7.874
Pública	16.810	9.139	4.268	19.588	49.805
Residencial	124.297	52.074	15.166	67.669	259.206
Consumo a faturar	104.245	-	-	-	104.245
	280.946	69.112	22.122	96.623	468.803
PCLD	-	-	-	(96.623)	(96.623)
<b>Total Contas a Receber</b>	<b>280.946</b>	<b>69.112</b>	<b>22.122</b>	<b>-</b>	<b>372.180</b>

As perdas reconhecidas relativas às faturas vencidas há mais de 720 dias totalizam R\$398.444 (R\$ 357.943 em 31 de dezembro de 2024).

### Reajuste Tarifário e Nova Tarifa Social

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 321/2025, de 21 de janeiro de 2025; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 048/2024, de 13 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através da Decisão nº 276/2024, de 21 de novembro de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 183/2024, de 13 de dezembro de 2024, autorizaram o reajuste de 5,56% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que será aplicado a partir do mês de março de 2025.

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 313/2024, de 30 de dezembro de 2024; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 042/2024, de 06 de dezembro de 2024; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através do Processo Administrativo nº 3858/2024, de 10 de dezembro de 2024; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 177/2024, de 09 de dezembro de 2024 autorizam Nova Tabela de Tarifa Social da CASAN, com desconto de 50% no valor na TFDI e na primeira faixa de consumo, em linha com a Lei Federal nº 14.898/2024.

Intervalo R\$/m³	Residencial Social - Lei Federal 14.898/2024
TFDI* R\$/mês	R\$22,85
0 a 15	R\$1,52
16 a 25	R\$14,12
26 a 50	R\$18,88
Acima de 50	R\$23,76

(\*) TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura

(\*\*) Tarifa de Esgoto = 100% do valor da Tarifa de Água

### Esgoto sobre Rodas:

Implantando um novo formato de prestação de serviços de esgotamento sanitário, que leva em conta a característica de baixa densidade populacional, da maioria dos municípios em que a CASAN opera, as Agências Reguladoras: ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Deliberação nº 021/2025, de 10 de junho de 2025 autorizam a Tabela Tarifária aplicável à nova prestação do serviço de gerenciamento, coleta e tratamento de efluentes provenientes de soluções individuais de esgotamento sanitário pela CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), conforme apresentado a seguir:

Intervalo R\$/m³	Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário
Residencial	R\$31,84
Social	R\$15,92
Comercial	R\$35,02
Industrial	R\$35,02
Pública	R\$35,02

(\*) TFDI = Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura

### 9.1. Redução tarifária

As Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por meio da Resolução nº 281/2024, de 25 de abril de 2024; ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, por meio da Deliberação nº 027/2025, de 09 de outubro de 2025; AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, através da Decisão nº 310, de 15 de outubro de 2025; e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio da Resolução nº 225, de 09 de outubro de 2025, aprovaram a redução de 4,21% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que foram aplicadas a partir do mês de dezembro de 2025.

## 10. ESTOQUES

Os estoques de materiais e equipamentos são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e das atividades de suporte.

Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Total Estoques, Materiais em almoxarifado</b>	<b>131.438</b>	<b>116.404</b>

## 11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar, possuem seu principal montante relacionado a impostos sobre o lucro, que possuem fechamento anual.

Apresentam a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda a compensar	-	82.604
Contribuição Social a compensar	-	30.463
Impostos retidos a recuperar	29.016	11.881
Outros	16.629	106
<b>Total</b>	<b>45.645</b>	<b>125.054</b>

## 12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas.

Esses créditos são apresentados no ativo circulante. Casos em que a realização ocorre em período superior a um ano após a data da demonstração, saem desse grupo e passam a figurar no ativo não circulante.

Apresentam a composição a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	7.598	7.709
Convênios com prefeituras	198	342
Adiantamentos a empregados	923	1.395
Pagamentos reembolsáveis	1.197	1.085
Outros créditos	1.162	972
<b>Total</b>	<b>11.078</b>	<b>11.503</b>

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênios de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, que possuem prestação de contas posterior à CASAN.

## 13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

### 13.1. Ativos Financeiros de Contrato

A Companhia registra os valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que consequentemente deverão ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato.

Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2025, R\$948.694 (R\$895.534 em 31 de dezembro de 2024) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Ajustes	Saldo em 31/12/2025
Ativos Financeiros de Contrato	895.534	154.312	(101.152)	948.694

### 13.2 Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.



Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos Financeiros	Saldo Contábil Inicial	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2024	Saldo Contábil 31/12/2025
Morro da Fumaça	4.438	554	2	3.328	1.110
Bombinhas	6.933	883	1	6.050	883
Ilhota	1.498	188	1	1.310	188
Princesa	189	24	2	142	47
Guabiruba	2.062	258	2	1.547	515
Videira	9.798	1.225	2	7.348	2.450
Porto Belo	7.469	934	8	-	7.469
Caçador	8.242	1.880	8	-	8.242
Concordia	100.867	12.608	8	-	100.867
<b>Total</b>	<b>141.496</b>	<b>18.554</b>		<b>19.725</b>	<b>121.771</b>

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivotas	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Joinville	2005	135.000
Itapoá	2007	3.469	Papanduva	2005	800
Imbituba	2014	25.037	Três Barras	2011	2.281
Massaranduba	2010	2.486	Timbó	2005	5.000
Meleiro	2009	571	Itapema	2005	4.000
Palhoça	2007	10.000	São José do Cedro	2014	3.584
Penha	2012	8.896	Lages	2005	110.000
Praia Grande	2013	1.078	Garuva	2012	475
Presidente Getúlio	2010	4.536	Gravatal	2015	8.308
São João Batista	2005	1.900	Videira	2018	9.000
Bombinhas	2017	7.100	Guabiruba	2018	3.072
Princesa	2017	191	Concórdia	2025	128.000
Caçador	2019	26.000			
<b>Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:</b>					<b>606.705</b>

13.3 Outros Créditos a receber

A Companhia preferiu com êxito o ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença. Com isso, as devedoras assinaram um Termo de Acordo no valor de R\$3.785 com a CASAN (com as seguintes condições de pagamento: 10% de entrada e o saldo remanescente dividido em 60 pagamentos mensais, sendo que da 2ª parcela em diante há a correção do saldo devedor pelo IPCA do mês anterior).

Esses valores referem-se à recuperação parcial dos investimentos mencionados na Nota 8.2 – Reconhecimento de perda em investimento.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outros Créditos a Receber</b>	<b>2.228</b>	<b>2.947</b>

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza da Provisão:	31/12/2025				31/12/2024	
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total	Total
Créditos de liquid. duvidosa	96.623	24.156	8.696	32.852	28.626	28.626
Contingências trabalhistas	6.547	1.637	589	2.226	2.206	2.206
Contingências cíveis	75.867	18.967	6.828	25.795	25.864	25.864
Contingências ambientais	-	-	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>179.037</b>	<b>44.760</b>	<b>16.113</b>	<b>60.873</b>	<b>56.696</b>	<b>56.696</b>

Classificação do ativo diferido:

Realizável a longo prazo	60.873	56.696
--------------------------	--------	--------

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda Diferido Ativo	01 de janeiro de 2024		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2025	
	Debitado DRE	Creditado DRE	Debitado DRE	Creditado DRE	Debitado DRE	Creditado DRE
Provisão crédito liquid. duvidosa	25.058	3.568	28.626	4.226	32.852	32.852
Provisão para contingências	26.286	1.784	28.070	(49)	28.021	28.021
Prejuízo Fiscal	1.982	(1.982)	-	-	-	-
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>53.326</b>	<b>3.370</b>	<b>56.696</b>	<b>4.177</b>	<b>60.873</b>	<b>60.873</b>

15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os grupos de ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

15.1. Ativos Intangíveis

	31/12/2024 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31/12/2025 Líquido
Sistema de Água	652.103	(95.414)	(33.528)	144.376	667.537
Sistema de Esgoto	1.051.425	(81.253)	(67.076)	278.487	1.181.583
<b>Total</b>	<b>1.703.528</b>	<b>(176.667)</b>	<b>(100.604)</b>	<b>422.863</b>	<b>1.849.120</b>

15.2 Ativos de Contrato

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Produção	568.189	413.315
Distribuição	93.962	56.547
Projetos e obras de operação Imediata	109.052	74.334
<b>Total Água</b>	<b>771.203</b>	<b>544.196</b>
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	1.019.787	1.027.323
Projetos e obras de operação Imediata	31.313	11.748
<b>Total Esgoto</b>	<b>1.051.100</b>	<b>1.039.071</b>
Projetos e obras administrativas	31.727	12.264
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	25.202	19.534
<b>Total Obras Administrativas e Estoques de Obras</b>	<b>56.929</b>	<b>31.798</b>
<b>Total Ativos de Contrato</b>	<b>1.879.232</b>	<b>1.615.065</b>

A posição e movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025
Ativos de Contrato	1.615.065	698.766	(434.599)	1.879.232

15.3 Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31/12/2024 Líquido	Depreciação	Baixas e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31/12/2025 Líquido
Ativos Administrativos	53.546	(8.889)	(426)	5.488	49.719

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido em 30 de abril de 1996 pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação. Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos reavaliados	198.891	219.282
Tributos sobre a reavaliação	(50.465)	(55.639)
<b>Saldo da reavaliação</b>	<b>148.426</b>	<b>163.643</b>

15.4 Investimentos no período

De janeiro a dezembro de 2025, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de **R\$745.238**.

A seguir, destacamos as maiores obras em andamento durante o período.

A seguir, a comparação com o ano de 2024 e 2025, pelos seus valores líquidos e os encargos incidentes sobre cada fonte de recursos:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes a.a.
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	65.380	65.609	32.267	96.309	5,39%, 3,59% e 3,68%
Japan International Cooperation Agency - JICA	35.602	36.777	294.855	373.153	1,20%
Fundo Financ. Desenv. da Bacia do Prata - FONPLATA	6.908	152	302.632	340.577	3,59%+SOFR
<b>Total de Operações no exterior</b>	<b>107.890</b>	<b>102.538</b>	<b>629.754</b>	<b>810.039</b>	
Caixa Econômica Federal	15.285	14.197	156.948	168.348	8,5% + TR
Debêntures CASN12	-	169.832	-	116.757	CDI + 5,75%
Debêntures CASN13	165.788	30.376	300.378	458.227	CDI + 5,5%
Debêntures CASN23	42.059	3.225	253.812	261.630	IPCA + 10,32%
Debêntures CASN14	885	-	121.032	-	CDI + 2,3%
Debêntures CASN24	6.804	-	309.428	-	IPCA + 9,98%
Debêntures CASN34	3.731	-	152.958	-	IPCA + 10,65%
Debêntures CASN15	693	-	158.817	-	CDI + 1,68%
Banco Safra	-	3.939	-	-	CDI + 0,2304%
Banco ABC 25	12.891	6.668	6.250	18.750	CDI + 3,6%
Banco ABC 47	17.107	8.849	8.294	24.882	CDI + 3,15%
Banco do Brasil 25	12.638	5.343	7.292	19.791	CDI + 2,1%
Banco do Brasil 45	15.315	24	30.000	45.000	CDI + 2,1%
Banco do Brasil 47	11.855	7.691	2.938	14.687	CDI + 2,5%
Banco do Brasil 50	13.247	7.809	15.217	28.261	CDI + 2,6%
Banco do Brasil 70	17.792	10.491	23.333	40.834	CDI + 2,45%
Banco do Brasil Nota Comercial	1.851	-	167.000	-	CDI
<b>Total de Operações no país</b>	<b>337.941</b>	<b>268.444</b>	<b>1.713.697</b>	<b>1.197.167</b>	
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>445.831</b>	<b>370.982</b>	<b>2.343.451</b>	<b>2.007.206</b>	

a. Os contratos de empréstimos junto a AFD estão sujeitos a COVENANTS.

b. As amortizações, do principal e dos encargos financeiros incorridos, obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano	31/12/2025
Amortizações para 2026	426.640
Amortizações para 2027	473.629
Amortizações para 2028	501.639
Amortizações para 2029 em diante	1.387.374
<b>Total</b>	<b>2.789.282</b>

c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pelas taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo: 1 EURO equivalente a R\$ 6,43630 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 6,46920 em 31 de dezembro de 2025; 1 IENE equivalente a R\$ 0,03947 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 0,03514 em 31 de dezembro de 2025; e 1 DÓLAR equivalente a R\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 5,50240 em 31 de dezembro de 2025.

A seguir, descrição de montantes, prazos e condições de cada fonte de recursos:

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027.

Município	Sistema	Obra
São José e Florianópolis	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Xanxerê, Xaxim e Chapecó	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
Biguacu e São José	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Água (Nova ETA Biguacú)
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
Chapecó	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Chapecó (São Pedro, Unochapecó e Vila Mantelli)
Florianópolis	Esgoto	Unidade reserva da Estação de Tratamento de Esgoto de Canasvieiras
Araquari e Barra do Sul	Água	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (ETA Araquari)

15.5 Depreciação e Amortização

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	31/12/2025	31/12/2024
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações junto às Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados primordialmente a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, visando ampliar a oferta de água e o esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.

A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

	31/12/2025	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	101.654	(4.006)	97.648
Japan International Cooperation Agency - JICA	346.821	(16.364)	330.457
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	408.690	(99.150)	309.540
<b>Total de Operações líquidas no exterior</b>	<b>857.165</b>	<b>(119.520)</b>	<b>737.645</b>
Caixa Econômica Federal – CAIXA	246.025	(73.792)	172.233
Debêntures	2.303.702	(787.318)	1.516.384
Banco do Brasil CCB's	196.071	(46.444)	149.627
Banco do Brasil Nota Comercial – 1ª Emissão	293.068	(124.217)	168.851
Banco ABC	62.543	(18.002)	44.541
<b>Total Operações Líquidas no país</b>	<b>3.101.409</b>	<b>(1.049.773)</b>	<b>2.051.636</b>
<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>3.958.574</b>	<b>(1.169.293)</b>	<b>2.789.281</b>

A seguir, a comparação com o ano de 2024 e 2025, pelos seus valores líquidos e os encargos incidentes sobre cada fonte de recursos:



O objetivo do financiamento é contribuir para a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, com foco na ampliação da oferta de água potável e na expansão do sistema de esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.

A operação possui taxa de juros composta pela SOFR (Secured Overnight Financing Rate) acrescida de margem fixa de 3,59% ao ano. O desembolso integral dos recursos ocorreu em 30 de dezembro de 2024.

O contrato estabelece prazo total de 8 anos, sendo 2 anos de carência, durante os quais serão pagos apenas os encargos financeiros, e 6 anos de amortização do principal. O pagamento das parcelas semestrais tem início em 15 de setembro de 2027, com a última parcela prevista para 15 de setembro de 2032.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor é de R\$309.540 equivalente a US\$56.125.

#### Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31/12/2025	31/12/2024
2010 A 2012	2034 a 2036	172.233	182.545

O valor do principal e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

#### Debêntures - 2ª Emissão

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

A totalidade das Debêntures da Série única da 2ª Emissão foi integralmente resgatada em 08 de maio de 2025.

#### Debêntures - 3ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta");

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

**Remuneração das Debêntures da Primeira Série** - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

**Remuneração das Debêntures da Segunda Série** - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

**Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização** - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor das 3ª Debêntures é de R\$762.037.

#### Debêntures - 4ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 27 de fevereiro de 2025 ("Aprovação Societária"), aprovou a 4ª (quarta) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até três séries, para Distribuição Pública.

O valor da emissão ficou em 125.000 mil (cento e vinte e cinco mil) referente às Debêntures da primeira série, 330.000 (trezentos e trinta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série, e um lote adicional de 170.000 (cento e setenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de terceira série, com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

**Remuneração das Debêntures da Primeira Série** - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

**Remuneração das Debêntures da Segunda Série** - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros

Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 9,9878% (nove inteiros, nove mil oitocentos e setenta e oito décimos de milésimo por cento) ao ano.

**Remuneração das Debêntures da Terceira Série** - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 10,6573% (dez inteiros e seis mil quinhentos e setenta e três décimos de milésimo por cento) ao ano.

**Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização** - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2030 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2027. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2032 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028. O vencimento final das Debêntures da Terceira Série ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2037 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor das 4ª Emissão de Debêntures é de R\$594.838.

#### Debêntures – 5ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN ("Emissora"), realizada em 14 de novembro de 2025 ("Aprovação Societária"), foi aprovada a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160.

O valor total da emissão é de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), correspondente à emissão de 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na data de subscrição.

**Remuneração das Debêntures da Primeira Série:** sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de spread de 1,68% (um inteiro e sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de efetivo pagamento.

**Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização** – A data de emissão das Debêntures é 18 de dezembro de 2025, sendo o vencimento final das Debêntures estabelecido ao término do prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de dezembro de 2032. A amortização do principal ocorrerá em parcelas mensais e consecutivas, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, com início em 18 de janeiro de 2027

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor das 5ª Emissão de Debêntures é de R\$159.510.

#### Banco do Brasil - CCB

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$14.793.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$28.464.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$41.125.

Em 28 de junho de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$25.000 (vinte e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 15 de julho de 2027. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$19.930.

Em 30 de dezembro de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R\$45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de janeiro de 2026 e final em 15 de dezembro de 2028. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$45.315.

#### Banco do Brasil - Notas Comerciais – 1ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 14 de novembro de 2025 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, de distribuição privada, da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN ("Emissão" e "Notas Comerciais", respectivamente), nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, e das demais disposições legais aplicáveis.

O valor total da emissão é de R\$ 167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de reais), correspondente à emissão de 167.000 (cento e sessenta e sete mil) Notas Comerciais Escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Início da Rentabilidade.

**Remuneração das Notas Comerciais** – Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de efetivo pagamento, não havendo atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

**Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização** – O vencimento final das Notas Comerciais ocorrerá ao término do prazo de vigência estabelecido no Termo de Emissão, vencendo em 19 de novembro de 2033, com pagamento de principal e juros realizados de forma semestral, conforme cronograma previsto contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$168.851.

#### Banco ABC

Em 24 de Maio de 2022, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com remuneração de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI "over extra grupo" DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 27 de junho de 2024 foi formalizado um aditivo contratual prorrogando o pagamento da amortização e ajustando a taxa de juros para 3,40% ao ano. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$25.400.

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (vinte e cinco milhões de reais), com remuneração de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI "over extra grupo" DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 29 de setembro de 2023 foi formalizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros. Em 27 de junho de 2024 foi realizado o 2º aditivo contratual prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros para 3,40%. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo devedor é de R\$19.141.

#### Banco Safra

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – "base over", divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e liquidado em 12 de fevereiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor é de R\$3.939.

## 17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante:</b>		
Provisão para férias e 13º salário	50.361	46.197
INSS	9.456	8.734
FGTS	2.163	2.982
IR s/folha de pagamento	11.082	9.791
Consignações	190	164
Salários	16.390	14.936
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	743	-
Outros	707	656
<b>Total Circulante</b>	<b>91.092</b>	<b>83.460</b>
<b>Não Circulante:</b>		
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	11.343	-
Passivo atuarial Plano Previdência Complementar	8.840	4.292
<b>Total Não Circulante</b>	<b>20.183</b>	<b>4.292</b>

#### 17.1 Plano Previdenciário CASANPREV

Aprovado em 6 de agosto de 2008, é oferecido aos funcionários da Companhia, que patrocina o plano de previdência privada operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

O plano estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido, não está mais aberto para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial desse Plano BD, o montante de R\$8.840 (R\$4.292 em 31 de dezembro de 2024).

Desde dezembro de 2025 um novo plano CD "Futuro Melhor" está disponível para adesões e migrações. Esse novo plano foi desenvolvido para atender a um novo contexto previdenciário, marcado por maior longevidade, mudanças nas relações de trabalho e necessidade de modelos mais flexíveis e sustentáveis, sem risco de déficit atuarial, mantendo a paridade de contribuições da patrocinadora, ampliando a liberdade de escolha quanto a contribuições, beneficiários e forma de recebimento dos benefícios.

Para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada a empresa Mirador Assessoria Atuarial, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2025:

Componentes do custo / (receita) próximo exercício	31/12/2026	31/12/2025
Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2)	(2.618)	(1.526)
1 Custo do serviço corrente bruto	33.965	830
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(33.645)	(2.356)
Custo líquido dos juros	317	175
<b>Custo do benefício pós-emprego no período</b>	<b>(1.981)</b>	<b>(1.351)</b>

#### 17.2 Equacionamento Déficit Atuarial CASANPREV

Em 28 de março de 2024, o Conselho de Administração, em sua 437ª Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – CASANPREV, referente ao Exercício de 2022. O déficit totaliza R\$24.775, conforme as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).



Nos termos da Lei Complementar nº 109/2001 e da Resolução CNPC nº 30/2018, o equacionamento do déficit será realizado de forma paritária entre a Patrocinadora (CASAN), os participantes e os assistidos do plano CASANPREV. A Companhia será responsável pelo montante de R\$12.234, a ser pago em parcelas mensais, com vencimento inicial em abril de 2024, ao longo de um período de 18 anos. O valor nominal da primeira parcela é de R\$92.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contabilizado o montante total de R\$11.468, sob o título de Equacionamento do Déficit Atuarial – CASANPREV. A amortização das parcelas segue o método da Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 4,86%. As parcelas são atualizadas mensalmente, a partir da data-base, conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) ou outro índice adotado no Plano CASANPREV.

## 18. TRIBUTOS A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante:</b>		
REFIS	714	149
COFINS	11.705	12.332
COFINS PARCELAMENTO	27.482	24.615
PIS	2.522	2.670
PIS PARCELAMENTO	5.945	5.324
Imposto de Renda - retenções	354	177
Imposto de Renda sobre lucro real	-	75.565
PIS/COFINS/CSLL - retenções	1.075	485
INSS de terceiros	3.060	1.412
Contribuição social sobre lucro real	-	29.341
Outros	2.256	1.118
<b>Total circulante</b>	<b>55.113</b>	<b>153.188</b>
<b>Não circulante:</b>		
REFIS	2.049	468
COFINS PARCELAMENTO	46.252	66.023
PIS PARCELAMENTO	10.005	14.282
<b>Total não circulante</b>	<b>58.306</b>	<b>80.773</b>

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento de março a dezembro de 2023, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011.

Em 2025 a Companhia optou pelo Parcelamento Convencional da PGFN – Débitos Previdenciários, modalidade 0014 - Parcelamento sem garantia - Pessoa Jurídica - Dívida Previdenciária - até 15 milhões de reais. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 21 de fevereiro de 2025.

Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo anterior	149	4.367	468	577
Transferências	405	148	(405)	(148)
Consolidação	497	-	1.986	-
Atualizações (TJLP)	299	65	-	39
Amortizações	(636)	(4.431)	-	-
<b>Total</b>	<b>714</b>	<b>149</b>	<b>2.049</b>	<b>468</b>

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$50.465 em 31 de dezembro de 2025 (R\$55.639 em 31 de dezembro de 2024), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

## 20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são constituídas com base na avaliação da Administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, sendo registradas em montante considerado suficiente para fazer face às perdas classificadas como prováveis em processos judiciais.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, sendo provável a saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para a liquidação da obrigação e quando o valor dessa obrigação pode ser estimado de forma confiável.

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão contingências cíveis	75.867	76.072
Provisão contingências trabalhistas	6.547	6.487
<b>Total Provisões</b>	<b>82.414</b>	<b>82.559</b>
<b>Total Depósitos dados em garantia</b>	<b>(96.780)</b>	<b>(100.348)</b>
<b>Insuficiência (Suficiência) da cobertura</b>	<b>(14.366)</b>	<b>(17.789)</b>

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados como perdas possíveis ou remotas.

As ações judiciais com grau de risco classificado como possível, pela área jurídica da Companhia, fecharam em R\$439.201 (R\$290.855 em 31 de dezembro de 2024).

### 20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem trânsito em julgado.

### 20.2. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

## 21. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA INCENTIVADA – PDVI 2017

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações, com as últimas prestações sendo quitadas ao longo de 2026.

	31/12/2025	31/12/2024
PDVI 2017 – Passivo Circulante	32.799	89.937
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	-	30.434
<b>Total PDVI</b>	<b>32.799</b>	<b>120.371</b>

## 22. PARTES RELACIONADAS

### 22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participava de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e a acionista CELESC.

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Gov. do Estado -SC (Precatórios) <sup>1</sup>	-	-	56.912	41.084	-	-	-	-
Sec. do Estado da Fazenda -SEFAZ	6.783	6.099	-	-	51.919	45.134	-	-
Celelesc	54	122	-	-	964	-	138.790	126.213
<b>Total</b>	<b>6.837</b>	<b>6.221</b>	<b>56.912</b>	<b>41.084</b>	<b>52.883</b>	<b>45.134</b>	<b>138.790</b>	<b>126.213</b>

<sup>1</sup> A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

### 22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o período de maio de 2025 a abril de 2026 foi aprovada pela 55ª/2025 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de abril de 2025, no montante global de até R\$5.315. Em 2024 a aprovação se deu pela 54ª/2024 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2024, no montante de até R\$4.827 para o período de maio de 2024 a abril de 2025.

Abaixo, apresentamos o quadro do acumulado no ano com remuneração dos administradores:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Salário ou Pró-labore	2.597	2.549
Benefícios diretos e indiretos	1.114	1.114
Representações	157	151
Diárias	96	61
<b>Total</b>	<b>3.964</b>	<b>3.875</b>

## 23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 31 de dezembro de 2025 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 24.1. Capital Social

Em 2025, o capital social da Companhia subscrito e integralizado totalizou R\$1.407.315, representado por 1.194.827.477 ações, das quais 592.975.802 são ações ordinárias e 601.851.675 são ações preferenciais.

O capital social é composto por ações nominativas e sem valor nominal, sendo as ações ordinárias dotadas de direito a voto e as ações preferenciais dotadas de prioridade no reembolso do capital e no recebimento de dividendos não cumulativos.

Nos termos da legislação societária e do Estatuto Social, as ações garantem dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido, proporcionalmente à quantidade de ações detidas. As ações preferenciais conferem, ainda, o direito ao recebimento de dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

A composição acionária apresenta-se conforme discriminado a seguir:

Acionistas	31/12/2025			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado de Santa Catarina	536.198.707	545.021.963	1.081.220.670	90,49%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,50%
Demais Acionistas	63.844	51.534	115.378	0,01%
<b>Total de ações</b>	<b>592.975.802</b>	<b>601.851.675</b>	<b>1.194.827.477</b>	<b>100%</b>

Acionistas	31/12/2024			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Governo do Estado de Santa Catarina	515.303.611	521.749.832	1.037.053.443	90,13%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,86%
Demais Acionistas	61.617	50.071	111.688	0,01%
<b>Total de ações</b>	<b>572.078.479</b>	<b>578.578.081</b>	<b>1.150.656.560</b>	<b>100%</b>

### 24.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 22 de abril de 2025, conforme deliberado na 55ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) e na 143ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o Governo do Estado de Santa Catarina aprovou a reversão do montante de R\$52.022, anteriormente destinado ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, para a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

### 24.3. Aumento de Capital

Em 22 de julho de 2025, a 469ª Reunião do Conselho de Administração (RCA) da Companhia aprovou a abertura de nova operação de Aumento de Capital conforme deliberado pela 55ª Assembleia Geral Ordinária (AGO).

O Aumento de capital foi homologado em 21 de Outubro de 2025, com subscrição de 44.170.917 ações (20.897.323 ações ordinárias e 23.273.594 ações preferenciais), passando o capital social da Companhia para R\$1.407.315.280,89 (Um bilhão, quatrocentos e sete milhões, trezentos e quinze mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos), representados por 592.975.802 (Quinhentos e noventa e duas milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e duas) Ações Ordinárias - ON, e 601.851.675 (Seiscentos e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e cinco) Ações Preferenciais - PN, todas nominativas e sem valor nominal.

### 24.4. Reserva de Lucros

#### Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social

#### Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 79º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

### 24.5. Destinação do Lucro do Exercício

	2025	2024
<b>Lucro Exercício</b>	<b>387.059</b>	<b>243.028</b>
Reserva Legal (5%)	19.353	12.151
Reserva para Fundos de Investimentos	275.779	173.157
Dividendos Propostos (25%)	91.927	57.719

### 24.6 Dividendos Propostos

Em dezembro de 2025 o saldo da conta dividendos propostos é de R\$91.159 sendo R\$0,768 referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte -IRRF, à alíquota de 15% sobre JCP (Juros sobre Capital Próprio), relativos ao 2º decêndio do mês de dezembro de 2025.

### 24.7. Resultado por Ação

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	387.059	243.028
Quantidade total de ações	1.194.827.477	1.150.656.560
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,32395	0,21121

### 24.8. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado como ganhos em outros resultados abrangentes o montante de R\$20.426 (R\$25.150 em 31 de dezembro de 2024).

Os referidos ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Dessa forma, a variação no saldo de Outros Resultados Abrangentes reflete o impacto dos ajustes atuariais sobre as obrigações da Companhia em relação aos seus planos de benefícios, contribuindo para uma melhor transparência e entendimento dos efeitos financeiros decorrentes da avaliação atuarial.

## 25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia no primeiro trimestre de 2025 e 2024 estão apresentadas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Tarifas de água	1.828.399	1.660.880
Tarifas de esgoto	538.917	466.632
Outras receitas de serviços de água	25.227	23.325
Outras receitas de serviços de esgoto	950	94
<b>Total do faturamento</b>	<b>2.393.493</b>	<b>2.150.931</b>
Impostos sobre vendas e outras deduções	(225.373)	(200.521)
<b>Total receita líquida</b>	<b>2.168.120</b>	<b>1.950.410</b>

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas, com margem nula, e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões até 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$693.206 (R\$550.086 em 31 de dezembro de 2024).

## 26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos*	591.215	536.311
Materiais	104.333	105.768
Serviços de terceiros	377.121	338.242
Gerais e tributárias	61.759	55.938
Depreciações, amortizações e provisões	173.561	170.241
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	53.281	51.639
Recomposição de pavimentação	37.415	39.663
Fundos para programas municipais	93.608	79.346
Amortização direito de uso de bem	29.718	30.131
<b>Total</b>	<b>1.522.011</b>	<b>1.407.279</b>

\*Contas de salários e encargos obteve incremento em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.



**27. GASTOS COM EMPREGADOS**

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários	216.961	202.246
Férias, Abono e 13º Salário	62.628	57.192
Custos previdenciários	113.003	97.550
FGTS	25.713	23.873
Programa de alimentação	53.752	50.810
Programa de saúde	55.996	45.111
Gratificações e cargos comissionados	43.186	39.760
PDVI – Demissão voluntária incentivada	4.011	5.619
Outros benefícios	15.965	14.150
<b>Total</b>	<b>591.215</b>	<b>536.311</b>
<b>Número de empregados</b>	<b>2.730</b>	<b>2.784</b>

**28. RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro auferido pela Companhia está apresentado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	2.233	1.348
Juros ativos	5.544	5.449
Rendimento de aplicações financeiras	57.250	26.669
Acréscimos por inadimplências contratuais	21.403	26.066
Ganho com recuperação de crédito	12	52
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>86.442</b>	<b>59.584</b>

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(232.452)	(217.375)
Multas e juros*	(11.915)	(17.698)
Correção monetária	(4)	(266)
Outras	(6.218)	(4.619)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(250.589)</b>	<b>(239.958)</b>
<b>Variações monetárias e cambiais (Líquidas)</b>	<b>41.542</b>	<b>(34.373)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(122.605)</b>	<b>(214.747)</b>

\*Valores de multas e juros referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

**29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

As outras receitas são compostas substancialmente por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Indenizações e ressarcimento de despesas	986	4.705
Comissão prestação de serviços/convênios	1.122	1.088
Reversão causas trabalhistas	53	10.772
Reversão causas cíveis	202	10.713
Contribuições e doações	4.366	3.525
Outras	766	1.067
<b>Total Outras Receitas Operacionais</b>	<b>7.495</b>	<b>31.870</b>

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Provisões causas cíveis	(17)	(21.322)
Fiscais e tributárias	(1.984)	(104)
<b>Total Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(2.001)</b>	<b>(21.426)</b>
<b>Outras Receitas e Despesas "Não Operacionais"</b>		
Vendas de bens do imobilizado	4.577	1.019
Baixa de imobilizado	(339)	(546)
<b>Total Outras Receitas e Despesas Não Operacionais</b>	<b>4.238</b>	<b>473</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Oper. Líquidas</b>	<b>9.732</b>	<b>10.917</b>

**30. SEGUROS**

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$69.125. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados.

A Companhia aluga 570 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

**31. CONCESSÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE**

A Companhia participou do processo licitatório do município, para permanecer com a concessão, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e apesar de ter ficado em segundo lugar no processo, a CASAN segue atuando perante o referido Município, Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, no sentido de manter a operação do sistema e resguardar os seus direitos em observância aos princípios e dispositivos regulatórios e legais.

**32. BALANÇO SOCIAL**

A Companhia apresenta o Balanço Social referente ao ano de 2025, onde evidencia informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidos aos empregados, investidores, acionistas e à comunidade. A CASAN adota o modelo conforme Manual de Procedimentos Contábeis da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

1. BASE DE CÁLCULO	2025 - Valores em R\$ mil			2024 - Valores em R\$ mil		
	Valor R\$ mil	% sobre FBP	% sobre RL	Valor R\$ mil	% sobre FBP	% sobre RL
Receita Operacional Líquida (ROL)	2.168.120			1.950.410		
Resultado Operacional (RO)	655.841			554.048		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	612.524			571.792		
<b>2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS</b>	<b>Valor R\$ mil</b>	<b>% sobre FBP</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor R\$ mil</b>	<b>% sobre FBP</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	66.473	10,85%	3,07%	52.931	9257,12%	2,71%
Encargos Sociais Compulsórios	125.722	20,53%	5,80%	108.618	18996,00%	5,57%
Previdência Privada	17.831	2,91%	0,82%	5.071	886,82%	0,26%
Saúde	50.564	8,26%	2,33%	31.689	5542,01%	1,62%
Segurança e Saúde no Trabalho	1.565	0,26%	0,07%	2.422	423,58%	0,12%
Educação	18.322	2,99%	0,85%	14.733	2576,57%	0,76%
Cultura	1.223	0,20%	0,06%	1.199	209,69%	0,06%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.209	0,20%	0,06%	745	130,27%	0,04%
Creches ou Auxílio-Creche	3.716	0,61%	0,17%	3.669	641,67%	0,19%
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	10.704	1,75%	0,49%	14.355	2510,50%	0,74%
<b>Total dos Indicadores Sociais Internos</b>	<b>297.330</b>	<b>48,54%</b>	<b>13,71%</b>	<b>235.431</b>	<b>41174,21%</b>	<b>12,07%</b>
<b>3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>	<b>Valor R\$ mil</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor R\$ mil</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Cultura	3.114	0,47%	0,14%	1.884	0,28%	0,05%
Saúde e Saneamento	1.662	0,25%	0,08%	1.201	0,23%	0,07%
Esporte	550	0,08%	0,03%	875	0,05%	0,01%
<b>Sub Total</b>	<b>5.326</b>	<b>0,81%</b>	<b>0,25%</b>	<b>3.959</b>	<b>0,56%</b>	<b>0,13%</b>
Tributos (excluídos os encargos sociais)	398.197	65,01%	18,37%	320.400	55,97%	16,47%
<b>Total dos Indicadores Sociais Externos</b>	<b>403.523</b>	<b>65,82%</b>	<b>18,61%</b>	<b>324.359</b>	<b>56,53%</b>	<b>16,60%</b>
<b>4. INDICADORES DO AMBIENTE CONFORME ATUAÇÃO DA COMPANHIA</b>	<b>Valor R\$ MIL</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor R\$ MIL</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	745.238	114%	34,37%	601.986	91%	30,86%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	1204	0,18%	0,06%	18	0,00%	0,00%
<b>Total dos Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>746.442</b>	<b>113,81%</b>	<b>34,43%</b>	<b>602.004</b>	<b>91,36%</b>	<b>30,87%</b>
Quanto ao Estabelecimento de "metas anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:	Não possui Metas			Não possui Metas		
<b>5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL</b>	<b>2025</b>			<b>2024</b>		
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	2.730			2.743		
Nº de Admissões Durante o Período	2			77		
Nº de Empregados(as) Terceirizados	725			634		
Nº de Estagiários(as)	76			96		
Nº de Empregados(as) Acima de 45 anos	1.441			1.250		
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa	539			550		
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	25,60%			23,13%		
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa	54			44		
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)	0,27%			1,07%		
Nº de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais	101			76		
<b>6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL</b>	<b>2025</b>			<b>Metas 2026</b>		
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	23,56 vezes			REDUZIR		
Número Total de Acidentes de Trabalho	136			REDUZIR		
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	Direção e gerências			Direção e gerências		
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	Direção e gerências			Direção e gerências		
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as) a Empresa:	Segue normas OIT			Segue normas OIT		
A Previdência Privada Contempla:	Todos os empregados			Todos os empregados		
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	Não se aplica			Não se aplica		
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:	São exigidos			São exigidos		
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	Apoia			Apoiará		
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
	20.223	798	947	0	0	0
% de Reclamações e Críticas Solucionadas	69,60%	98,87%	0,00%	71,13%	100,00%	0,00%
Distribuição do Valor Adicionado	<b>2025</b>			<b>2024</b>		
	Governo	457.103		Governo	376.330	
	Colaboradores	495.858		Colaboradores	448.621	
	Acionistas	91.927		Acionistas	57.719	
	Terceiros	209.047		Terceiros	274.331	
	Retido	295.132		Retido	185.309	
<b>7. OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	<p align="center"><b>"A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA EM CORRUPÇÃO NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"</b></p>					



### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 33.1. Contrato de Concessão Chapecó

A CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento informa que, em relação ao anúncio realizado pela Prefeitura de Chapecó em 05 de fevereiro de 2026, acerca do rompimento do Contrato de Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário com a Companhia, recebeu, em 06 de fevereiro de 2026, notificação formal acompanhada de cópia do Decreto Municipal nº 51.470/2026, que declara a caducidade do referido contrato.

O ato foi submetido à Procuradoria Jurídica da Companhia, com o objetivo de subsidiar a adoção das medidas judiciais cabíveis e demais providências administrativas pertinentes. Nesse contexto, a CASAN informa que obteve decisão favorável junto à 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que determinou a suspensão imediata dos efeitos do referido Decreto Municipal nº 51.470/2026, anulando, assim, os efeitos da declaração de caducidade do contrato de concessão anunciada pela Prefeitura de Chapecó.

A decisão judicial também estabelece que o Município deve se abster de qualquer ato que vise a retomada dos serviços, transferência de titularidade ou intervenção na gestão da Concessionária.

Dessa forma, a CASAN reforça que permanece executando regularmente a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Chapecó, mantendo a continuidade operacional, bem como a realização dos investimentos, obras e melhorias previstas, reafirmando seu compromisso com o saneamento básico e a qualidade de vida da população.

#### 33.2. Reforma Tributária

A Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, que instituíram a reforma do sistema tributário sobre o consumo no Brasil. A referida emenda prevê a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como PIS, COFINS, ICMS e ISS, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios. A reforma também institui o Imposto Seletivo (IS),

incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O novo modelo tributário prevê um período de transição, com início da implementação previsto para 2026 e conclusão em 2033, quando o novo sistema passará a vigorar integralmente.

Considerando que o processo de regulamentação da reforma tributária ainda está em andamento e que diversos aspectos relevantes dependem de regulamentações adicionais e definições de alíquotas, a Administração da Companhia encontra-se avaliando os potenciais impactos da nova legislação em suas operações, processos e demonstrações financeiras. Com o objetivo de assegurar a conformidade da Companhia com o novo regime tributário a partir de 2026, foram iniciadas adequações em sistemas e cadastros, revisões de processos operacionais e contratuais, bem como treinamentos de colaboradores quanto aos potenciais impactos da nova legislação nas operações da Companhia.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar eventuais efeitos decorrentes da implementação da reforma tributária.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Referente ao exercício findo 31 de dezembro de 2025

### Aos

**Acionistas e aos Conselheiros da  
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN  
Florianópolis – SC**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN (“Companhia”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à CASAN, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Eventos Subsequentes

##### Contrato de concessão Chapecó

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 33.1. A CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento informa que, em relação ao anúncio da Prefeitura de Chapecó sobre o rompimento do Contrato de Concessão, recebeu em 06 de fevereiro de 2026 notificação formal com o Decreto Municipal nº 51.470/2026, que declara a caducidade do contrato. Conforme divulgado pela Administração, a Companhia obteve decisão judicial favorável junto à 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que determinou a suspensão imediata e integral dos efeitos do referido decreto, vedando ao Município a adoção de quaisquer atos de retomada dos serviços, transferência de titularidade ou intervenção na gestão da Concessionária. Na data-base deste parecer, a Companhia permanece responsável pela prestação regular dos serviços no Município de Chapecó, mantendo a continuidade operacional e a execução dos investimentos previstos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

##### Reforma Tributária

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 33.2, que a Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, prevê a substituição gradual de PIS, COFINS, ICMS e ISS pela CBS e pelo IBS, além da instituição do Imposto Seletivo (IS). O novo modelo terá transição de 2026 a 2033. A Administração da Companhia encontra-se avaliando os potenciais impactos da nova legislação em suas operações, processos e demonstrações financeiras e iniciou adequações em sistemas, revisões de processos e treinamentos. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar eventuais efeitos decorrentes da implementação da reforma tributária. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

##### Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos durante a auditoria do exercício em análise. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras. Logo, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

##### Teste de Impairment (Notas explicativas 3.9 e 5.2)

Para apurar o valor recuperável dos ativos, adotou-se o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso desses ativos. Foram consideradas como unidades geradoras de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, em virtude das características peculiares. Avaliados os itens:

- Vida útil, baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente;
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX foram projetadas conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável. Esse procedimento foi adotado em virtude de os contratos de concessões e de programa preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato.

##### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em resposta ao risco relacionado ao teste de recuperabilidade, obtivemos entendimento do processo adotado pela administração, incluindo a identificação das unidades geradoras de caixa, a metodologia aplicada e as premissas utilizadas, avaliando sua conformidade com o CPC 01 (IAS 36). Com apoio de especialistas internos, analisamos criticamente premissas-chave como taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa, taxas de crescimento e coerência entre premissas operacionais e financeiras, comparando-as com informações externas, dados de mercado e desempenho histórico. Reperforamos cálculos relevantes, verificamos a integridade dos modelos e analisamos sensibilidades preparadas pela administração, complementando-as com testes independentes. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações relacionadas ao impairment apresentadas nas demonstrações contábeis.

##### Benefícios a Empregados (Notas Explicativas 3.10, 17.1 e 21)

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, na modalidade de Contribuição Variável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 8.840 mil (R\$ 4.293 mil, em 31 de dezembro de 2024). Consideramos este um dos principais assuntos de auditoria em virtude das estimativas complexas, com saldos relevantes, e subjetivas por parte da administração, como, por exemplo, as tábuas biométricas, as projeções de aumentos salariais e as taxas de desconto. Variações nesses saldos representam impactos relevantes nos montantes de provisão para déficit atuarial.

##### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Verificamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela Companhia, avaliamos a razoabilidade das principais premissas, das taxas de descontos, das projeções de crescimento salarial e das tábuas biométricas (mortalidade, invalidez e mortalidade de inválidos) utilizadas para os cálculos atuariais e analisamos o resultado do cálculo das provisões matemáticas do plano e os valores justos dos ativos. Consideramos que as premissas utilizadas para determinar a provisão para déficit atuarial estão razoáveis.

##### Outros Assuntos

##### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da CASAN e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da CASAN. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma, e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

##### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de serem causadas por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis das divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 13 de março de 2026.

**RUSSELL BEDFORD GM**

AUDITORES INDEPENDENTES S/S

2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

**ELIANE TANIA RESMINI**

Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1

Sócia Responsável Técnica

**RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE - 2025****Ao Conselho de Administração da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN****1. Introdução**

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da CASAN é órgão de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação independente, responsável por acompanhar e supervisionar aspectos relacionados às demonstrações financeiras, auditoria interna e externa, controles internos, gestão de riscos, compliance e integridade.

No exercício de 2025, o Comitê desenvolveu suas atividades de forma regular, com foco no fortalecimento da governança corporativa, na melhoria do sistema de controles internos e no acompanhamento da situação econômico-financeira da Companhia.

**2. Atividades Desenvolvidas no Exercício**

Durante o exercício de 2025, o CAE realizou 18 reuniões ordinárias, nas quais foram analisados temas relevantes relacionados à governança, auditoria, riscos e integridade da Companhia.

Entre os principais assuntos acompanhados pelo Comitê destacam-se:

**Auditoria Interna**

- acompanhamento da execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI);
- revisão de metodologias e recomendações para aprimoramento dos relatórios e monitoramento de achados;
- participação em processos de fortalecimento institucional da área.

**Controles Internos e Gestão de Riscos**

- acompanhamento da evolução da estrutura de gestão de riscos corporativos;
- recomendações para aprimoramento da matriz de riscos e sua integração com planejamento estratégico e indicadores corporativos.

**Compliance e Integridade**

- acompanhamento de temas relacionados ao Programa de Integridade;
- recomendações para atualização do Código de Conduta, aprimoramento da política de consequências e integração entre compliance, gestão de riscos e ouvidoria.

**Ouvidoria e Canal de Denúncias**

- monitoramento da evolução da Ouvidoria e do processo de implantação do novo canal de denúncias;
- recomendações para aprimoramento da qualidade analítica dos relatórios e da tipificação das manifestações.

**Demonstrações Financeiras e Auditoria Externa**

- análise das demonstrações financeiras periódicas;
- acompanhamento da atuação da auditoria externa e discussão de aspectos relevantes relacionados a fluxo de caixa, investimentos e endividamento da Companhia.

**Previdência Complementar (CASANPREV)**

- acompanhamento de temas relacionados ao plano de previdência complementar, incluindo novos planos de benefícios e aspectos atuariais.

**3. Avaliação do Comitê**

Com base nas informações apresentadas pela Administração, pela Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, o Comitê entende que:

- a estrutura de controles internos e gestão de riscos apresenta evolução, embora ainda demande aprimoramentos;
- a Auditoria Interna tem avançado em sua estruturação e fortalecimento institucional;
- o sistema de governança, integridade e supervisão financeira da Companhia vem sendo progressivamente consolidado.

**4. Conclusão**

As opiniões e julgamentos do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE baseiam-se nas informações, relatórios e esclarecimentos apresentados pela Administração da Companhia, em especial pelas áreas Contábil, Financeira, Jurídica, de Gestão de Riscos, Compliance, Auditoria Interna e demais áreas responsáveis pelos processos analisados, bem como nas manifestações da Auditoria Independente.

Com relação à Auditoria Independente, o CAE não identificou situações que pudessem afetar sua independência, tampouco tem conhecimento de divergências técnicas relevantes entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio Comitê no que se refere às demonstrações financeiras ou aos critérios contábeis adotados.

Quanto à estrutura de controles internos e à gestão de riscos, o Comitê entende que a Companhia possui mecanismos institucionais compatíveis com o porte e a complexidade de suas operações, embora continue recomendando o aprimoramento progressivo de determinadas práticas relacionadas à consolidação da gestão de riscos corporativos, à integração

entre controles internos e planejamento estratégico e ao fortalecimento de instrumentos do Programa de Integridade.

No que se refere à Auditoria Interna, os trabalhos acompanhados pelo CAE ao longo do exercício de 2025 indicam evolução institucional da função de auditoria, não tendo sido identificadas falhas relevantes que comprometam a efetividade geral dos controles internos da Companhia, sem prejuízo da continuidade das medidas de aperfeiçoamento recomendadas.

O CAE entende que os assuntos relevantes relacionados às suas atribuições foram adequadamente tratados no curso do exercício, mediante reuniões, análises técnicas e interações com a Administração, Auditoria Interna e Auditores Independentes.

Diante do exposto, e com base nas informações e relatórios analisados, o Comitê de Auditoria Estatutário considera que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, estando acompanhadas do respectivo relatório dos auditores independentes.

Assim, o CAE recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas.

Florianópolis, 09 de março de 2026.

**Comitê de Auditoria Estatutário – CASAN**

BRUNO BASSO – Coordenador

ANDERSON MALGUEIRO – Membro

SANDRO FURST – Membro

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Florianópolis, 17 de março de 2026.

EDSON MORITZ  
Diretor-Presidente

CARLOS IVAN STURZBECHER  
Diretor Financeiro e de Relações  
com os Investidores

PEDRO JOEL HORSTMANN  
Diretor de Operação e Expansão

LEONARDO LACERDA DA SILVA  
Diretor Comercial

ROSANE VETTORI  
Diretora Administrativa

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Florianópolis, 17 de março de 2026.

EDSON MORITZ  
Diretor-Presidente

CARLOS IVAN STURZBECHER  
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

LEONARDO LACERDA DA SILVA  
Diretor Comercial

PEDRO JOEL HORSTMANN  
Diretor de Operação e Expansão

ROSANE VETTORI  
Diretora Administrativa

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Valor Adicionado, do Resultado Abrangente e do Fluxo de Caixa, complementadas pelas Notas Explicativas, relativas ao Exercício Social de 2025. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representante da Companhia, no parecer emitido pela Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, e na opinião emitida pelo Comitê de Auditoria Estatutário, os Conselheiros de Administração opinam no sentido de que as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas, conforme consta na Ata n.º 486 do Conselho de Administração.

Florianópolis, 24 de março de 2026.

ALFEU LUIZ ABREU  
Presidente do Conselho de  
Administração

IVAN GABRIEL COUTINHO  
Conselheiro

CINTIA DE CASTRO CARDOSO  
Conselheira

HANERON VICTOR MARCOS  
Conselheiro

EDSON MORITZ  
Conselheiro

JUCÉLIO JOÃO DA SILVA  
Conselheiro

GERSON ANTONIO BASSO  
Conselheiro

KARLA CELINA GHISI DA LUZ  
Conselheira

MARLON TESTONI BATISTI  
Conselheiro

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei n.º 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2025. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e no relatório da auditoria independente Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, que apresentou opinião não modificada sobre as demonstrações financeiras, os conselheiros fiscais registram não ter conhecimento de qualquer fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas demonstrações financeiras e opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos se encontram em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Florianópolis, 24 de março de 2026.

MARCELO MENDES  
Presidente do Conselho Fiscal

FÁBIO WAGNER PINTO  
Conselheiro

LETÍCIA PEDERCINI ISSA  
Conselheira

GABRIELA SOARES PEDERCINI  
Conselheira

RICARDO EUCLIDES GRANDO  
Conselheiro

**ND****GRUPO ND**

ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.

CNPJ nº 36.565.608/0001-00 | NIRE nº 42 3 0006400-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

d) Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta dos Conjuntos Fotovoltaicos da Companhia alcançou 323,1 GWh, desempenho 21,4% inferior à observada em 2024, que foi de 410,8 GWh. O índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de *trackers* e *inverters*, do Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol em 2025 atingiu 99,9%.

e) Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2025	2024	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	180.181	167.026	13.155	7,9
(Prejuízo) lucro bruto	(9.706)	11.586	(21.292)	(183,8)
Resultado do serviço (Ebit)	(11.293)	(109.257)	97.964	(89,7)
Ebitda (Lajida)¹	17.278	(80.339)	97.617	(121,5)
Resultado financeiro	(28.683)	(34.501)	5.818	(16,9)
Prejuízo do exercício	(44.796)	(148.398)	103.602	(69,8)

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>14</b>	-	<b>180.181</b>	<b>167.026</b>
<b>Custos da energia vendida</b>				
Custo de energia elétrica comprada para revenda e transações realizadas na CCEE	-	-	(132.880)	(98.906)
Depreciação e amortização	8	-	(28.571)	(28.918)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-	-	(13.574)	(13.639)
Serviços de terceiros	-	(30)	(7.307)	(7.167)
Outros	-	(7.555)	(6.810)	(6.810)
		<b>(30)</b>	<b>(189.887)</b>	<b>(155.440)</b>
<b>(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO</b>				
<b>Despesas operacionais</b>				
Impairment	-	(38.053)	-	(119.974)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(144)	(150)	(1.577)	(850)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	(10)	(19)
		<b>(144)</b>	<b>(38.203)</b>	<b>(1.587)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>				
Equivalência patrimonial	(40.125)	(97.836)	-	-
Amortização da mais valia	-	(1.318)	-	-
		<b>(40.125)</b>	<b>(99.154)</b>	<b>-</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>	<b>(40.269)</b>	<b>(137.387)</b>	<b>(11.293)</b>	<b>(109.257)</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Renda de aplicações financeiras	-	2	4.052	6.572
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	1.608	643
Juros e variação monetária sobre financiamento	12	-	(29.675)	(29.149)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	8	-	(503)	(1.037)
Outras despesas financeiras, líquidas	(1)	(1)	(4.165)	(11.530)
		<b>(1)</b>	<b>(28.683)</b>	<b>(34.501)</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>(40.270)</b>	<b>(137.386)</b>	<b>(39.976)</b>	<b>(143.758)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>15</b>			
Imposto de renda	-	-	(3.282)	(3.188)
Contribuição social	-	-	(1.538)	(1.452)
			<b>(4.820)</b>	<b>(4.640)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(40.270)</b>	<b>(137.386)</b>	<b>(44.796)</b>	<b>(148.398)</b>
<b>LUCRO ATRIBUÍDO AO:</b>				
Acionista controlador	(40.270)	(137.386)	(40.270)	(137.386)
Acionista não controlador	-	-	(4.526)	(11.012)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(40.270)</b>	<b>(137.386)</b>	<b>(44.796)</b>	<b>(148.398)</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		Total
	2025	2024	2025	2024	
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(40.270)</b>	<b>(137.386)</b>	<b>(44.796)</b>	<b>(148.398)</b>	
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(40.270)</b>	<b>(137.386)</b>	<b>(44.796)</b>	<b>(148.398)</b>	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Engie Energia Solar Holding II S.A. ("ENGIE Energia Solar Holding II" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), e foi constituída em 05.03.2020, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a participação, como *holding*, no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios.

Atualmente, a ENGIE Energia Solar Holding II é controladora direta da ENGIE Lar do Sol Holding e controla indiretamente as seguintes empresas, as quais compõem o Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol:

Usina Fotovoltaica	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física estimada (MWm)¹	Participação no capital integralizado e votante (%)	Ambiente de contratação
Lar do Sol 1	99,0	26,5	90,00	Livre
Lar do Sol 2	49,5	13,3	90,00	Livre
Lar do Sol 3	49,5	13,3	90,00	Livre
<b>Total</b>	<b>198,0</b>	<b>53,0</b>		

(1) Não possui garantia física declarada, portanto sua capacidade comercial é baseada na geração prevista.

Devido ao modelo de operação as Usinas das Companhias não possuem garantia física declarada.

As controladas indiretas que compõem o Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol têm como objetivo a geração fotovoltaica de energia, tem sua operação dedicada ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre, na modalidade de autoprodução junto a Unipar Carboclosa S.A., com período de suprimento de 01.01.2024 à 31.12.2042.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

**NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informa-

**Comentário sobre as principais variações**  
**Receita operacional líquida:** o aumento decorre, substancialmente, em função do reajuste dos preços contratuais pelo indexador previsto em contrato e do aumento na receita com transações no mercado de energia de curto prazo.

**Resultado do serviço e Ebitda:** a variação decorre, substancialmente, pelo reconhecimento não recorrente em 2024 de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos de aproximadamente R\$ 120 milhões, bem como pelo aumento na linha da receita operacional líquida. O efeito positivo foi suavizado pelo aumento nas despesas com compra de energia de aproximadamente R\$ 34 milhões.

**Prejuízo do exercício:** a redução do prejuízo foi motivada pela combinação dos efeitos anteriormente citados.

f) Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

g) Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

h) Agradecimentos

A Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2025.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes dos tributos	(40.270)	(137.386)	(39.976)	(143.758)
<b>Conciliação do lucro com o caixa das operações:</b>				
Juros e variação monetária sobre financiamento	-	-	29.675	29.149
Depreciação e amortização	-	1.318	28.571	28.918
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	-	-	503	1.037
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	(1.608)	(643)
Impairment	-	38.053	-	119.974
Resultado de participações societárias	40.125	97.836	-	-
Outros	(2)	-	2.265	(3.506)
<b>Resultado antes dos tributos ajustado (Aumento) redução nos ativos</b>	<b>(147)</b>	<b>(179)</b>	<b>19.430</b>	<b>31.171</b>
Contas a receber de clientes	-	44	(972)	16.932
Outros ativos	64	52	(3.688)	(2.042)
<b>(Redução) aumento nos passivos</b>				
Fornecedores	(35)	(352)	13.040	(12.926)
Outros passivos	2	291	801	(155)
<b>Caixa utilizado nas operações</b>	<b>(116)</b>	<b>(144)</b>	<b>28.611</b>	<b>32.980</b>
Pagamentos de juros sobre financiamento	-	-	(29.780)	(32.215)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(3.701)	(4.354)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(116)</b>	<b>(144)</b>	<b>(4.870)</b>	<b>(3.589)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aumento de capital em controladas	-	(2.010)	-	-
Aplicação no imobilizado e no intangível	-	-	(4.614)	1.610
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(2.010)</b>	<b>(4.614)</b>	<b>1.610</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital	100	2.110	100	2.110
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	1.142	1.919
Pagamento de financiamento	-	-	(9.027)	(21.984)
Dividendos pagos	-	-	(1.704)	-
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>100</b>	<b>2.110</b>	<b>(9.489)</b>	<b>(17.955)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(16)</b>	<b>(44)</b>	<b>(18.973)</b>	<b>(19.934)</b>
<b>Conciliação do caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo inicial	43	87	45.716	65.650
Saldo final	27	43	26.743	45.716
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(16)</b>	<b>(44)</b>	<b>(18.973)</b>	<b>(19.934)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel.

c.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no encerramento do exercício, a existência de evidências de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Em situações não comuns, se tais evidências são identificadas, a Companhia procede ao teste de *impairment*. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda é reconhecida no resultado do exercício.

c.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.

c.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

c.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das Usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrida. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

d) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. Os demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

**f) Transações entre partes relacionadas**

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

**g) Receita de contrato com cliente**

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

**h) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. A Controladora e suas controladas apuram os impostos sobre o regime do lucro presumido.

**i) Operações controladas em conjunto**

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

**j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

**k) Novas normas, alterações e interpretações**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<b>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27</b> Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. <b>Orientação Técnica OCPG nº 10</b> A OCPG 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispôr sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<b>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)</b> As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<b>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)</b> As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

**l) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes**

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<b>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02</b> Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima. <b>CPC 51</b> O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidênciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
			A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

**NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	27	43	3.186	3.161
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	-	-	23.557	42.555
	<b>27</b>	<b>43</b>	<b>26.743</b>	<b>45.716</b>

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão concentradas, substancialmente, nos fundos de investimento exclusivos (FIE) Energy Renda Fixa e Energy Prime Renda Fixa, cuja gestão é feita pelo Banco Santander e pelo Banco BTG Pactual, respectivamente. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e em instrumentos de captação bancária, predominantemente de instituições financeiras com classificação de risco AAA, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do FIE Energy Renda Fixa nos anos de 2025 e 2024 foi, respectivamente, cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial). Adicionalmente, o FIE Energy Prime Renda Fixa apresentou rentabilidade média de 100,8% do CDI em 2025.

**NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Unipar Carbocloro S.A.	11.417	10.830
Comercializadoras	4.445	4.240
Transações no mercado de energia de curto prazo	346	166
	<b>16.208</b>	<b>15.236</b>

A Companhia, por intermédio de suas controladas comercializaram energia com Unipar Carbocloro. Mais detalhes vide Nota 18 – Transações com partes relacionadas. Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em suas contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

**NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS**

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha no consolidado R\$ 12.425 (R\$ 11.959 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas aos contratos de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e são constituídas pelo montante equivalente a 2,5% do valor da dívida.

**NOTA 7. INVESTIMENTOS**

**a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

	Controladora						
	Saldos em 31.12.2023	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2024	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2025
ENGIE Lar do Sol Holding	474.305	2.010	(97.836)	378.479	(1.704)	(40.125)	336.650

**b) Informação da subsidiária, relativa ao exercício findo em 31.12.2025**

	31.12.2025						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo	Participação (%)
ENGIE Lar do Sol Holding	423.444	364.593	27.943	336.650	96.381	(40.125)	100

**NOTA 8. IMOBILIZADO**

**a) Composição**

	31.12.2025				31.12.2024	
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>						
Máquinas e equipamentos	3,4%	836.317	(67.332)	768.985	791.677	
Direito de uso de arrendamentos	3,3%	8.495	(832)	7.663	11.188	
Edificações e benfeitorias	4,0%	83	(1)	82	-	
Móveis e utensílios	6,2%	70	(2)	68	-	
		<b>844.965</b>	<b>(68.167)</b>	<b>776.798</b>	<b>802.865</b>	
<b>Em curso</b>						
Edificações e benfeitorias		3.002	-	3.002	-	
Máquinas e equipamentos		849	-	849	350	
		<b>3.851</b>	-	<b>3.851</b>	<b>350</b>	
		<b>848.816</b>	<b>(68.167)</b>	<b>780.649</b>	<b>803.215</b>	

**b) Mutação do ativo imobilizado**

	Máquinas e equipamentos	Direito de arrendamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Ingressos	-	-	-	-	2.030	2.030
Reversão da provisão para desmobilização	(8.828)	-	-	-	-	(8.828)
Baixas	(420)	-	-	-	-	(420)
Transferências	1.680	-	-	-	(1.680)	-
Impairment	(81.921)	-	-	-	-	(81.921)
Depreciação	(27.210)	(390)	-	-	-	(27.600)
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>791.677</b>	<b>11.188</b>	-	-	<b>350</b>	<b>803.215</b>
Ingressos	-	-	-	-	4.615	4.615
Provisão para desmobilização	4.637	-	-	-	-	4.637
Remensuração	-	(3.247)	-	-	-	(3.247)
Transferências	961	-	83	70	(1.114)	-
Depreciação	(28.290)	(278)	(1)	(2)	-	(28.571)
<b>Saldos em 31.12.2025</b>	<b>768.985</b>	<b>7.663</b>	<b>82</b>	<b>68</b>	<b>3.851</b>	<b>780.649</b>

**c) Provisão para desmobilização**  
Em 2023, a Companhia, através de suas controladas, reconheceu em seu imobilizado as provisões dos custos decorrentes das desmobilizações de seus parques edícios, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento das obrigações de retirada dos ativos e de restauração dos locais ao final dos prazos de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 6,70%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante consolidado em 31.12.2025 era de R\$ 17.146 (R\$ 12.006 em 31.12.2024), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 503 registrada no resultado do exercício de 31.12.2025 (R\$ 1.037 em 31.12.2024) e (ii) aumento de R\$ 4.637 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão (reversão de R\$ 8.828 em 31.12.2024).

**a) Provisão para redução ao valor recuperável de ativo**  
O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, em 31.12.2024 a Companhia, através de suas controladas, reconheceu *impairment* no montante de R\$ 81.921, relativos à obsolescência econômica do parque gerador.

**b) Autorizações das solares**

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW)	Data do ato	Vencimento
CGF Lar do Sol III e IV	Lar do Sol 1	99	03.2023	03.2054
CGF Lar do Sol V	Lar do Sol 2	49,5	03.2023	03.2054
CGF Lar do Sol VI	Lar do Sol 3	49,5	03.2023	03.2054

**NOTA 9. INTANGÍVEL**

A Companhia mantinha como intangível o direito de acesso a Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG reconhecido em 2021 na aquisição do Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol. Em 2024 a Companhia reconheceu *impairment* no montante de R\$ 38.053, relativos a baixa desse intangível.

**NOTA 10. FORNECEDORES**

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada	20.716	7.842
Arrendamentos a pagar	8.422	11.693
Fornecedores de materiais e serviços	5.240	4.005
Encargos de uso da rede elétrica	1.157	1.096
	<b>35.535</b>	<b>24.636</b>
Passivo circulante	28.171	12.981
Passivo não circulante	7.364	11.655
	<b>35.535</b>	<b>24.636</b>

**NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

**a) Risco de mercado**

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados por suas controladas.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedger* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Varição 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31.12.2025	31.12.2026	Provável	Δ + 25% <sup>1</sup>	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2025	Sensibilidade		
	31.12.2025	Provável	Δ + 25%	Administração
<b>Financiamento</b>				
IPCA	401.172	862	(3.388)	(162)

**b) Risco de gerenciamento de capital**

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	401.172	410.304
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(12.425)	(11.959)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(26.743)	(45.716)
<b>Dívida líquida</b>	<b>362.004</b>	<b>352.629</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>388.079</b>	<b>432.775</b>
<b>Endividamento líquido / Patrimônio líquido</b>	<b>0,9</b>	<b>0,8</b>

**c) Risco de crédito**

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia estão majoritariamente alocados nos fundos exclusivos Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) e Energy Prime Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander e Banco BTG Pactual, respectivamente. Em 31.12.2025, a alocação do patrimônio de ambos os fundos era em ativos de baixíssimo risco, sendo sua maioria lastreados em títulos públicos federais e em instrumentos de captação bancária, em conformidade com os parâmetros de alocação e bancos elegíveis acima especificados, ambos com liquidez diária e atrelados à variação da Selic. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

**d) Risco de liquidez**

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual
	Fornecedores	28.171	2.268	2.268	12.465
Financiamento	21.253	45.234	48.630	410.369	525.486
	<b>49.424</b>	<b>47.502</b>	<b>50.898</b>	<b>422.834</b>	<b>570.658</b>

**e) Categoria dos instrumentos financeiros**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Aplicações financeiras	-	-	23.557	42.555
<b>Custo amortizado</b>				
Caixa e depósitos bancários à vista		27	43	3.186
Contas a receber de clientes		-	-	16.208
Depósitos vinculados ao serviço da dívida		-	-	12.425
		<b>27</b>	<b>43</b>	<b>55.376</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Fornecedores	547	582	35.535	24.636
Financiamento	-	-	401.172	410.304
	<b>547</b>	<b>582</b>	<b>436.707</b>	<b>434.940</b>

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Fornecedores	547	582	35.535	24.636
Financiamento	-	-	401.172	410.304
	<b>547</b>			

**d) Participação de acionistas não controladores**

Referem-se às participações acionárias de terceiros no equivalente a 10% no capital social da Companhia.

**NOTA 14. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Unipar Carbocloro S.A.	133.719	153.486
Receita contrato de energia (ACL)	53.101	25.626
Transações no mercado de curto prazo	6.359	157
	<b>193.179</b>	<b>179.269</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>		
PIS e Cofins	(12.998)	(12.243)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>180.181</b>	<b>167.026</b>

**NOTA 15. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO**

	Consolidado			
	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>86.975</b>	<b>86.975</b>	<b>77.492</b>	<b>77.492</b>
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
<b>Lucro presumido sobre receita operacional</b>	<b>6.958</b>	<b>10.437</b>	<b>6.199</b>	<b>9.299</b>
Receita financeira	5.791	5.791	6.849	6.849
Outras	476	870	(200)	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>13.225</b>	<b>17.098</b>	<b>12.848</b>	<b>16.148</b>
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3.306)</b>	<b>(1.538)</b>	<b>(3.212)</b>	<b>(1.452)</b>
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3.282)</b>	<b>(1.538)</b>	<b>(3.188)</b>	<b>(1.452)</b>

**NOTA 16. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO**

**a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia, por meio de suas controladas, mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das autorizações dos parques eólicos. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 369.023.

**b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)**

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 2032. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 27.509.

**NOTA 17. SEGUROS**

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos aos parques eólicos e lucros cessantes, no valor de R\$ 858.223 e R\$ 120.107, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

**NOTA 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**a) Prestação de serviços administrativos e financeiros**

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir do início de suas operações, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

**b) Venda de energia entre partes relacionadas**

A Companhia através de suas controladas mantém contrato com a parte relacionada Unipar Carbocloro S.A. no ambiente de contratação livre na modalidade de autoprodução, com vencimento em 2042, sendo seu reajuste feito anualmente, pelo IPCA, em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2025 é de R\$ 1.402.864. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 14 – Conciliação da receita operacional líquida.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Engie Energia Solar Holding II S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA	
Marcelo Brugnaro Schultz Diretor Executivo	Romary dos Anjos Silva Diretora Administrativa e Financeira
Dianne Elissa Desan Calado Diretor Técnico-Operacional	
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	
Valter Luis Barbieri Colombo Contador – CRC SC 038020/O-8	

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da  
**ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.**  
Florianópolis-SC

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **ENGIE ENERGIA SOLAR HOLDING II S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a ela-

boração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de março de 2026  
ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SC-000048/F  
Adilvo França Junior  
Contador CRC BA-021419/O

ND



**ENGIE LAR DO SOL HOLDING S.A.**  
 CNPJ nº 35.220.240/0001-86 | NIRE nº 42.3.0006423-8

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
**Senhores Acionistas,**

A Administração da Engie Lar do Sol Holding S.A. ("Lar do Sol Holding" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

**a) Perfil Institucional**

A Lar do Sol Holding é uma sociedade anônima cujo objeto social é a participação, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. A Companhia detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol, localizado em Pirapora, no Estado de Minas Gerais. Atualmente a Companhia controla 3 subsidiárias que juntas somam 198,0 MW de capacidade instalada e 53,0 MWh de garantia física em empreendimentos operacionais de geração solar fotovoltaica.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

**b) Controle Acionário**

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Energia Solar Holding II S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

**c) Ambiente Macroeconômico**

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos,

impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

**d) Desempenho Operacional**

Em 2025 a geração bruta dos Conjuntos Fotovoltaicos da Companhia alcançou 323,1 GWh, desempenho 21,4% inferior à observada em 2024, que foi de 410,8 GWh. O índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de *trackers* e *inversores*, do Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol em 2025 atingiu 99,9%.

**e) Desempenho Econômico-Financeiro**

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2025	2024	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	180.181	167.026	13.155	7,9
(Prejuízo) lucro bruto	(9.707)	12.934	(22.641)	(175,1)
Resultado do serviço (Ebit)	(11.149)	(69.705)	58.556	(84,0)
Ebitda (Lajida)	17.422	(42.105)	59.527	(141,4)
Resultado financeiro	(28.682)	(34.503)	5.821	(16,9)
Prejuízo do exercício	(44.651)	(108.848)	64.197	(59,0)

**Comentário sobre as principais variações**

**Receita operacional líquida:** o aumento decorre, substancialmente, em função do reajuste

	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)				
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024

<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>13</b>	<b>96.381</b>	<b>92.363</b>	<b>180.181</b>	<b>167.026</b>
<b>Custos da energia vendida</b>					
Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo		(96.392)	(90.871)	(132.880)	(98.906)
Depreciação e amortização	8	-	-	(28.571)	(27.600)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		-	(221)	(13.574)	(13.639)
Serviços de terceiros		-	(98)	(7.307)	(7.138)
Outros		-	-	(7.556)	(6.809)
		<b>(96.392)</b>	<b>(91.190)</b>	<b>(189.888)</b>	<b>(154.092)</b>
		<b>(11)</b>	<b>1.173</b>	<b>(9.707)</b>	<b>12.934</b>

**(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO**
**Despesas operacionais**

<i>Impairment</i>		-	-	-	(81.921)
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(353)	(270)	(1.432)	(699)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	(10)	(19)

<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial		(40.731)	(99.105)	-	-
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(41.095)</b>	<b>(98.202)</b>	<b>(11.149)</b>	<b>(69.705)</b>

<b>Resultado financeiro</b>					
Renda de aplicações financeiras		1.901	396	4.052	6.570
Renda de depósitos vinculados ao serviço da dívida		-	-	1.608	643
Juros e variação monetária sobre financiamento	11	-	-	(29.675)	(29.149)
Juros e variação monetária sobre provisão para desmobilização	8	-	-	(503)	(1.037)
Outras despesas financeiras, líquidas		(42)	(31)	(4.164)	(11.530)
		<b>1.859</b>	<b>365</b>	<b>(28.682)</b>	<b>(34.503)</b>

<b>PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>(39.236)</b>	<b>(97.837)</b>	<b>(39.831)</b>	<b>(104.208)</b>
------------------------------------	--	-----------------	-----------------	-----------------	------------------

<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>14</b>				
Imposto de renda		(640)	-	(3.282)	(3.188)
Contribuição social		(248)	-	(1.538)	(1.452)
		<b>(888)</b>	<b>-</b>	<b>(4.820)</b>	<b>(4.640)</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(40.124)</b>	<b>(97.837)</b>	<b>(44.651)</b>	<b>(108.848)</b>

<b>PREJUÍZO ATRIBUÍDO AO(S):</b>					
Acionista controlador		(40.124)	(97.837)	(40.124)	(97.837)
Acionista não controlador		-	-	(4.527)	(11.011)
		<b>(40.124)</b>	<b>(97.837)</b>	<b>(44.651)</b>	<b>(108.848)</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)**

	Nota	ATIVO			
		Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.927	2.381	26.716	45.674
Contas a receber de clientes	5	8.974	8.564	16.208	15.236
Créditos fiscais a recuperar		6.145	4.616	6.154	4.618
Dividendos a receber		-	15.333	-	-
Outros ativos circulantes		182	381	2.151	793
		<b>34.228</b>	<b>31.275</b>	<b>51.229</b>	<b>66.321</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	6	-	-	12.425	11.959
Outros ativos não circulantes		2.688	2.953	2.720	2.960
		<b>2.688</b>	<b>2.953</b>	<b>15.145</b>	<b>14.919</b>
<b>Investimentos Imobilizado</b>					
	7	327.676	368.407	-	-
	8	-	-	780.649	803.215
		<b>330.364</b>	<b>371.360</b>	<b>795.794</b>	<b>818.134</b>
<b>TOTAL</b>		<b>364.592</b>	<b>402.635</b>	<b>847.023</b>	<b>884.455</b>

	Nota	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024

<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	9	10.319	9.911	27.624	12.399
Dividendos	12	15.937	15.937	15.937	17.641
Financiamento	11	-	-	10.941	9.983
Outros passivos circulantes		1.685	12	3.538	2.740
		<b>27.941</b>	<b>25.860</b>	<b>58.040</b>	<b>42.763</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	9	-	-	7.364	11.655
Financiamento	11	-	-	390.231	400.321
Provisão para desmobilização	8	-	-	17.146	12.006
Outros passivos não circulantes		-	-	1.183	-
		-	-	<b>415.924</b>	<b>423.982</b>

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12</b>				
Capital social		423.444	423.444	423.444	423.444
Prejuízos acumulados		(86.793)	(46.669)	(86.793)	(46.669)
		<b>336.651</b>	<b>376.775</b>	<b>336.651</b>	<b>376.775</b>
Participação de não controladores		-	-	36.408	40.935
		<b>336.651</b>	<b>376.775</b>	<b>373.059</b>	<b>417.710</b>
<b>TOTAL</b>		<b>364.592</b>	<b>402.635</b>	<b>847.023</b>	<b>884.455</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora				Consolidado			
		2025		2024		2025		2024	
		(40.124)	(97.837)	(44.651)	(108.848)	(40.124)	(97.837)	(44.651)	(108.848)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(40.124)</b>	<b>(97.837)</b>	<b>(44.651)</b>	<b>(108.848)</b>				
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>(40.124)</b>	<b>(97.837)</b>	<b>(44.651)</b>	<b>(108.848)</b>				
<b>RESULTADO ATRIBUÍDO AO:</b>									
Acionista controlador		(40.124)	(97.837)	(40.124)	(97.837)				
Acionista não controlador		-	-	(4.527)	(11.011)				
		<b>(40.124)</b>	<b>(97.837)</b>	<b>(44.651)</b>	<b>(108.848)</b>				

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)**

	Nota	Reservas de lucros				Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido da controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros					
		31.12.2025	31.12.2024	2025	2024				
<b>Saldos em 31.12.2023</b>		<b>421.433</b>	<b>3.355</b>	<b>-</b>	<b>47.813</b>	<b>472.601</b>	<b>51.946</b>	<b>524.547</b>	
Aumento de capital		2.011	-	-	-	2.011	-	2.011	
Prejuízo do exercício		-	-	(97.837)	-	(97.837)	(11.011)	(108.848)	
Absorção de prejuízo		-	(3.355)	51.168	(47.813)	-	-	-	
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>12</b>	<b>423.444</b>	<b>-</b>	<b>(46.669)</b>	<b>376.775</b>	<b>376.775</b>	<b>40.935</b>	<b>417.710</b>	
Prejuízo do exercício		-	-	(40.124)	-	(40.124)	(4.527)	(44.651)	
<b>Saldos em 31.12.2025</b>	<b>12</b>	<b>423.444</b>	<b>-</b>	<b>(86.793)</b>	<b>336.651</b>	<b>336.651</b>	<b>36.408</b>	<b>373.059</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)**
**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A ENGIE Lar do Sol Holding ("ENGIE Lar do Sol Holding" ou "Companhia"), anteriormente denominada Atlas Lar do Sol Holding S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), e foi constituída em 17.10.2019, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a participação, como *holding*, no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. Atualmente, a ENGIE Lar do Sol Holding é controladora das seguintes empresas, as quais compõem o Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol:

Denominação	Capacidade Instalada (MW)	Participação no capital integralizado e votante (%)	Ambiente de contratação
Lar do Sol 1	99,0	90,00	Livre
Lar do Sol 2	49,5	90,00	Livre
Lar do Sol 3	49,5	90,00	Livre
	<b>198</b>		

Devido ao modelo de operação as Usinas das Companhia não possuem garantia física declarada.

As controladas que compõem o Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol tem como objetivo a geração de energia fotovoltaica, e tem sua operação dedicada ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre, na modalidade de autoprodução junto a Unipar Carboceloso S.A., com período de suprimento de 01.01.2024 à 31.12.2042.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

**NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27.03.2026.

**a) Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, ENGIE Lar do Sol Holding, e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas financeiras estão consistentes com as adotadas pela Companhia. A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

**b) Continuidade operacional**

Apesar de a Administração reconhecer a existência de indicadores negativos, conclui-se que não há incertezas materiais que comprometam o pressuposto de continuidade operacional. Tal conclusão apoiase, sobretudo, na disponibilidade de suporte financeiro por parte da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A., que demonstra capacidade e compromisso em prover os recursos necessários para atender às obrigações e manter a regularidade das operações de suas controladas. Assim, conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

**NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS FINANCEIRAS**
**a) Instrumentos financeiros**
**a.1) Caixa e equivalentes de caixa**

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

**a.2) Contas a receber de clientes**

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

**a.3) Depósitos vinculados ao serviço da dívida**

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

**a.4) Financiamento**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações

dos preços contratuais pelo indexador previsto em contrato e do aumento na receita com transações no mercado de energia de curto prazo.

**Resultado do serviço e Ebitda:** a variação decorre, substancialmente, pelo reconhecimento não recorrente em 2024 de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos de aproximadamente R\$ 81 milhões, bem como pelo aumento na linha da receita operacional líquida. O efeito positivo foi suavizado pelo aumento nas despesas com compra de energia de aproximadamente R\$ 34 milhões.

**Prejuízo do exercício:** a redução do prejuízo foi motivada pela combinação dos efeitos anteriormente citados.

**f) Direitos dos Acionistas**

**f) Transações entre partes relacionadas**

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

**g) Receita de contrato com cliente**

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

**h) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. A Controladora e suas controladas apuram os impostos sobre o regime do lucro presumido.

**i) Operações controladas em conjunto**

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

**j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

**k) Novas normas, alterações e interpretações**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<b>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27</b> Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. <b>Orientação Técnica OCPC nº 10</b> A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão ( <i>allowances</i> ) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<b>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)</b> As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<b>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3)</b> As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

**l) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes**

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<b>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02</b> Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima. <b>CPC 51</b>	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.

O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

**NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	2.286	1.458	3.159	3.119
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	16.641	923	23.557	42.555
	<b>18.927</b>	<b>2.381</b>	<b>26.716</b>	<b>45.674</b>

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão concentradas, substancialmente, nos fundos de investimento exclusivos (FIE) Energy Renda Fixa e Energy Prime Renda Fixa, cuja gestão é feita pelo Banco Santander e pelo Banco BTG Pactual, respectivamente. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e em instrumentos de captação bancária, predominantemente de instituições financeiras com classificação de risco AAA, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do FIE Energy Renda Fixa nos anos de 2025 e 2024 foi, respectivamente, cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial). Adicionalmente, o FIE Energy Prime Renda Fixa apresentou rentabilidade média de 100,8% do CDI em 2025.

**NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Unipar Carbocloro S.A.	4.510	4.302	11.417	10.830
Comercializadoras	4.464	4.240	4.464	4.240
Transações no mercado de energia de curto prazo	-	22	327	166
	<b>8.974</b>	<b>8.564</b>	<b>16.208</b>	<b>15.236</b>

A Companhia e suas controladas comercializaram energia com Unipar Carbocloro. Mais detalhes vide Nota 17 – Transações com partes relacionadas.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em suas contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

**NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS**

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha no consolidado R\$ 12.425 (R\$ 11.959 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas aos contratos de financiamento.

Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e são constituídas pelo montante equivalente 2,5% do valor da dívida.

**NOTA 7. INVESTIMENTOS**

**a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

	Controladora			
	Saldos em 31.12.2023	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2024	Equivalência patrimonial
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I	222.609	(45.758)	176.851	(19.850)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II	126.918	(26.996)	99.922	(10.477)
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III	117.985	(26.351)	91.634	(10.404)
	<b>467.512</b>	<b>(99.105)</b>	<b>368.407</b>	<b>(40.731)</b>

**b) Informação das subsidiárias, relativas ao exercício findo em 31.12.2025**

	31.12.2025					
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo líquido
Lar do Sol I	215.182	397.979	223.533	174.446	42.346	(22.056)
Lar do Sol II	130.713	211.583	112.200	99.383	21.121	(11.641)
Lar do Sol III	118.865	202.792	112.537	90.255	20.333	(11.560)

**NOTA 8. IMOBILIZADO**

**a) Composição**

	Taxa média de depreciação	31.12.2025		31.12.2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Máquinas e equipamentos	3,4%	836.317	(67.332)	768.985	791.677
Direito de uso de arrendamentos	3,3%	8.495	(832)	7.663	11.188
Edificações e benfeitorias	4,0%	83	(1)	82	-
Móveis e utensílios	6,2%	70	(2)	68	-
		<b>844.965</b>	<b>(68.167)</b>	<b>776.798</b>	<b>802.865</b>
<b>Em curso</b>					
Edificações e benfeitorias		3.002	-	3.002	-
Máquinas e equipamentos		849	-	849	350
		<b>3.851</b>	-	<b>3.851</b>	<b>350</b>
		<b>848.816</b>	<b>(68.167)</b>	<b>780.649</b>	<b>803.215</b>

**b) Mutação do ativo imobilizado**

	Máquinas e equipamentos	Direito de uso de arrendamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Ingressos	-	-	-	-	2.030	2.030
Reversão da provisão para desmobilização	(8.828)	-	-	-	-	(8.828)
Baixas	(420)	-	-	-	-	(420)
Transferências	1.680	-	-	(1.680)	-	-
Impairment	(81.921)	-	-	-	(81.921)	-
Depreciação	(27.210)	(390)	-	-	(27.600)	-
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>791.677</b>	<b>11.188</b>	-	-	<b>350</b>	<b>803.215</b>
Ingressos	-	-	-	4.615	4.615	-
Provisão para desmobilização	4.637	-	-	-	-	4.637
Remensuração	-	(3.247)	-	-	-	(3.247)
Transferências	961	-	83	70	(1.114)	-
Depreciação	(28.290)	(278)	(1)	(2)	-	(28.571)
<b>Saldos em 31.12.2025</b>	<b>768.985</b>	<b>7.663</b>	<b>82</b>	<b>68</b>	<b>3.851</b>	<b>780.649</b>

**c) Provisão para desmobilização**

Em 2023, a Companhia, através de suas controladas, reconheceu em seu imobilizado as provisões dos custos decorrentes das desmobilizações de seus parques solares, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento das obrigações de retirada dos ativos e de restauração dos locais ao final dos prazos de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 6,7% baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante consolidado em 31.12.2025 era de R\$ 17.146 (R\$ 12.006 em 31.12.2024), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 503 registrada no resultado do exercício de 31.12.2025 (R\$ 1.037 em 31.12.2024) e (ii) aumento de R\$ 4.637 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão (redução de R\$ 8.828 em 31.12.2024).

**d) Autorizações das eólicas**

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW)	Data do ato	Vencimento
CGF Lar do Sol III e IV	Lar do Sol 1	99	03.2023	03.2054
CGF Lar do Sol V	Lar do Sol 2	49,5	03.2023	03.2054
CGF Lar do Sol VI	Lar do Sol 3	49,5	03.2023	03.2054

**NOTA 9. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos a pagar	-	-	8.422	11.693
Fornecedores de materiais e serviços	1.327	1.331	4.699	3.428
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	1.157	1.096
Energia elétrica comprada	8.992	8.580	20.710	7.837
	<b>10.319</b>	<b>9.911</b>	<b>34.988</b>	<b>24.054</b>
Passivo circulante	10.319	9.911	27.624	12.399
Passivo não circulante	-	-	7.364	11.655
	<b>10.319</b>	<b>9.911</b>	<b>34.988</b>	<b>24.054</b>

**NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

**a) Risco de mercado**

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados por suas controladas.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Varição 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31.12.2025	31.12.2026	Provável	Δ + 25% <sup>1</sup>	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em	Sensibilidade	
	31.12.2025	Provável	Δ + 25% Administração
IPCA	401.172	862	(3.388) (162)

**b) Risco de gerenciamento de capital**

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	401.172	410.304
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(12.425)	(11.959)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(26.716)	(45.674)
<b>Dívida líquida</b>	<b>362.031</b>	<b>352.671</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>373.059</b>	<b>417.710</b>
<b>Endividamento líquido / Patrimônio líquido</b>	<b>1,0</b>	<b>0,8</b>

**c) Risco de crédito**

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia estão majoritariamente alocados nos fundos exclusivos Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) e Energy Prime Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander e Banco BTG Pactual, respectivamente. Em 31.12.2025, a alocação do patrimônio de ambos os fundos era em ativos de baixíssimo risco, sendo sua maioria lastreados em títulos públicos federais e em instrumentos de captação bancária, em conformidade com os parâmetros de alocação e bancos elegíveis acima especificados, ambos com liquidez diária e atrelados à variação da Selic. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

**d) Risco de liquidez**

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual
Fornecedores	27.624	2.268	2.268	12.465	44.625
Financiamento	21.253	45.234	48.630	410.369	525.486
	<b>48.877</b>	<b>47.502</b>	<b>50.898</b>	<b>422.834</b>	<b>570.111</b>

**e) Categoria dos instrumentos financeiros**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Aplicações financeiras	16.641	923	23.557	42.555
<b>Custo amortizado</b>				
Caixa e depósitos bancários à vista	2.286	1.458	3.159	3.119
Contas a receber de clientes	8.974	8.564	16.208	15.236
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	12.425	11.959
	<b>27.901</b>	<b>10.945</b>	<b>55.349</b>	<b>72.869</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Fornecedores	10.319	9.911	34.988	24.054
Financiamento	-	-		

**NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>				
Unipar Carbocloro S.A.	53.101	76.150	133.719	153.486
Receita contrato de energia (ACL)	53.101	25.626	53.101	25.626
Transações no mercado de curto prazo	-	-	6.359	157
	<b>106.202</b>	<b>101.777</b>	<b>193.179</b>	<b>179.269</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>				
PIS e Cofins	(9.821)	(9.414)	(12.998)	(12.243)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>96.381</b>	<b>92.363</b>	<b>180.181</b>	<b>167.026</b>

**NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO**

	Consolidado			
	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Receita operacional bruta controladas</b>	<b>86.977</b>	<b>86.977</b>	<b>77.492</b>	<b>77.492</b>
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
<b>Lucro presumido sobre receita operacional</b>	<b>6.958</b>	<b>10.437</b>	<b>6.199</b>	<b>9.299</b>
Receita financeira	5.791	5.791	6.849	6.849
Outros	476	870	(200)	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>13.225</b>	<b>17.098</b>	<b>12.848</b>	<b>16.148</b>
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3.306)</b>	<b>(1.538)</b>	<b>(3.212)</b>	<b>(1.452)</b>
Adicional de 10% sobre o lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
<b>Imposto de renda e contribuição social - resultado</b>	<b>(3.282)</b>	<b>(1.538)</b>	<b>(3.188)</b>	<b>(1.452)</b>

**NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO****a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia, por meio de suas controladas, mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das autorizações das usinas. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 369.023.

**b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)**

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até 2032. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 27.509.

**NOTA 16. SEGUROS**

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – Property Damage and Business Interruption (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Fotovoltaico Lar do Sol participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos aos parques eólicos e lucros cessantes, no valor de R\$ 858.223 e R\$ 120.107, respectivamente, na data base de 31.12.2025. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

**NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Prestação de serviços administrativos e financeiros**

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir do início de suas operações, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

**b) Venda de energia entre partes relacionadas**

A Companhia através de suas controladas mantém contrato com a parte relacionada Unipar Carbocloro S.A. no ambiente de contratação livre na modalidade de autoprodução, com vencimento em 2042, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2025 é de R\$ 1.402.864. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 13 – Conciliação da receita operacional líquida.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da ENGIE Lar do Sol Holding)

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Marcelo Brugnaro Schultz  
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva  
Diretora Administrativa e Financeira

Dianne Elissa Desan Calado  
Diretor Técnico-Operacional

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

Valter Luis Barbieri Colombo  
CRC SC 038020/O-8

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da  
**ENGIE LAR DO SOL HOLDING S.A.**  
Florianópolis-SC

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **ENGIE LAR DO SOL HOLDING S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a ela-

boração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de março de 2026  
ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SC-000048/F  
Adilvo França Junior  
Contador CRC BA-021419/O

ND



**GRUPO ND**

## SNB Participações S.A.

CNPJ nº 73.903.718/0001-61

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

**Relatório da Administração:** Em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a SNB Participações S.A. ("Companhia") com sede na cidade de Blumenau/SC tem o prazer de apresentar à V. Sas., o Relatório da Administração com os resultados financeiros e operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente. As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia foi constituída em 25 de novembro de 1993 e obteve o seu registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com categoria de emissor A, em 9 de março de 1994, contudo, com o propósito específico de captar recursos por meio da emissão de debêntures para, em conjunto com sua controladora Almeida Júnior Shopping Centers S.A., promover a aplicação dos mesmos ao empreendimento denominado Shopping Center Neumarkt Blumenau. Em 1º de janeiro de 1994, o capital social da Companhia foi majorado de CR\$ 1.000.000,00 para CR\$ 2.901.487.660,00 o qual foi integralmente subscrito e integralizado por NBS Shopping Centers Ltda. ("NBS"), por meio do aporte de 19,90% das frações ideais que detinha no imóvel objeto da matrícula 22.139, nos termos da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 1º de janeiro de 1994, registrada perante a JUCESC em 31 de janeiro de 1994 e registrada na matrícula do imóvel sob R.15/22.139. O aumento de capital social tinha por objetivo capitalizar a SNB com recursos para emissão de debêntures conversíveis em fração ideal da matrícula 22.139 do Shopping Neumarkt. Com o aumento do capital e integralização do imóvel pela NBS, a Companhia passou a ser proprietária de 19,90% das frações ideais do imóvel objeto da matrícula 22.139, representadas por 1.990 debêntures conversíveis em frações ideais do empreendimento (cada debênture correspondia a 0,01 do shopping edificado na matrícula 22.139). Nos termos da escritura pública de emissão de

Balanco patrimonial	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo/Circulante</b>		<b>193</b>	<b>182</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	112	111
Contas a receber	6	80	63
Outras contas a receber		1	8
<b>Não circulante</b>		<b>6.378</b>	<b>5.780</b>
Contas a receber	6	2	2
Propriedades para investimento	7	6.370	5.770
Imobilizado		6	8
<b>Ativo total</b>		<b>6.571</b>	<b>5.962</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**1. Informações gerais:** A SNB Participações S.A. ("Companhia") com sede na cidade de Blumenau/SC, foi constituída em 25 de novembro de 1993 e obteve o seu registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com categoria de emissor A, em 9 de março de 1994, contudo, com o propósito específico de captar recursos por meio da emissão de debêntures que seriam conversíveis em frações ideais do imóvel objeto da matrícula 22.139 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau ("Imóvel"), no qual foi edificado o prédio I do Shopping Neumarkt Blumenau. Em 1.1.1994, teve seu capital social majorado de CR\$1.000.000,00 para CR\$2.901.487.660,00, o qual foi integralmente subscrito e integralizado por NBS Shopping Centers Ltda. ("NBS"), por meio do aporte de 19,90% das frações ideais do imóvel, nos termos da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1.1.1994, registrada perante a JUCESC em 31.1.1994 e registrada na matrícula do Imóvel sob R.15/22.139. O aumento de capital social tinha por objetivo capitalizar a SNB com ativos (no caso os 19,90% do imóvel) para permitir a emissão de debêntures conversíveis em fração ideal do Imóvel. Em 28.2.1994, a SNB realizou a emissão pública de 1.990 debêntures permutáveis em frações ideais de 19,90% do Imóvel. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** a) **Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia. A Administração realiza uma avaliação da Companhia de continuar operando para preparar as demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas para divulgação em reunião da Administração realizada em 26 de março de 2026. b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo. c) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros. d) **Uso de estimativas e julgamento:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, provisão para perda esperada para risco de crédito, valor justo das propriedades para investimento e a outras similares. Por serem estimativas, é normal que possam ocorrer variações por ocasião das efetivas realizações ou liquidações dos correspondentes ativos e passivos. e) **Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o passivo a descoberto e o prejuízo líquido do exercício da Companhia foram de R\$3.561 e R\$ 368, respectivamente. As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a Administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A Administração concluiu que tanto o passivo a descoberto como o prejuízo líquido do exercício foram apurados em decorrência dos eventos econômicos relacionadas as despesas financeiras de atualização das debêntures, assim como do ajuste a valor justo das propriedades para investimentos. Vale destacar que esses eventos econômicos não geram uma necessidade de recursos financeiros para fins de liquidez. Adicionalmente, a Administração reitera que está empenhada em buscar um contínuo crescimento para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial, por meio da im-

plementação de um plano de negócios, o qual considera também se necessário, remessas de aportes financeiros ao longo do exercício de 2026. Considerando esta premissa, a Administração do Grupo concluiu que possui expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, e eventual necessidade de caixa da Companhia, serão suportados por seu Controlador, demonstrando que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. **3. Principais políticas contábeis:** a) **Reconhecimento de receita e despesas:** As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping centers. A Companhia faz o reconhecimento das receitas de forma proporcional a sua participação. A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de aluguel e cessão de direitos de uso pelo método linear durante o período de arrendamento, incluída na receita na demonstração de resultado devido à sua natureza operacional. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de posse do ativo. Os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Receitas de aluguel:** O valor mínimo do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, são reconhecidos na proporção da participação da Companhia em cada empreendimento, em bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos, independente da forma de recebimento. Também são consideradas as receitas decorrentes da locação de quiosques e espaços no *mall*, vitrinas, espaços de mídia e de *merchandising*. Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior entre um valor mínimo mensal, reajustado anualmente em sua maioria com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), e um montante obtido pela aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. **Receita de cessão de direitos de uso:** Os valores de cessão de direitos de uso (luvas) são reconhecidos em bases lineares, durante o prazo do contrato de aluguel e das lojas a que se referem, a partir do início da locação, independente da forma de recebimento. **Receita com prestação de serviços:** Referência à receita decorrente da prestação de serviços de administração de shopping centers, prestação de serviços de assessoria de negócios imobiliários em geral, de corretagem e assessoria de natureza promocional e publicitária, para locação e/ou comercialização de espaços de uso comercial ("merchandising") e gestão e exploração dos estacionamento. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas de acordo com o regime de competência. b) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente, os juros auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os rendimentos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, despesas bancárias e outras transações financeiras. Tais eventos estão reconhecidos na rubrica de resultados financeiros, na demonstração do resultado. c) **Impostos:** **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social é calculado com base no lucro real anual. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A Contribuição social foi calculada à alíquota de 9%

Balanco patrimonial	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo/Circulante</b>		<b>272</b>	<b>15</b>
Fornecedores		26	10
Tributos e contribuições sociais			
a recolher		231	5
Outras contas a pagar		15	-
<b>Não circulante</b>		<b>9.860</b>	<b>9.140</b>
Debêntures	8	7.146	7.217
Tributos e contribuições sociais			
a recolher		606	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.091	1.909
Provisão para contingências	10	17	14
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>(3.561)</b>	<b>(3.193)</b>
Capital social	11	12.810	12.810
Ajuste de avaliação patrimonial		2.439	2.439
Prejuízos acumulados		(18.810)	(18.442)
<b>Passivo total</b>		<b>6.571</b>	<b>5.962</b>

debenções, os recursos da emissão tiveram como objeto: (i) a participação no imóvel objeto da matrícula 22.139 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Blumenau, e (ii) até o montante de 11% (onze por cento) dos recursos captados com a colocação das debêntures, foram aplicados na liquidação parcial de débito junto ao antigo Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), mediante a liberação de fração hipotecada do mesmo imóvel. Ao longo dos anos, a Companhia permutou 1.864 das 1.990 debêntures emitidas, de modo que hoje é proprietária de apenas 1,26% das frações ideais do imóvel objeto da matrícula 22.139, que são representativas de 126 debêntures ainda não permutadas em fração ideal. Em 31 de dezembro de 2025 tivemos como destaques os indicadores abaixo: • A receita líquida teve crescimento relevante de 10,7% em relação ao exercício anterior. • A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 368, especialmente decorrente de despesas administrativas e financeiras. **Relacionamento com os auditores independentes:** Conforme o disposto na Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, ratificado pelos Ofícios Circulares, posteriormente emitidos pela CVM, declaramos que as políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade do auditor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes TATICCA Auditores Independentes S.S. prestaram apenas os serviços de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras e de revisão sobre as Informações Trimestrais. A Companhia adota políticas de governança que visam evitar conflitos de interesse e preservar a independência e objetividade dos auditores independentes contratados, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente. A Tática declarou à Companhia que realizou todos os procedimentos internos para assegurar que o serviço de auditoria e revisão mencionado acima, não configura conflito de interesse, tendo confirmado que a prestação de tal serviço não compromete a independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria externa. A Administração.

Demonstração do Resultado	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita operacional líquida</b>	13	433	391
<b>Custos operacionais</b>		<b>(4)</b>	<b>(7)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>429</b>	<b>384</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Administrativas e gerais	14	(91)	(1.158)
Ganho (perda) valor justo de propriedades para investimento	7	535	110
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(50)	(47)
Depreciação		(2)	(3)
		<b>392</b>	<b>(1.098)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>821</b>	<b>(714)</b>
Resultado financeiro	15	(35)	(548)
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>786</b>	<b>(1.262)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(972)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(182)	(38)
		<b>(1.154)</b>	<b>(38)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(368)</b>	<b>(1.300)</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>	12	(0,00013)	(0,00045)

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(368)</b>	<b>(1.300)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(368)</b>	<b>(1.300)</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(368)</b>	<b>(1.300)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(368)</b>	<b>(1.300)</b>

sobre o lucro contábil ajustado. Ambos os impostos foram devidamente reconhecidos pelo regime de competência. **Impostos diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a registra valor de ativo diferido e do *Impairment* no valor integral (seja por diferença temporária ou por prejuízo fiscal) por não haver histórico tributável. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para a diferença tributária permutada, relacionada a reavaliação de ativos e valor justo do empreendimento. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributável e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. • As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: • Programa de Integração Social - PIS: de 0,65% (cumulativo) ou 1,65% (não cumulativo). • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 3% (cumulativo) e 7,60% (não cumulativo). • Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: 2,5% a 5%. d) **Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2025 e em exercícios anteriores, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos. a) **Ativos financeiros:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte de suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: i) **Mensurado ao valor justo por meio de resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e condições contratuais. São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São classificados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado e excluído do resultado do exercício quando: (a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem ou b) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro. Neste caso a Companhia ainda observa se transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo ou subterno o controle sobre o ativo. b) **Passivos financeiros:** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem as debêntures e outras contas a pagar. Os passivos financeiros da Companhia são classificados no reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos ou contas a pagar. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	786	(1.262)
<b>Itens que não afetam as disponibilidades</b>		
Varição monetária de debêntures	(71)	442
Depreciação	2	3
Provisão para perda esperada para risco de crédito	(16)	7
Provisão para contingências	3	2
Ajuste a valor justo das propriedades para investimento	(535)	(110)
	<b>169</b>	<b>(918)</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>	<b>6</b>	<b>1.023</b>
Contas a receber	(1)	10
Contas a receber de partes relacionadas	-	1.018
Outras contas a receber	7	(5)
<b>Aumento (redução) no passivo</b>	<b>(109)</b>	<b>1</b>
Fornecedores	16	10
Tributos e contribuições sociais a recolher	(140)	-
Outras contas a pagar	15	(2)
Empréstimos e financiamentos	-	(7)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>66</b>	<b>106</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Propriedade para investimento	(65)	(7)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(65)</b>	<b>(7)</b>
<b>Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1</b>	<b>99</b>
<b>Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo no início do exercício	111	12
Saldo no final do exercício	112	111
<b>Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1</b>	<b>99</b>

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita</b>	<b>493</b>	<b>424</b>
Receita de aluguéis	481	444
Descontos, cancelamentos e abonos linearizados	(4)	(13)
Provisão para perda esperada para risco de crédito	16	(7)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(161)</b>	<b>(1.205)</b>
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(161)	(1.205)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>332</b>	<b>(781)</b>
<b>Retenção</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>
Depreciação	(2)	(3)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>330</b>	<b>(784)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>539</b>	<b>117</b>
Receita financeiras	4	7
Ganho com valor justo de propriedade para investimentos	535	110
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>869</b>	<b>(667)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(869)</b>	<b>667</b>
<b>Impostos taxas e contribuições</b>	<b>(1.198)</b>	<b>(78)</b>
Federais (PIS e COFINS sobre faturamento + IR + CSLL)	(44)	(40)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(182)	(38)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(972)	-
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>(39)</b>	<b>(555)</b>
Atualização de debêntures	71	(442)
Outras despesas financeiras	(110)	(113)
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>368</b>	<b>1.300</b>
Prejuízo do exercício	368	1.300

passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. e) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. f) **Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Centers mantidos para auferir receita de aluguel, para valorização de capital, ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. A Companhia registra as operações de shopping center, como propriedades para investimento, dado que estes empreendimentos comerciais são mantidos para fins de arrendamento operacional. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, sendo que os ganhos e perdas resultantes das alterações no valor justo das propriedades para investimento, são reconhecidas na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros de capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados a esses dispêndios futuros. O valor justo das propriedades para investimento é determinado mediante modelo de avaliação de fluxo de caixa descontado, aplicado às taxas praticadas pelo mercado, que considera premissas de mercado e histórico de rentabilidade de cada propriedade. Trimestralmente, a Companhia monitora os eventos que indiquem que as estimativas de valor justo devam ser revistas, tais como, inauguração de projetos *greenfields*, expansões dos empreendimentos ou variações significativas nas performances dos shoppings em comparação aos orçamentos, modificações no cenário macroeconômico, entre outros. Se não for identificado tais eventos, anualmente, a Companhia reavalia com empresa especializada e independente, suas propriedades para investimentos para que o valor justo das mesmas reflita as condições de mercado à data do balanço, reconhecendo as eventuais variações de ganhos e perdas no resultado de cada exercício. g) **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, em que seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão sobre riscos prováveis é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo continua-\*

→ continuação

apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases contábeis, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos, exceto os já registrados. i) Demonstração do valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda esperada para risco de crédito), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, com os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. j) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: • A receita de aluguel, a variação do valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento em conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado. • As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio. • Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMS); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com o IFRS 18 e os montantes anteriores apresentados de acordo com o IAS 1 (CPC 26 (R1)). • Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congêneras estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para a aplicação do IFRS 9. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção política contábil (quando determinadas condições

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da SNB Participações S.A.

forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11: Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais: Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecer a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alterar os requisitos de designação de um item objeto hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionar novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: As seguintes normas aplicadas pela primeira vez em 2025 não tiveram impacto significativo na preparação das demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atual vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. l) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício ou período financeiro, são discutidas a seguir. Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Provisão para perda esperada para risco de crédito: A Administração efetua provisão com base nas perdas históricas e análise individual por cliente, em especial para avaliar se há garantias que mitiguem o risco de perda. Essa análise leva em consideração, entre outros, o histórico de recebimento do cliente,

sua atual situação financeira, garantias prestadas, entre outros. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Valor justo das propriedades para investimentos: A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, conforme requerido pelo IAS 40/CPC 28, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas nas demonstrações do resultado. A companhia determinou o valor justo dos empreendimentos, utilizando a técnica de avaliação com base no método de fluxo de caixa descontado, devido a falta de dados comparáveis de mercado e a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo. m) Reforma tributária: A Administração avaliou os potenciais impactos da Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em e a partir de 31 de dezembro de 2025, sendo impactos diretos ou indiretos. Considerando o estágio atual de regulamentação e o cronograma de transição para a CBS, o IBS e o Imposto Seletivo, foram analisados os possíveis reflexos nas estimativas contábeis relevantes, incluindo testes de recuperabilidade de ativos, mensurações a valor justo, realização de créditos tributários, reconhecimento de tributos diferidos e avaliação da continuidade operacional. Até a presente data, com base nas informações disponíveis e nas premissas adotadas, não foram identificados impactos materiais que demandassem ajustes nas demonstrações financeiras, permanecendo a Diretoria atenta à evolução normativa e aos efeitos econômicos decorrentes da implementação do novo regime tributário. 4. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: a) Gerenciamento de riscos: A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em Notas Explicativas específicas. A Companhia pode estar em exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito: o risco de crédito da Companhia surge preponderantemente ao contas a receber, relacionado principalmente a valores de aluguéis e cessão de direitos. As operações da Companhia estão relacionadas à locação de espaços comerciais. Os contratos de locação são regidos pela Lei de locações, e a carteira de clientes, além de diversificada, é constantemente monitorada com o objetivo de reduzir perdas por inadimplência. As contas a receber de aluguéis e outras contas a receber são relacionadas aos lojistas do shopping Neumarkt do qual a Companhia detém participação de 1,26% da matrícula primitiva. A Companhia estabelece uma provisão para redução do valor recuperável e monitora sua carteira de recebíveis periodicamente. A medida adotada para mitigar o risco de crédito é manter sempre uma boa qualidade de lojistas no shopping e uma área comercial ativa para um preenchimento imediato de qualquer potencial vacância no empreendimento. Risco de liquidez: as decisões de investimentos da Companhia e suas controladas são tomadas como política a eliminação ou mitigação de riscos e impactos de liquidez, evitando assumir exposições nos fluxos de caixa de longo prazo. A seguir demonstramos o cronograma de amortização de nossos passivos financeiros não derivativos conforme as condições contratuais. O fluxo apresentado não foi descontado e inclui os juros e atualização pelo indexadores contratuais com base nas respectivas taxas projetadas na data do balanço, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

	Até um ano	Mais de três anos	Total
Debêntures*	-	7.146	7.146
	-	7.146	7.146

\* Prazo Indeterminado

Risco de mercado: a Companhia, assim como demais empresas do segmento de varejo, está exposta ao risco inflacionário, uma vez que este faz pressão na renda das famílias reduzindo assim o consumo no varejo. Nos modelos de projeção utilizados para determinação das estratégias da Companhia, diferentes níveis de inflação são utilizados de modo a se estabelecer cenários para o desenvolvimento da companhia. Risco de taxa de juros: decorre da possibilidade de a Companhia obter ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui debêntures não conversíveis em ações, conforme nota nº 10 que são atualizadas pelo IGPM. Risco operacional: em virtude das receitas da Companhia serem diretamente relacionadas à capacidade de locar os espaços comerciais de seus empreendimentos, a Administração monitora periodicamente suas condições operacionais de modo a antecipar possíveis impactos, evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e buscar eficácia de custos. b) Instrumentos financeiros - valor justo: Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024	Critério	Classificação	
Caixa e equivalentes de caixa	112	112	111	111	Valor por meio do resultado
Contas a receber	82	82	63	63	amortizado
Fornecedores	26	26	10	10	amortizado
Debêntures	7.146	2.984	7.217	4.943	amortizado
	7.366	3.204	7.401	5.127	

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Debêntures - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destas debêntures são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado. 5. Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui um montante R\$112 (R\$111 em 31 de dezembro de 2024) referente a conta corrente bancária e aplicação financeira.

	31/12/2025	31/12/2024
Aluguéis e taxa de cessão	153	152
Provisão para perda esperada para risco de crédito	(71)	(87)
	82	65
Circulante	80	63
Não circulante	2	2

Os aluguéis e taxa de cessão de direito de uso, bem como a provisão para perda esperada para risco de crédito, são representados proporcionalmente à participação da companhia da matrícula primitiva do empreendimento denominado Shopping Center Neumarkt Blumenau, aplicado sobre o total de contas a receber do Condomínio Civil - Pró-Indiviso SCNB. Tais valores são repassados à Companhia,

assim que realizados pelo Condomínio Civil - Pró-Indiviso SCNB. A movimentação da provisão para perdas esperadas é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial (Constituição)/Reversão	(87)	(80)
	16	(7)
<b>Saldo Final</b>	<b>(71)</b>	<b>(87)</b>

A Administração efetua provisão com base nas perdas históricas e análise individual por cliente, em especial para avaliar se há garantias que mitiguem o risco de perda. Essa análise leva em consideração, entre outros, o histórico de recebimento do cliente, sua atual situação financeira, garantias prestadas, entre outros. Assim, é política da Companhia a constituição de 100% de provisão para títulos de contas a receber de lojistas inativos e lojistas ativos vencidos a mais de 360 dias, e percentuais de 30% do valor-base dos títulos de locatários ativos vencidos entre 181 e 360 dias e 20% do valor-base dos títulos de locatários ativos vencidos entre 61 e 180 dias. A partir de 1º de janeiro de 2018, em atenção ao CPC 48 (IFRS 9), a Companhia passou a utilizar uma abordagem simplificada e constituir de forma prospectiva um complemento de provisão e em 31 de dezembro de 2025 considerou as perdas esperadas em 1,2% (1,2% em 31 de dezembro de 2024), tomando como base os títulos a vencer e vencidos entre o período de 01 a 60 dias. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia. 7. Propriedade para investimento: A avaliação pelo valor justo das propriedades para investimento foi realizada com base no método da Renda através do fluxo de caixa de receitas e despesas projetadas para a determinação do valor de mercado dos empreendimentos, suportado por taxas e evidências de mercado. O valor justo está suportado por laudo de avaliação elaborado internamente pela Companhia. O valor justo não foi determinado com base em transações observáveis no mercado devido à natureza dos imóveis e ausência de dados comparáveis, tendo sido aplicado um método de avaliação de capitalização de renda (fluxo de caixa descontado) - Hierarquia do Valor Justo - Grau de fundamentação II. A administração da Companhia passou a efetuar a reavaliação da participação no empreendimento sobre a matrícula primitiva do imóvel denominado Shopping Center Neumarkt Blumenau, que representa 1,26% sobre a matrícula 1 do seu ativo. As principais premissas utilizadas para avaliação do valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado, adotando o modelo nominal de projeções, das propriedades para investimento foram:

	Premissas da avaliação do valor justo 31/12/2025	Premissas da avaliação do valor justo 31/12/2024
Período de fluxo de caixa	10 anos	10 anos
Taxa de capitalização	7,75%	7,00%
Taxa de ocupação	97,9%	97,9%
	1% do resultado	1% do resultado
CAPEX - manutenção/receita bruta	operacional do shopping	operacional do shopping
Taxa de desconto real	8,25%	7,75%
Projeções inflacionárias	3,50%	3,50%

Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo das propriedades para investimento, que representa a participação proporcional da companhia na matrícula primitiva do empreendimento, é o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Shopping Center Neumarkt Blumenau	6.370	5.770
A seguir está demonstrada a movimentação dos saldos da propriedade para investimento, considerando o percentual de participação da Companhia (1,26% sobre a matrícula 1) do Shopping Neumarkt:		
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	5.770	5.653
Outras variações	65	7
Ganho de valor justo	535	110
	6.370	5.770

Não há restrições sobre a capacidade de realização da propriedade para investimento da Companhia. Desta forma, a Companhia pode comprar, construir ou realizar melhorias. De acordo com o método do fluxo de caixa descontado, o valor justo é estimado utilizando as premissas referentes aos benefícios e passivos da titularidade em relação à vida dos ativos, incluindo valor de saída ou final. A metodologia e modelagem utilizada para determinação do valor justo envolve julgamentos significativos e são baseadas em premissas adotadas pelos avaliadores externos contratados que suportaram a Companhia. Esse método envolve a projeção de uma série de fluxo de caixa sobre participação em bens imóveis. Para essa série de fluxo de caixa descontado é aplicada uma taxa de desconto derivada do mercado para constituir o valor presente do fluxo de receita associado ao ativo. A taxa final é normalmente apurada separadamente e difere da taxa de desconto. A duração do fluxo de caixa e a época específica de fluxo de entrada e saída são determinadas por eventos tais como revisões de aluguel, renovação de arrendamento e correspondente relocação, readequação ou reforma. A adequada duração é geralmente determinada pelo comportamento de mercado e característico da classe de imóveis. O fluxo de caixa do exercício é geralmente estimado como lucro bruto menos custos de vacância, despesas não recuperáveis, perdas no recebimento, incentivos de arrendamento, custo de manutenção, custos de agenciamento e comissão e outras despesas operacionais e administrativas. A série de lucro operacional líquido periódico, juntamente com uma estimativa do valor final previsto ao final do período de projeção, é então descontada. Aumentos/(reduções) significativos no valor de aluguel estimado e crescimento de aluguel por ano isoladamente resultariam em valor justo significativamente mais alto (mais baixo) da propriedade. Aumentos/(reduções) significativos em taxa de vacância de longo prazo e taxa de desconto (e taxa final) isoladamente resultariam em valor justo mais baixo (mais alto). Geralmente, uma mudança na premissa feita para o valor de aluguel estimado traz consigo: i) uma mudança semelhante ao crescimento do aluguel por ano e na taxa de desconto (e taxa final); ii) mudança oposta na taxa de vacância de longo prazo. 8. Debêntures: Referem-se a 126 debêntures não conversíveis em ações, integralmente inscritas, conforme características descritas abaixo:

Debenturista	de títulos	participação	Quantidade Participação	
			31/12/2025	31/12/2024
Marialva	126	100%	7.146	7.217
			7.146	7.217
			31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial			7.217	6.775
Variações monetárias			(71)	442
Saldo final			7.146	7.217

Em 28.2.1994 a SNB realizou a emissão pública de 1.990 debêntures permutáveis em frações ideais de 19,90% do Imóvel. Nos termos da escritura pública de emissão de debentures, os recursos da emissão tiveram como objeto: (i) a participação no imóvel objeto da matrícula nº 22.139 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau, Santa Catarina, e; (ii) até o montante de 11% (onze por cento) dos recursos captados com a colocação das debentures, foram aplicados na liquidação parcial de débito junto ao antigo Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), mediante a liberação de fração hipotecada do mesmo imóvel. Entre os anos de 2008 e 2015, a Companhia (Almeida Junior) adquiriu 1.864 das 1.990 debêntures emitidas e fez a permuta com a SNB de 18,64% do Imóvel, de modo que hoje a SNB detém a propriedade de apenas 1,26% das frações ideais do Imóvel, que são representativas de 126 debêntures ainda não permutadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está adimplente com referidas obrigações, descritas na escritura de emissão. As debêntures emitidas pela SNB Participações S.A. possuem as seguintes características: (a) Emissão aprovada pela AGE de 1º de janeiro de 1994. (b) Forma: nominativa. (c) Espécie: subordinadas. (d) Valor registrado: R\$7.146. (e) Quantidade de títulos: 126 debêntures não conversíveis em ações, permutáveis por frações ideais da matrícula primitiva do Shopping Center Neumarkt Blumenau (SCNB). (f) Valor p.u.: R\$56.710,76 em 31 de dezembro de 2025 (R\$57.282,22 em 31 de dezembro de 2024). (g) Data da emissão: 1º de janeiro de 1994. (h) Data do vencimento: sem

continua →

← continuação

venimento. (i) Agente fiduciário: Oliveira Trust DTVM S.A. (j) Remuneração: 100% dos lucros auferidos pela emissora. (k) Atualização nominal: Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE-FGV). Em conformidade com a escritura particular de emissão de debêntures não conversíveis em ações, nas suas cláusulas 5 e 6, estas não possuem prazo de vencimento, sendo a obrigação exigida somente se ocorrer única e exclusivamente, inadimplência por parte do emissor, ou se este deixar de pagar as remunerações fixadas na escritura. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com referidas obrigações, descritas na escritura de emissão.

**9. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste de valor justo sobre propriedade para investimento	6.149	5.615
Alíquota de IR diferido	34%	34%
	<b>2.091</b>	<b>1.909</b>

A Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$7.694 em 31 de dezembro de 2025 (R\$7.765 em 31 de dezembro de 2024) que não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente, e, portanto, ensejariam o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. Tais ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos, pois, na opinião da Administração da Companhia, não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a mesma possa utilizar tais créditos. **10. Provisão para contingências: Causas com probabilidade de perda provável:** A SNB registra provisão para perdas para assuntos cujo risco seja avaliado por seus advogados como de perda provável, e que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para riscos previdenciários	17	14

**Causas com probabilidade de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2025 também tramitam processos de natureza cível e fiscais, cujas probabilidades de perda foram avaliadas como possível pelos consultores e assessores jurídicos da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Cível	-	92.323
Fiscal	-	1.043
	-	<b>93.366</b>

**Causa Marialva:** A Companhia e outros figuram como partes do Processo nº 1143239-30.2003.8.13.0672 e correlatos envolvendo a Massa Falida de Marialva Construtora Ltda. e de Marialva Empreendimentos Ltda. (em conjunto, "Massa Falida de Marialva"). A Companhia foi envolvida nos referidos processos em razão da parceria comercial entre Marialva Construtora e NBS Shopping Centers

**Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras**

**Declaração para Fins do Artigo 25, §1º, VI da Instrução CVM 480/09.** Declaramos, na qualidade de diretores SNB Participações S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF nº 73.903.718/0001-61 (Companhia), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras - para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 26 de março de 2026

**Jaimes Bento de Almeida Junior** - Diretor Presidente e Relações com Investidores

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas e Diretores da **SNB Participações S.A.** - Blumenau - SC. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SNB Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SNB Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras incluem valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação. Esses valores foram auditados por outros auditores independentes que emitiram seu relatório de auditoria em 26 de março de 2025, sem ressalvas. **Demonstrações do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de

2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações fi-

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da SNB Participações S.A.**

social (responsabilidade reconhecida pela própria NBS). Soma-se a isso o fato de que a desconsideração da personalidade jurídica da NBS, e consequente responsabilização sucessória da Companhia, ainda aguarda julgamento definitivo no processo de falência. Dessa forma, considerando que a responsabilidade pelo pagamento do referido acordo recai integralmente sobre a NBS Shopping Centers Ltda. (com aval de terceiros), a Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos, entende que não há impacto financeiro para a SNB. Portanto, nenhuma provisão contábil é necessária ou foi constituída na data do balanço em relação a este evento. **11. Patrimônio líquido: Capital social:** O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$12.810 (valor equivalente para 31 de dezembro de 2024), totalmente integralizado, representado por 2.902.487.660 ações ordinárias nominativas (quantidade equivalente para 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal. **Dividendos:** O cálculo da distribuição de dividendos é baseado no lucro gerado no exercício. Nos últimos exercícios, a Companhia apresentou prejuízo, não tendo realizado distribuição de dividendos. **Reserva de lucros: Reserva legal:** de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente à 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2025 não existe saldo constituído para esta reserva. **Ajuste de avaliação patrimonial:** Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pelo ajuste do valor justo da propriedade para investimento, ocorridos antes do exercício de 2010. Em decorrência de adoção do IFRS, a partir de 2010, os ajustes do valor justo da propriedade para investimento, passaram a ser registrados diretamente no resultado. O saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado ao ajuste do valor justo da propriedade para investimento é de R\$2.439 em 31 de dezembro de 2025 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2024). **12. Resultado por ação:** A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada de ações em circulação e o resultado por ação da Companhia para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Período findo em	31/12/2025	31/12/2024
Numerador básico:	Prejuízo líquido do período	(368)	(1.300)
Denominador (em milhares de ações):	Média ponderada do número de ações ordinárias básico	2.902.487	2.902.487
Resultado por ação - R\$		<b>(0,00013)</b>	<b>(0,00045)</b>

Não há, na data do balanço, instrumentos de patrimônio com efeito dilutivo do capital.

**Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

**Declaração para Fins do Artigo 25, §1º, V da Instrução CVM 480/09.** Declaramos, na qualidade de diretores da SNB Participações S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF nº 73.903.718/0001-61 (Companhia), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 26 de março de 2026

**Jaimes Bento de Almeida Junior** - Diretor Presidente e Relações com Investidores

nacionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 26 de março de 2026.

**TATICCA**  
**Auditores Independentes S.S.**  
CRC 2SP-03.22.67/O-1  
**ADERBAL ALFONSO HOPPE**  
Contador - CRC 1SC020036/O-8-T-SP  
**LUIS CARLOS DE SOUZA**  
Contador - CRC SC-021585/O-4

**REFINADORA CATARINENSE S/A**

CNPJ 86.151.586/0001-00 - NIRE 42300016331  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
Ficam convidados os Senhores Acionistas da Refinadora Catarinense S/A para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 15/04/2026, às 8h30, na sede social da Empresa, na Rodovia SC 401, nº 4756, Km 5, bairro Saco Grande II, Florianópolis - SC, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2025; 2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2025; 3) Fixar os valores destinados à remuneração da diretoria.  
Florianópolis, 31 de março de 2026  
Valério Gomes Neto (Diretor Presidente)

**Aviso de Licitação - REPUBLICADA**  
O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 27 de abril de 2026, às 09h01min realizará a abertura do Pregão Eletrônico nº 006/2026, destinado à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA PARA O QUARTEL DO 6º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR, SITUADO NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ". Protocolo até às 08h55min do dia 27 de abril de 2026. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 - 3321-8456. Chapecó-SC, 01 de abril de 2026.  
Clóvis Ari Leuze - Secretário de Segurança Pública  
ID/TCE: FDA8716AF8735B5322CD4EDD4DE0A2071704323D

**PREFEITURA DE LAGES**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitações e Contratos  
**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico 27/2026 PML  
**Objeto:** Permissão onerosa do direito de uso da marca e da imagem institucional vinculada ao título "Cerveja Oficial" da Festa Nacional do Pinhão, para as edições de 2026, 2027 e 2028.  
**Data da Homologação:** 31/03/2026  
**Vencedor:** STARTUP BREWING DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA  
**Valor Unitário:** R\$ 400.100,00  
**Valor Total:** R\$ 400.100,00  
**Da retirada do Edital:** www.lages.sc.gov.br

Lages, 02 de abril de 2026  
**Fernanda Cristina Torres**  
Secretária da Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA Rua José da Costa Moellmann, 197 - Bairro: Centro - CEP: 88020-17 - Fone: (48)3287-6900 - Email: capital.sucessoes@tjsc.us.br USCAPÍÃO Nº 0305720-35.2015.8.24.0023/SC AUTOR: NOBORU HIOKA AUTOR: SUELI HITOMI HIOKA EDITAL PLATAFORMA JUIZ DO PROCESSO: Giuliano Ziembowicz - Juiz(a) de Direito CITANDO(A) (S): Alienantes, confinantes e seus cônjuges, réus em lugar incerto e eventuais interessados. PRAZO DO EDITAL: 20 (vinte) dias OBJETO: Descrição do(s) Bem(ns): Um imóvel com área de 378,158m<sup>2</sup>, situado na Servidão Natalina Machado, 357, Saco Grande, neste Município de Florianópolis/SC, CEP 88050-010, com inscrição imobiliária nº 38.95.030.0916.001-167, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto V1, de coordenadas N 6.951.241,331m e E 745.737,134m; deste segue confrontando com a propriedade de SERVIDÃO NATALINA MACHADO, com azimute de 142°24'01,35" por uma distância de 12,551m, até o ponto V2, de coordenadas N 6.951.231,388m e E 745.744,791m; deste segue confrontando com a propriedade de JOARES DA SILVA VIEIRA JUNIOR, com azimute de 53°10'11,02" por uma distância de 0,714m, até o ponto V3, de coordenadas N 6.951.231,816m e E 745.745,363m; deste segue com azimute de 49°22'54,66" por uma distância de 13,215m, até o ponto V4, de coordenadas N 6.951.240,419m e E 745.755,394m; deste segue com azimute de 48°5'07,02" por uma distância de 15,831m, até o ponto V5, de coordenadas N 6.951.250,836m e E 745.767,315m; deste segue confrontando com a propriedade de ARCONDINO OTACILÍO DOS SANTOS, com azimute de 323043'14,38" por uma distância de 12,537m, até o ponto V6, de coordenadas N 6.951.260,943m e E 745.759,896m; deste segue confrontando com a propriedade de ALDANEI TEREZINHA DOS SANTOS, com azimute de 229°37'14,24" por uma distância de 16,505m, até o ponto V7, de coordenadas N 6.951.250,250m e E 745.747,324m; deste segue com azimute de 229°24'08,01" por uma distância de 9,063m, até o ponto V8, de coordenadas N 6.951.244,352m e E 745.740,442m ; deste segue com azimute de 227°35'50,20" por uma distância de 4,480m, até o ponto V1, onde teve início essa descrição. Pelo presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, bem como seu(s) cônjuge(s), se casada(o)(s) for(em), confrontante(s) e aos eventuais interessados, FICA(M) C1ENTE(S) de que neste Juízo de Direito tramitam os autos da ação de USCAPÍÃO 03057203520158240023, requerida por NOBORU HIOKA, CPF tf 04410923811, e CITADA(S) para responder à ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao transcurso do prazo deste edital. ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). Será nomeado curador especial no caso de revelia (art. 257, IV do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será publicado 01 (uma) vez no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), e também em jornal local, esta que deverá ser feita 01 (uma) vez e providenciada pela parte (art. 257, parágrafo único, do CPC), ressalvada a dispensa constante no art. 98, §11), III, do CPC.

EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS ZITA S/A -CNPJ/MF nº 83.041.830/0001-94-NIRE (JUCESC) 42300034304  
Av. Presidente Kennedy, 703 - Campinas São José (SC)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em Reais)			
ATIVO	Nota	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	26.160.511	34.214.790
Contas a Receber	5	33.416.856	54.152.725
Estoques	6	109.387.705	99.496.658
Adiantamentos		77.959	57.634
Despesas Antecipadas		589.229	198.888
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>169.632.260</b>	<b>188.120.695</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Contas a Receber de Clientes	5	29.558.740	16.723.201
Estoques	6	122.123.873	96.416.957
Partes Relacionadas	14	49.345.201	23.957.049
Depósitos Judiciais		41.536	270.788
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>		<b>201.069.350</b>	<b>137.367.995</b>
<b>Propriedades para Investimento</b>	7	<b>39.227.469</b>	<b>38.029.891</b>
<b>Investimento Imobilizado</b>	8	<b>1.068.671</b>	<b>1.068.671</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	9	<b>42.878.008</b>	<b>43.258.569</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>284.243.498</b>	<b>219.725.126</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>453.875.758</b>	<b>407.845.821</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	541.588	504.348
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11	687.079	402.424
Obrigações Tributárias	12	7.145.729	692.805
Outras Obrigações	13	14.216.068	1.597.346
Provisão para Garantia de Obra		84.084	50.768
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>22.674.548</b>	<b>3.247.691</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Partes Relacionadas	14	150.414.861	10.245.770
Tributos Diferidos	15	18.246.795	24.653.221
Provisão para Contingências	16	242.687	243.175
Depósitos e Cauções		1.503	230.755
Outras Obrigações	13	1.151.952	-
Provisão para Garantia de Obra		117.554	168.798
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>170.175.352</b>	<b>35.541.719</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	19	218.991.619	218.991.619
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19	35.420.248	35.570.195
Reserva de Lucros		6.613.991	114.494.597
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>261.025.858</b>	<b>369.056.411</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>453.875.758</b>	<b>407.845.821</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em Reais)			
	Nota	2025	2024
<b>Receita Operacional Líquida</b>	20	<b>80.839.001</b>	<b>54.897.891</b>
(-) Custos dos Produtos e Serviços Vendidos		(13.947.785)	(15.783.604)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>66.891.216</b>	<b>39.114.287</b>
<i>Despesas Operacionais</i>			
Despesas Administrativas		(10.881.249)	(9.768.507)
Despesas Comerciais		(3.642.303)	(2.226.967)
Despesas Tributárias		(906.908)	(926.066)
Equivalência patrimonial	8	-	1.147.174
Outras Receitas (Despesas)	21	524.484	602.115
<b>Total das Despesas Operacionais</b>		<b>(14.905.976)</b>	<b>(11.172.251)</b>
<b>Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>51.985.240</b>	<b>27.942.036</b>
Receitas Financeiras	22	8.028.228	5.436.295
Despesas Financeiras	22	(14.155)	(16.282)
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>59.999.313</b>	<b>33.362.049</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	(5.860.182)	(4.257.046)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>54.139.131</b>	<b>29.105.003</b>
<b>Lucro por ação</b>	23	<b>0,25</b>	<b>0,13</b>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em Reais)			
	2025	2024	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	54.139.131	29.105.003	
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	-	-	
<b>Total dos Resultados Abrangentes</b>	54.139.131	29.105.003	

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE MÉTODO INDIRETO (Em Reais)			
	2025	2024	
<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro Líquido do Exercício	54.139.131	29.105.003	
Ajustes:			
Depreciação e Amortização	485.013	462.264	
Impostos Diferidos	(6.406.426)	(409.214)	
Provisão/Reversão de Contingências	(488)	(532.557)	
Provisão para Perdas com Clientes	(592.684)	(93.038)	
Ajuste a Valor Presente	71.952	(124.959)	
Ganho/Perda em Investimentos	-	-	
Equivalência Patrimonial	-	(1.147.174)	
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>	<b>47.696.498</b>	<b>27.260.325</b>	
Contas a Receber	8.421.062	15.076.566	
Estoque	(35.597.963)	2.665.679	
Depósitos Judiciais	229.252	38.400	
Outros Créditos	(410.666)	(20.217)	
<b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>	<b>(27.358.315)</b>	<b>17.760.428</b>	
Fornecedores	37.240	140.959	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	284.655	69.558	
Obrigações Tributárias	6.452.924	(807.059)	
Provisão com Garantia	(17.928)	66.042	
Outras Obrigações	13.540.829	1.606.482	
<b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>	<b>20.297.720</b>	<b>1.075.982</b>	
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>40.635.903</b>	<b>46.096.735</b>	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE MÉTODO INDIRETO (Em Reais)			
	2025	2024	
<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro Líquido do Exercício	54.139.131	29.105.003	
Ajustes:			
Depreciação e Amortização	485.013	462.264	
Impostos Diferidos	(6.406.426)	(409.214)	
Provisão/Reversão de Contingências	(488)	(532.557)	
Provisão para Perdas com Clientes	(592.684)	(93.038)	
Ajuste a Valor Presente	71.952	(124.959)	
Ganho/Perda em Investimentos	-	-	
Equivalência Patrimonial	-	(1.147.174)	
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>	<b>47.696.498</b>	<b>27.260.325</b>	
Contas a Receber	8.421.062	15.076.566	
Estoque	(35.597.963)	2.665.679	
Depósitos Judiciais	229.252	38.400	
Outros Créditos	(410.666)	(20.217)	
<b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>	<b>(27.358.315)</b>	<b>17.760.428</b>	
Fornecedores	37.240	140.959	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	284.655	69.558	
Obrigações Tributárias	6.452.924	(807.059)	
Provisão com Garantia	(17.928)	66.042	
Outras Obrigações	13.540.829	1.606.482	
<b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>	<b>20.297.720</b>	<b>1.075.982</b>	
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>40.635.903</b>	<b>46.096.735</b>	
<b>DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Adição de Propriedades para Investimento	(1.197.578)	(481.309)	
Adição de Investimentos em Sociedades	-	(17.270.000)	
Adição de Imobilizado	(129.070)	(756.902)	
Baixa de Imobilizado	24.618	321.466	
<b>Total das Atividades de Investimentos</b>	<b>(1.302.030)</b>	<b>(18.186.745)</b>	
<b>DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Reversão de Dividendos Propostos	6.912.438	16.307.032	
Partes Relacionadas	114.780.939	(18.212.604)	
Dividendos Distribuídos	(169.081.529)	(10.000.000)	
Dividendos Propostos	-	(6.912.438)	
<b>Total das Atividades de Financiamentos</b>	<b>(47.388.152)</b>	<b>(18.181.010)</b>	
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(8.054.279)</b>	<b>9.991.980</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>34.214.790</b>	<b>25.122.810</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>26.160.511</b>	<b>34.214.790</b>	

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em Reais exceto quando indicado de outra forma)			
---	--	--	--

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Empreendimentos Imobiliários Zita S.A. é uma companhia sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 703, Campinas, São José/SC, foi constituída em 10/07/1975, registrada na JUCESC sob o NIRE 42300034304, e, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.041.830/0001-94. A sociedade tem por objeto principal a construção de edifícios, incorporação de empreendimentos imobiliários, compra, venda e locação de imóveis próprios e holding de instituições não financeiras. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2026.

**NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

**NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens cir-

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em Reais)									
	Capital Social	Reserva de Retenção	Lucros a Realizar	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucro/(Prejuízo) Acumulado	Patrimônio Líquido Total	
					Controlada	Próprio			
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>200.000.000</b>	<b>216.644.998</b>	<b>29.189.744</b>	<b>6.999.671</b>	<b>3.032.686</b>	<b>35.719.768</b>	-	<b>491.586.867</b>	
Aumento de capital com reservas de lucro	110.000.000	(106.468.719)	-	(3.531.281)	-	-	-	-	-
Redução por cisão parcial	(91.008.381)	(25.869.395)	(30.101.357)	(1.018.234)	(3.032.686)	-	-	(151.030.053)	-
Reversão de dividendos propostos	-	16.307.032	-	-	-	-	-	16.307.032	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	(149.573)	149.573	-	-
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	29.105.003	29.105.003	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	1.455.250	-	-	(1.455.250)	-	-
Distribuição de Lucros	-	(10.000.000)	-	-	-	-	-	(10.000.000)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(6.912.438)	(6.912.438)	-
Absorção de reserva	-	19.975.275	911.613	-	-	-	(20.886.888)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>218.991.619</b>	<b>110.589.191</b>	<b>-</b>	<b>3.905.406</b>	<b>-</b>	<b>35.570.195</b>	<b>-</b>	<b>369.056.411</b>	
Reversão de dividendos propostos	-	6.912.438	-	-	-	-	-	6.912.438	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	(149.947)	149.354	(593)	-
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	54.139.131	54.139.131	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	2.706.957	-	-	(2.706.957)	-	-
Distribuição de Lucros	-	(169.081.529)	-	-	-	-	-	(169.081.529)	-
Absorção de reserva	-	51.581.528	-	-	-	-	(51.581.528)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>218.991.619</b>	<b>1.628</b>	<b>-</b>	<b>6.612.363</b>	<b>-</b>	<b>35.420.248</b>	<b>-</b>	<b>261.025.858</b>	

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

culantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.2 Compensação Entre Contas:** Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação. **3.3 Instrumentos Financeiros: Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente: São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Custo amortizado: São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descolamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. Custo amortizado: São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*). **3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **3.5 Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de imóveis, aluguel e serviços no decurso normal das atividades da companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para *impairment* quando necessária. **3.6 Ajuste a Valor Presente:** São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para *impairment* quando necessária. **3.7 Estoques:** Os estoques de materiais estão avaliados pelo menor valor entre o custo médio de compras e os valores líquidos de realização. **3.8 Investimentos:** (i) Investimentos em Sociedades. Nas demonstrações financeiras individuais a Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia. (ii) Propriedades para Investimentos: As propriedades para investimento correspondem ao Beiramar Shopping, mantida pela Companhia com o objetivo de auferir valorização do capital e não para venda no curso normal dos negócios. As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a Companhia mensura as propriedades para investimento pelo valor justo, sendo quaisquer, alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. (iii) Demais investimentos: Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável. **3.9 "Impairment" de Ativos Não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham seus valores alterados por "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras. **3.10 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da

A propriedade para investimento refere-se ao empreendimento do Beiramar Shopping, mantidos para valorização ou em arrendamento operacional. Em 2023 o empreendimento Beiramar Shopping foi avaliado pelo valor justo através de metodologia de Fluxo de Caixa Descontado em R\$ 745.654.448. A participação equivalente é de 8,7508% representando R\$ 62.250.729. A administração optou por não reconhecer o valor justo das propriedades para investimento em 2023, 2024 e 2025.

**NOTA 8 – INVESTIMENTO**

	2025	2024
Em sociedades controladas e Coligadas	-	-
<b>Total Controladas e Coligadas</b>	-	-
Baia Sul Participações	285.046	285.046
Beiramar Park Estacionamento	875	875
Beiramar Emp. de Shop. Center	1.259	1.259
Hospital Care Caledônia	515.062	515.062
Ingleses Hotelaria	266.429	266.429
<b>Total Investimentos</b>	<b>1.068.671</b>	<b>1.068.671</b>

(a) Os investimentos da Companhia referem-se a participações societárias em outras entidades, cujos percentuais de participação estão apresentados acima, estando registrados pelo método do custo, conforme as práticas contábeis adotadas. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desses investimentos com base nas informações contábeis e financeiras disponíveis das investidas e, até a data-base das demonstrações financeiras, não foram identificados indícios de perda por desvalorização (impairment), não sendo necessária a constituição de provisão para perdas.

**Movimentação do investimento em controladas e coligadas**

	Zita Agro	Zita Incorporações	Woa Beiramar	Woa Empreendimentos	Total
Participação em 2023	64,47%	99,43%	33,33%	33,33%	-
Participação em 2024	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.489.306</b>	<b>30.521.361</b>	<b>23.510.900</b>	<b>54.209.269</b>	<b>113.730.836</b>
Equivalência Patrimonial	468.959	(1.162.584)	1.001.730	363.185	671.290
Integralização de Capital	80.687	17.138.454	-	-	17.219.141
AFAC	-	1.902.000	-	-	1.902.000
Distribuição de Lucros	-	-	-	(2.196.718)	(2.196.718)
Ganho/perda de investimento	34.315	(12.549)	-	-	21.766
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6.073.267</b>	<b>48.386.682</b>	<b>24.512.630</b>	<b>52.375.736</b>	<b>131.348.315</b>
Equivalência Patrimonial	(6.451)	(1.762.415)	923.794	1.992.246	1.147.174
AFAC	-	17.270.000	-	-	17.270.000
Baixa por Cisão (a)	(6.066.816)	(63.894.267)	(25.436.424)	(54.367.982)	(149.765.489)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(b) Em 31 de agosto de 2024 foi registrada a Cisão parcial da empresa Zita S.A na Junta Comercial de Santa Catarina, onde a parte cindida transfere para a parte receptora, Zitapar Participações Ltda, os valores de investimentos e capital social correspondente.

**NOTA 09 – IMOBILIZADO**

	Terrenos	Prédios e Edifícios	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Computadores e Periféricos	Veículos	Total
Taxa de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	20%	-
Custo	36.093.694	7.014.180	495.566	2.610.978	111.648	1.617.803	47.943.869
Depreciação Acumulada	-	(2.674.626)	(279.525)	(856.856)	(101.125)	(746.340)	(4.658.472)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>36.093.694</b>	<b>4.339.554</b>	<b>216.041</b>	<b>1.754.122</b>	<b>10.523</b>	<b>871.463</b>	<b>43.285.397</b>
Adições	-	35.393	41.679	493.292	4.699	181.839	756.902
Baixas	-	-	-	(330.000)	-	(48.743)	(378.743)
Depreciação	-	(260.607)	(25.352)	(100.737)	(3.316)	(72.252)	(462.264)
Baixa Depreciação	-	-	8.422	31.614	16.655	-	56.691
<b>Saldo Final</b>	<b>36.093.694</b>	<b>4.114.340</b>	<b>232.368</b>	<b>1.856.756</b>	<b>11.906</b>	<b>949.505</b>	<b>43.258.569</b>
Custo	36.093.694	7.049.573	537.245	2.774.270	116.347	1.750.899	48.322.028
Depreciação Acumulada	-	(2.935.233)	(304.877)	(917.514)	(104.441)	(801.394)	(5.063.459)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>36.093.694</b>	<b>4.114.340</b>	<b>232.368</b>	<b>1.856.756</b>	<b>11.906</b>	<b>949.505</b>	<b>43.258.569</b>
Adições	-	-	-	67.809	37.579	23.682	129.070
Baixas	-	-	(14.987)	(49.667)	(16.655)	-	(81.309)
Depreciação	-	(260.894)	(25.661)	(105.895)	(7.052)	(85.511)	(485.013)
Baixa Depreciação	-	-	8.422	31.614	16.655	-	56.691
<b>Saldo Final</b>	<b>36.093.694</b>	<b>3.853.446</b>	<b>200.142</b>	<b>1.800.617</b>	<b>42.433</b>	<b>887.676</b>	<b>42.878.008</b>
Custo	36.093.694	7.049.573	522.258	2.792.411	137.271	1.774.581	48.369.788
Depreciação Acumulada	-	(3.196.127)	(322.116)	(991.794)	(94.838)	(886.905)	(5.491.780)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>36.093.694</b>	<b>3.853.446</b>	<b>200.142</b>	<b>1.800.617</b>	<b>42.433</b>	<b>887.676</b>	<b>42.878.008</b>

**NOTA 10 – FORNECEDORES**

	2025	2024
Fornecedores	541.588	504.348
<b>Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>541.588</b>	<b>504.348</b>
<b>Aging List Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
A vencer em até 3 meses	540.762	503.493
A vencer entre 3 e 6 meses	826	855
<b>Total Contas a Pagar a Fornecedores</b>	<b>541.588</b>	<b>504.348</b>

**NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	2025	2024
Rescisões Trabalhistas	101.657	-
Provisão de Férias e encargos	285.275	259.683
FGTS a Recolher	137.745	32.452
INSS a Recolher	159.930	110.289
E-Consignado	2.472	-
<b>Total</b>	<b>687.079</b>	<b>402.424</b>

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

	2025	2024
Tributos Retidos	190.477	112.340
Pis a pagar	494.692	-
Cofins a pagar	2.283.194	-
IRPJ a pagar	2.760.478	363.403
CSLL a pagar	1.416.888	212.755
Crea/Cau	-	4.307
<b>Total</b>	<b>7.145.729</b>	<b>692.805</b>

**NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	2025	2024
Beiramar Shopping	6.277	7.349
Cleonice Adam Schmitz	-	91.667
Jucelia da Silva	-	375.000
Antonio Schmidt de Oliveira	-	672.000
Macon Antonio de Souza	-	168.517
Nezi Maria da Silva	-	150.313
Sidnei da Silva	-	132.500
Jeferson Jair Marquis	500.000	-
Espolio de Percival Callado Flores	3.683.333	-
GV Administradora de Imóveis Ltda	7.875.000	-

Gunter Stroich Junior	1.333.333	-
Roberta da Silva Pedroso	818.125	-
Rodrigo Valgas dos Santos - Permuta Padre Roma	1.151.952	-
<b>Total</b>	<b>15.368.020</b>	<b>1.597.346</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>14.216.068</b>	<b>1.597.346</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>1.151.952</b>	<b>-</b>

**NOTA 14 – PARTES RELACIONADAS**

	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Mútuo – Koerich Holding	12.995.201	15.115.049
Mútuo – Zita Incorporações	36.350.000	8.395.000
Créditos Com Sócios - PF	-	447.000
<b>Total</b>	<b>49.345.201</b>	<b>23.957.049</b>
<b>Passivo</b>		
Dividendos a pagar (a)	150.414.861	10.245.770
<b>Total</b>	<b>150.414.861</b>	<b>10.245.770</b>

(a) Conforme ata de assembleia extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de lucros aos acionistas a ser pago até 31 de dezembro de 2028.

**Remuneração do Pessoal da Administração:** Foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo.

	2025	2024
Diretores	1.444.329	1.357.374
<b>Remuneração Pessoal Chave</b>	<b>1.444.329</b>	<b>1.357.374</b>

**NOTA 15 – TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS**

	2025	2024
<b>Passivo</b>		
IRPJ a pagar	2.760.478	363.403
CSLL a pagar	1.416.888	212.755
<b>Total Tributos correntes</b>	<b>4.177.366</b>	<b>576.158</b>
IRPJ Diferido – Custo Atribuído/Valor Justo	13.416.761	13.473.559
CSLL Diferido – Custo Atribuído/Valor Justo	4.830.034	4.850.481
IRPJ Diferido	-	2.475.303
CSLL Diferido	-	1.160.235
PIS Diferido	-	479.690
COFINS Diferido	-	2.213.953
<b>Total Tributos diferidos</b>	<b>18.246.795</b>	<b>24.653.221</b>

**Conciliação da Despesa com IRPJ/CSLL**

	2025	2024
Despesas com CSLL diferida	20.447	20.396
Despesas com IRPJ diferido	56.798	56.656
Despesas com CSLL correntes	(1.765.898)	(1.280.400)
Despesas com IRPJ correntes	(4.171.529)	(3.053.691)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(5.860.182)</b>	<b>(4.257.046)</b>

**NOTA 16 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

	2025	2024
Cível	165.000	165.487
Tributária	77.687	77.688
<b>Total</b>	<b>242.687</b>	<b>243.175</b>
Depósitos Judiciais	41.536	270.788
<b>Efeito Líquido</b>	<b>201.151</b>	<b>(27.613)</b>

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui processos no montante de R\$ 185.000 (R\$ 185.000 em 2024) classificados como perda provável pelos seus assessores jurídicos.

**NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(a) **Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Empreendimentos Imobiliários Zita S.A., pertencente inteiramente aos sócios domiciliados no país, é de R\$ 218.991.619 (duzentos e dezoito milhões, novecentos e noventa e um mil, seiscentos e dezenove reais) representado por 218.991.619 (duzentos e dezoito milhões, novecentos e noventa e um mil, seiscentos e dezenove) de ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada.

	Nº Ações	Valor	%
Acionista			
ERK Holding S/A	43.300.709	43.300.709	19,77%
Maufipar Participações Ltda.	42.612.112	42.612.112	19,46%
OGF Participações Ltda	41.921.741	41.921.741	19,14%
RKTA Participações Ltda	37.419.098	37.419.098	17,09%
LRF Participações Ltda.	36.405.561	36.405.561	16,62%
RVK Participações Ltda	17.332.398	17.332.398	7,92%
<b>Total</b>	<b>218.991.619</b>	<b>218.991.619</b>	<b>100,00%</b>

(b) **Reserva Legal:** É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia. (c) **Dividendos:** Os lucros gerados são decorrentes de participação em sociedades investidas, deste modo os lucros permanecem em reserva de lucros a realizar até que ocorra o efeito caixa conforme art. 197 da Lei n° 6.404/76.

**(d) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

	2025	2024
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>		
Propriedade p/ Investimento	25.386.115	25.386.115
Ativo Imobilizado	28.280.928	28.508.120
<b>Total</b>	<b>53.667.043</b>	<b>53.894.235</b>
<b>Tributos Diferidos</b>		
Provisão IRPJ	(13.416.761)	(13.473.559)
Provisão CSLL	(4.830.034)	(4.850.481)
<b>Total</b>	<b>(18.246.795)</b>	<b>(18.324.040)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>35.420.248</b>	<b>35.570.195</b>

**NOTA 20 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2025	2024
Incorporações próprias	75.514.444	57.562.404
Arrendamento de imóveis	9.407.589	8.959.328
Ajuste a valor presente	(71.952)	124.959
<b>Total Receita Bruta</b>	<b>84.850.081</b>	<b>66.646.691</b>
Deduções da Receita	(4.011.080)	(11.748.800)
<b>Total</b>	<b>80.839.001</b>	<b>54.897.891</b>

**NOTA 21 – OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS)**

	2025	2024
Reversão/(provisão) de perdas com clientes	592.684	93.038
Ganho/(Perda) de imobilizado	(18.491)	170.327
Ganho/(Perda) de investimento	-	(32)
Dividendos recebidos	528.346	216.704
Reversão/(provisão) contingências	487	532.558
Outras despesas não dedutíveis	(582.837)	(415.643)
Outras receitas	4.295	5.163
<b>Total</b>	<b>524.484</b>	<b>602.115</b>

**NOTA 22 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	2025	2024
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receita Aplicação Financeira	6.189.570	3.733.040
Remuneração s/ Mútuos	1.707.569	1.631.304
Remuneração s/ Financiamentos	127.226	69.459
Descontos Obtidos	5	281
Outras Receitas Financeiras	3.858	2.211

	2025	2024
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>8.028.228</b>	<b>5.436.295</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas Bancárias	(12.487)	(14.741)
Juros e Multas	(1.668)	(1.541)
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<b>(14.155)</b>	<b>(16.282)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>8.014.073</b>	

**Aviso de Credenciamento Universal**

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 27 de abril de 2026, às 09h01min realizará a abertura do Credenciamento Universal n.º 022/2026 - FMS, destinada à "CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS NA ESPECIALIDADE DE HEMATOLOGIA". Protocolo até às 08h55min do dia 27 de abril de 2026. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br), no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó-SC, 01/04/2026.

JOÃO LENZ NETO – Secretário de Saúde

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026**

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, acha-se aberto até às 09h00 do dia 16 de abril de 2026, Pregão Eletrônico, cujo objeto consiste na AQUISIÇÃO DE KITS ESTRUTURAIS EDUCACIONAIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE ENSINO INTEGRAL PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO NEGRINHO - SC. As propostas deverão ser encaminhadas via INTERNET pelo Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico <https://comprasbr.com.br/>, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. O início da disputa das propostas classificadas se dará às 09h05min do mesmo dia. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: <https://comprasbr.com.br/> e <http://rionegrinho.atende.net>. Demais informações pelo telefone (47) 3646-3636.

Rio Negrinho, 31 de março de 2026.  
CAIO CESAR TREML  
Prefeito Municipal

## Emtuco Serviços e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 84.695.295/0001-58 - NIRE 42300005355

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**

Com base no artigo 123, parágrafo único, alínea "b" da Lei nº 6.404/1976 e do art. 12 do Estatuto Social da Emtuco Serviços e Participações S.A. ("Companhia"), o Acionista ETC Assessoria Financeira Ltda. CONVOCA os Senhores Acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará às 9h30min do dia 09 de abril de 2026, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Coronel Santiago, nº 400, Bairro Anita Garibaldi, CEP 89203-560, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) manutenção da remuneração global anual da Diretoria da Companhia. **Instruções Gerais:** 1. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024 foram devidamente publicadas no sítio eletrônico da Central de Balanços em 08/01/2026. 2. Para participar da Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (a) documento de identidade válido do acionista ou de seu representante; e (b) instrumento de procuração, na hipótese de representação. 3. Os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/1976. As procurações deverão ser depositadas na sede social com antecedência mínima de 3 (três) dias da data designada para a realização da Assembleia. A presente publicação é também realizada no Jornal Notícias do Dia. Joinville/SC, 01 de abril de 2026. ETC Assessoria Financeira Ltda. - Angela Corrêa Gayoso Neves Ziemath.

### AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Joinville leva ao conhecimento dos interessados que **adjudica e homologa** o processo licitatório levado a efeito através do **Pregão Eletrônico nº 001/2026** SEI 28406358 destinado à Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio, serviços de zeladoria, serviços de copeiragem; e serviços de apoio administrativo "recepção"; serviços contínuos sem dedicação de mão de obra para prestação de serviços de dedetização e desratização; serviços de jardinagem; e serviços de limpeza sazonal, sendo todos os serviços realizados no prédio sede do Ipreville, com fornecimento de insumos, utensílios, equipamentos e EPIs necessários na execução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como o julgamento efetuado pelo agente de contratação licitatório acima, vencedora a empresa **LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.**, conforme Ata de Julgamento SEI 28826364 - Termo de Homologação SEI 28965687 do sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br), relativo ao Pregão Eletrônico nº 001/2026

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no art. 71 inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório acima, à empresa **LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ 00.482.840/0001-38. Registro no TCE/SC sob o código: 49434EC16FA22B512444314E5EFD29AFE6788232

Cleusa Mara Amaral  
Diretora Executiva  
Guilherme Machado Casali  
Diretor Presidente

### ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS PROCESSO LICITATÓRIO N.º 30/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 09/2026 CÓDIGO TCE Nº FAF5EC5C5C4F0261FDB4E9817C0758774095184F

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 27 de abril de 2026 às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência Eletrônica, com critério de adjudicação menor PREÇO GLOBAL de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, visando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE OITO UNIDADES HABITACIONAIS, DENTRO DO PROGRAMA CASA CATARINA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111 e no site [irineopolis.atende.net](http://irineopolis.atende.net) e [portaldecompraspublicas.com.br](http://portaldecompraspublicas.com.br). Irineópolis, 01 de Abril de 2026. JULIANO POZZI PEREIRA - Prefeito Municipal

## CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.

CNPJ/MF nº 36.763.716/0001-98 - NIRE nº 42300050831 - COMPANHIA ABERTA

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2025**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 12 de dezembro de 2025, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Leonete Frontina Alves, nº. 190, Km 325,5 BR-101, bairro Vila Flor, CEP 88.745-000, Capivari de Baixo/SC. **2. PRESEÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA:** Presidente: Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre o destaque de juros sobre o capital próprio. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram aprovar o destaque de juros sobre o capital próprio com base no Patrimônio Líquido de 31 de Dezembro de 2024 (deduzido ou acrescido, pro rata die de eventuais movimentações ocorridas em 2025, exceto quanto ao lucro do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) correspondentes a R\$ 0,00282533765 por ação, sendo que após a dedução do imposto de renda na fonte (IRRF) de 15%, nos termos do § 2º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor líquido de R\$ 2.380.000,00 (dois milhões, trezentos e oitenta mil reais), correspondentes a R\$ 0,00240153701 por ação. Os juros sobre o capital próprio, ora aprovados, serão pagos conforme deliberação futura, com base na composição acionária vigente na presente data, tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Capivari de Baixo/SC, 12 de dezembro de 2025. **Assinaturas:** Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. **Conselheiros:** (1) Josiane Carvalho de Almeida; (2) Eduardo Siqueira Moraes Camargo; e (3) Roberto Penna Chaves Neto. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil. JUCESC nº 20268972303 em 12/03/2026 e Protocolo 268972303 de 25/02/2026. Luciano Leite Kowalski - Secretário-Geral.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**  
**IPRERIO**  
**LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026**

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho/SC - IPRERIO, inscrito no CNPJ sob nº 03.838.193/0001-42, torna público que realizará licitação na modalidade LEILÃO PÚBLICO, do tipo MAIOR LANCE, a ser conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fábio Marlon Machado, AARC nº 370. O objeto do presente leilão consiste na alienação de bens imóveis, sendo quatro salas localizadas no Edifício Dona Julieta, conforme descritos no Edital de Leilão Público nº 001/2026 – Processo Administrativo nº 005/2026. O leilão será realizado na modalidade exclusivamente on-line, através do site [www.machadolileiro.com.br](http://www.machadolileiro.com.br), com recebimento de PRÉ-LANCES a partir da publicação do edital e fechamento dos lances, de forma sequencial ocorrerá no dia 19 de maio de 2026, a partir das 18h30min. O edital na íntegra, contendo a descrição detalhada dos bens e demais condições, encontra-se disponível no site do leiloeiro [www.machadolileiro.com.br](http://www.machadolileiro.com.br). Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3198-1350 ou pelo site [www.machadolileiro.com.br](http://www.machadolileiro.com.br).

Rio Negrinho, 31 de Março de 2026.  
CINTIA ESTER ANACLETO  
Diretora Executiva do IPRERIO

## Secretaria de Estado da Comunicação Publicações Legais

LISTAGEM OFICIAL DOS EDITAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA



**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**

CNPJ Nº 83.878.892/0001-55

### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os acionistas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Celesc" ou "Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 10 horas, de forma parcialmente digital, na sede social da companhia, situada na Avenida Itamarati, nº 160, bairro Itacorubi, Florianópolis – SC.

#### ORDEM DO DIA

- 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- 3) Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2026;
- 4) Eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- 5) Fixar o montante global da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal;
- 6) Deliberar sobre:

- (i) o aumento do capital social mediante capitalização de parte das reservas de lucros, no montante de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), sem emissão de novas ações;
  - (ii) a constituição de crédito de reembolso em favor da companhia, de forma individualizada por acionista, correspondente ao IRRF por ele devido e recolhido pela companhia na qualidade de responsável tributária no contexto da capitalização; e
  - (iii) a autorização para compensação desse crédito mediante desconto nos dividendos deliberados no item 2 acima; e
- 7) Deliberar sobre o ajuste do art. 5º, § 1º, do Estatuto Social e sua consolidação, caso aprovada a matéria do item anterior.

#### INFORMAÇÕES GERAIS

(i) Poderão participar da Assembleia Geral os acionistas titulares de ações de emissão da companhia registradas em seu nome, bem como seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

(ii) Para participação na Assembleia Geral, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar os documentos e comprovantes exigidos pelo artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Sem prejuízo de outros documentos eventualmente exigidos por lei, deverão ser observados, conforme o caso:

- a) Pessoa Física: documento oficial de identificação com foto;
- b) Pessoa Jurídica: documento oficial de identificação com foto do representante legal e Estatuto Social ou Contrato Social consolidado vigente, em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista;
- c) Fundos de Investimento: documento oficial de identificação com foto do representante legal, regulamento consolidado vigente do fundo e Estatuto Social ou Contrato Social, conforme o caso, em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação do seu administrador ou gestor.

Os acionistas representados por procuração deverão apresentar instrumento de mandato devidamente outorgado, acompanhado dos documentos societários que comprovem os poderes de representação do(s) outorgante(s), observadas as disposições do §1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

Recomenda-se o envio prévio da documentação ao endereço eletrônico [ri@celesc.com.br](mailto:ri@celesc.com.br), para fins de conferência.

(iii) A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada de forma parcialmente digital (híbrida), por entender a companhia ser esse o formato mais adequado para ampliar a acessibilidade e facilitar a participação dos acionistas, permitindo o comparecimento tanto presencial quanto remoto. As instruções para participação remota encontram-se detalhadas na Proposta da Administração, disponibilizada conjuntamente com este Edital no site de Relações com Investidores da Companhia ([ri.celesc.com.br](http://ri.celesc.com.br)).

(iv) Nos termos do art. 141, caput, e § 1º da Lei 6.404/76 e do art. 3º da Resolução CVM nº 70/2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, devendo o pedido ser formulado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral.

#### BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA

Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio do boletim de voto a distância, a ser enviado até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 26 de abril de 2026 (inclusive), por intermédio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da companhia (Banco Bradesco S.A.), do depositário central ou diretamente à companhia, exclusivamente por meio eletrônico.

O boletim de voto à distância encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da companhia ([ri.celesc.com.br](http://ri.celesc.com.br)), bem como nas páginas da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), acompanhado das orientações para seu preenchimento, envio e documentação exigida.

Os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, bem como os demais documentos relativos às matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral, encontram-se à disposição dos acionistas nos referidos endereços eletrônicos e na sede da companhia.

Florianópolis, 31 de março de 2026.

**Glauco José Côrte - Presidente do Conselho de Administração**



### ELEIÇÕES DO CONSELHO FISCAL

O Presidente da Comissão Eleitoral, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 14, I, do Regulamento Eleitoral, torna pública a **relação nominal de chapa registrada para a eleição dos membros do Conselho Fiscal para o período de 1º de junho de 2026 até 31 de maio de 2029, que realizar-se-á no dia 30 de abril de 2026 (quinta-feira) às 11h00**, declarando aberto o prazo de cinco dias para apresentação de eventual pedido de impugnação de candidaturas.

#### CHAPA CF 2026

##### Membros Titulares:

Celso Pazinato  
Olândio Hornburg  
Paulo Sérgio Acquaviva Carrano

##### Membros Suplentes:

Achilles César Casarin Barroso Silva  
Luiz Carlos Rihl de Azambuja  
Tomé Francisco Etges

Florianópolis, 02 de abril de 2026.  
FELIPE LUIZ CHRISTÓFOLI GIOTTO  
Presidente da Comissão Eleitoral